

# **RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA CNPq/NPP**

## **“A ABERTURA DE MERCADO E A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO EMPRESARIAL”**

**AUTOR: ANGELO ZAVATTIERI NETO**

**ORIENTADOR: PROFESSOR ARTHUR BARRIONUEVO FILHO**

# ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	2
2. METODOLOGIA .....	5
3. ANÁLISE DO ANO DE 1990 .....	6
4. ANÁLISE DO ANO DE 1991 .....	14
5. ANÁLISE DO ANO DE 1992 .....	18
6. ANÁLISE DO ANO DE 1993 .....	22
ANEXO 1 .....	25
ANEXO 2 .....	78
7. CONCLUSÃO .....	79
8. BIBLIOGRAFIA .....	83



## 1. INTRODUÇÃO

No início do ano de 1990 a presidência da república é assumida pelo primeiro cidadão eleito diretamente para o cargo em cerca de trinta anos. Logo após a posse, o presidente Fernando Collor de Mello decreta uma série de medidas que visavam combater a crise econômica e modernizar o país. Na segunda categoria se encaixa a abertura de mercado, ou comercial.

Com a abertura comercial o Brasil pôde importar novamente bens do exterior. Até aquele momento, a prática estava bastante estagnada, primeiramente devido ao anexo C, que estabelecia os produtos que não podiam ser importados, e a lei do similar nacional. Para os poucos produtos que se podia importar ainda incidiam altas alíquotas e algumas barreiras burocráticas que acabavam por inviabilizar uma importação.

O que o governo Collor fez foi diminuir as barreiras não tarifárias às importações (como o anexo C). A partir deste momento podia-se importar de tudo contanto que a tarifa de importação fosse paga.

Após a abertura, o governo passou a se preocupar com as barreiras tarifárias à importação. Dessa forma ele planejou uma redução gradual de tarifas, que seria uma continuidade da abertura, as quais estariam, no final do processo, em níveis internacionais. Esta redução gradual das tarifas, o que muitos chamam de velocidade da abertura, foi considerada por muitos empresários muito acelerada e não cumpridora do seu papel principal de proteção à indústria nacional.

Após este breve comentário sobre o Processo de Abertura cabe dizer o propósito da pesquisa.

Até 1990 o governo mantinha a indústria nacional num regime de plena proteção em relação aos concorrentes do resto do mundo. Sendo assim não se observava um regime concorrencial onde quem ditava o preço era o mercado.

Durante os anos do milagre econômico brasileiro, a indústria nacional, não exposta a concorrência internacional, apresentou um notável desenvolvimento. Contudo, com o passar do tempo, este desenvolvimento se transformou em uma acomodação. Não tendo que competir, as empresas nacionais não se preocuparam mais com o mercado. Tudo aquilo que era produzido era comprado por este, pois a política nacionalista impedia que houvesse outra opção.

Resumidamente, a reserva de mercado fez com que as empresas nacionais não se modernizassem com o passar dos anos, perdendo assim o passo na competição internacional. Tendo um mercado garantido, era de pouca relevância a vontade de modernização, como forma de aumentar a qualidade e diminuir os custos, assim como a atenção ao consumidor e tantos outros aspectos que determinam a competitividade de uma empresa.

Ao abrir as importações o governo brasileiro lançou as indústrias nacionais no ingrato cenário da concorrência internacional, onde só os mais competitivos podem sobreviver. De uma hora para outra, elas saíram de um ambiente de proteção, que se lograva durar ainda vários anos, para outro no qual elas definitivamente não estavam preparadas para sobreviver.

No primeiro ano o desafio não foi tão grande, principalmente devido as altas tarifas de importação, que faziam com que os importados chegassem no Brasil com preços muito mais altos que os nacionais. Contudo a política de redução das tarifas de importação foi se

intensificando e acabou culminando numa situação na qual os importados começaram a entrar no país com preços altamente competitivos. A partir deste ponto fez-se necessária uma urgente reação por parte da indústria nacional visando a recuperação da competitividade perdida.

O objetivo da pesquisa foi então determinar uma evolução no pensamento empresarial, em função da abertura das importações, durante os anos de 1990, 1991, 1992 e 1993. Procuramos extrair de cada um destes anos a opinião do empresariado e as ações que ele desenvolvia a fim de enfrentar a concorrência internacional.

De posse destes dados pôde-se estabelecer que o pensamento empresarial mudou radicalmente, a competitividade esquecida de outrora virou o assunto do momento durante vários anos. No entanto opiniões contrárias à abertura, principalmente contra sua velocidade, foram uma constante durante todo o período pesquisado.

## 2. Metodologia

Para determinarmos o pensamento empresarial em razão da abertura de mercado foi pesquisado o Jornal Folha de São Paulo. A pesquisa foi realizada levantando-se todas as edições diárias da referida publicação no período compreendido entre 1/1/90 a 31/12/93.

Em todos os dias foram procuradas declarações de lideranças empresariais a respeito da abertura de mercado e seus efeitos no setor industrial representado pelo declarante. Cabe ressaltar que por lideranças empresariais entende-se representantes de sindicatos ou associações de determinado setor industrial. Contudo, este conceito foi entendido, visando dar maior quantidade de dados à pesquisa, a economistas, políticos, presidentes e diretores de empresas que porventura viessem a prestar alguma declaração a respeito da abertura de mercado.

No anexo 1 ao relatório estão resumidas as notícias, com declarações de lideranças empresariais a respeito da abertura de mercado, verificadas nos quatro anos que foi realizada a pesquisa. Já no anexo 2 tem-se uma fotocópia das notícias encontradas no ano de 1990 a título de exemplificação.

Foi com base nestes resumos que foram feitas as análises a respeito dos anos de investigação e posteriormente a conclusão final sobre a evolução do pensamento empresarial em razão da abertura de mercado.

### 3. ANÁLISE DO ANO DE 1990

O ano de 1990 se inicia com uma expectativa de que o então presidente eleito, Fernando Collor de Mello, iria tomar alguma providência em relação à excessivamente fechada economia brasileira. Esta expectativa é dividida entre a classe política e empresarial, além disso representantes do governo dos EUA têm a mesma opinião.

Com relação ao pensamento do empresarial nesta fase, podemos citar uma pesquisa da CNI, publicada na Folha de São Paulo de 12/1/90 página B-4, que aponta que o empresariado, mesmo sabendo que iniciaria a década de 90 mais competitivo, estava preocupado com o ritmo de modernização. Para ele a reserva de mercado era um obstáculo na medida que impedia o acesso à tecnologia internacional. O que se queria era uma abertura no setor de bens de capital e não nos de consumo, isso pois 80% dos entrevistados apoiam uma redução gradual de tarifas.

Na esfera política podemos citar a declaração do Ministro Mailson da Nóbrega, publicada em 13/1/90 pág. B-5, de que o Brasil pode importar material de construção para controlar os preços abusivos dos mesmos. Isso pode ser identificado como um sinal da abertura e de como ela pode regular certos aspectos da economia brasileira.

A liberação efetiva das importações acontece no dia 15/3/90 quando Collor decreta o pacote inicial de medidas de seu governo. Até o mês de maio a reação empresarial é bastante tímida, isso se deve basicamente a instabilidade dos primeiros meses do governo Collor onde se destacou a famosa retenção dos Cruzados.

O presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio

Exterior, Benedicto Moreira, afirma, em 19/03/90 na página B-10, que a liberação das importações terá pouco efeito devido ao arrocho de liquidez e pelo fato das importações terem que ser pagas em dólar livre.

O fato mais relevante do período é o anúncio do governo de que o cimento terá zero de imposto de importação, este setor é bastante oligopolizado no Brasil. Nesta época o empresário Antônio Ermírio de Moraes afirmou que não teme os importados pois a indústria nacional de cimento tem qualidade e preço. Para ele seria uma oportunidade para a indústria nacional mostrar a sua competitividade, mas mesmo assim temia um "dumping" por parte dos importados.

A reação empresarial é notada a partir de maio. Mesmo com a declaração do secretário nacional adjunto de economia, João Rodrigues da Cunha, de que o governo não pretende sucatear a indústria nacional com a abertura de mercado, o empresariado mostra-se desconfiado.

A partir deste momento é que começam as pressões contrárias à abertura. Alguns querem que as tarifas continuem nos níveis altos, sem redução gradual, e outros querem que sejam importados bens de produção em vez de bens de consumo. Também aparece aqui as primeiras noções de produtividade, isso em perspectiva da entrada de novos concorrentes. Por fim, é no mês de maio que lojas como o Mappin e o Paes Mendonça passam a importar visando oferecer ao consumidor menores preços e enfraquecer os oligopólios.

Sem dúvida os sinais mais fortes de uma reação empresarial a abertura se dão logo no final de junho. Nesta época o governo negocia com vários setores a nova política industrial, política essa caracterizada pela redução das tarifas de importação. Em primeiro de junho de 1990 a Folha de São Paulo publica extensa matéria, no caderno Economia,



versando sob a repercussão da nova política industrial em vários setores da economia.

Primeiramente vamos tratar da indústria de base. No geral ela recebeu bem a nova política industrial marcada pela imposição de novas regras para a importação de máquinas e equipamentos. O setor se considerava competitivo, não temendo assim a concorrência internacional, mas admitia que perdia no quesito preço. Contudo o vice-presidente da ABIDIB (Associação Brasileira da Indústria de Base) declarou que todas as empresas seriam beneficiadas com a nova política industrial. Já para a ABIMAQ (Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos) seria necessário apenas um ano para que as empresas do setor pudessem dar os primeiros sinais em termos de tecnologia.

Já no setor químico a nova política industrial gerou controvérsias. Para a Associação Brasileira das Indústrias Químicas (ABIQUM) a liberação das importações foi saudável para o mercado. Rubens Gomes, diretor executivo da entidade, citou que durante mais de 20 anos não houve negociação no setor. Isso se devia ao fato do número restrito de fornecedores, que tornava o mercado muito mais comprador. Para o empresário, com o aumento da oferta dada pela abertura do mercado, esse quadro reverteu-se.

O lado mau da abertura na indústria química foi levantado pelo presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Produtos Químicos de São Paulo, Amaury Gereisate. Para ele a indústria química, particularmente a de solventes, não poderia competir com os produtos importados. O empresário cita pela primeira vez a expressão "argentinização"; significando o sucateamento da indústria nacional devido à abertura de mercado. A alusão ao caso da Argentina é algo

bastante freqüente durante todos os anos da pesquisa. Para os empresários o país é um exemplo de que, abrir a economia sem critérios que visam proteger a não competitiva indústria nacional, pode levá-la ao sucateamento.

O setor que mais reagiu a redução das alíquotas na definição da nova política industrial para o setor foi, sem dúvida, o têxtil. A redução foi mais drástica nesta área pois o governo responsabilizou o setor pela volta da inflação (a abertura de mercado foi usada por muito tempo como uma ameaça aos empresários a fim de evitar abusos de preços).

A situação se complicou mais devido ao fato do setor ser dividido em duas áreas principais, as confecções e as tecelagens. Cada uma responsabiliza a outra pelo alto preço da roupa nacional e tiveram reações diferentes em relação a nova política industrial.

As confecções, representadas pela Associação Brasileira da Indústria do Vestuário (ABRAVEST), receberam bem a notícia da redução das alíquotas. Segundo o presidente da associação, Roberto Chadad, a medida iria conter os abusos de preços por parte das tecelagens, já que o preço internacional foi aquele que passou a valer.

Nas tecelagens a reação foi totalmente contrária. Para Paulo Skaf, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), a medida colocava em risco a indústria têxtil nacional devido ao seu atraso tecnológico e incapacidade de reduzir os custos para se tornar competitiva. Para o empresário, a indústria desapareceria se não fossem tomadas as seguintes medidas complementares: solução para a falta de financiamentos, redução das alíquotas para importação de máquinas, equipamentos, anilinas e insumos sintéticos.



As pequenas empresas também não viram com bons olhos a nova política industrial.

Para Eliane Belfort Matos, vice-presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo, existia um risco de sucateamento da pequena indústria. Esta não poderia se modernizar para competir com os importados, pois estava descapitalizada, devido aos cruzados retidos, e havia falta de financiamentos.

Por fim o setor de brinquedos também se manifestou através do presidente de seu sindicato, Emerson Kapaz. Na sua opinião o governo deveria manter condições mínimas de competitividade evitando assim a concorrência desleal por parte dos chineses, por exemplo, que usam mão-de-obra "semi-escrava". Contudo o empresário citou que a abertura favorece as pequenas empresas que são submetidas a oligopólios de fornecedores.

Após este período de definição da política industrial começam a aparecer os primeiros efeitos da redução das alíquotas de importação, os importados estão cada vez mais no cotidiano do brasileiro. O efeito mais importante é o controle dos preços principalmente do cimento, dos alimentos e do vestuário. Apenas os empresários dos alimentos não admitiam essa premissa, afirmando que tem competitividade para encarar os importados. Contudo os varejistas mostraram que o ritmo de remarcação diminuiu e que estava mais fácil negociar com os fornecedores.

O mês de agosto começa com a preocupação dos economistas com relação ao ritmo da abertura, notadamente se referiam a redução das alíquotas em julho. Em matéria publicada na página B-16 de 05/08/90, o jornal trás opiniões de diversos economistas ligados ao meio acadêmico e empresarial. Em síntese pode-se dizer que o conceito de

abertura foi bastante elogiado mas a maneira com esta vinha sendo levada, foi alvo de críticas. Para os economistas a indústria nacional não está preparada para a concorrência internacional e corria o sério risco de ser sucateada.

Também é neste mês que se verifica uma das mais importantes declarações a respeito da abertura. Edson Vaz Musa, presidente da Rhodia S/A na época, critica abertamente a maneira com que o governo vinha conduzindo o processo, sintetizando assim todo o pensamento empresarial do ano de 1990.

O executivo citou, em matéria publicada no dia 08/08/90 na página B-16, que se o governo não tomar cuidado poderá quebrar a indústria nacional. Esta reação de Musa foi justificada pela situação que a Rhodia enfrentava na época.

Como se sabe, os custos no Brasil são muito maiores do que os internacionais. Durante o período de economia fechada estes custos podiam ser agregados ao preço de venda. Com a abertura, o que define o preço de um produto é o preço no mercado internacional. Dessa forma a Rhodia passava por dificuldades, pois tinha custos de produção muito elevados e era obrigada a vender seus produtos pelo preço internacional.

Na mesma matéria são listados todas as dificuldades, que Musa acreditava existem no Brasil, para a implantação da abertura comercial. Primeiramente ele cita a velocidade de liberação. Um ritmo muito rápido poderia quebrar indústrias que, com o tempo, poderiam se modernizar e competir internacionalmente.

O custo do investimento é outro problema. O presidente da Rhodia afirmou que para se modernizarem as empresas precisam de

investimentos e este custa 84% mais no Brasil.

A carga tributária também foi levantada por Musa. Para ele a elevada tributação das empresas nacionais faz com que os preços estejam acima dos praticados internacionalmente.

A estrutura industrial, segundo Musa, impede a competitividade das indústrias nacionais. Como critérios políticos determinavam a localização industrial o custo dos fretes em certos casos é muito caro.

Musa também lembra o perigo de "dumping". Para ele o Brasil não tem uma legislação efetiva a fim de coibi-lo.

Por fim foi citada a defasagem cambial. Naquela época o cruzeiro estava sobrevalorizado, tornando muito difícil concorrer com os importados.

Poucos dias depois das declarações de Musa outro nome de peso dos meios empresariais faz mais críticas à abertura. Elogiando o conceito da abertura e ressaltando a necessidade de uma modernização da indústria brasileira, Luis Carlos Delben Leite (presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas) afirmou que o governo precisa acabar com a contradição de liberar as importações e desestimular a produção nacional.

A partir deste ponto já se percebe o pensamento empresarial a respeito da abertura no ano de 1990. Em geral, os empresários concordam com a necessidade da abertura comercial mas não se conformam com a velocidade desta. Para eles é impossível competir com os importados, dadas certas dificuldades enfrentadas pelas indústrias nacionais. Há uma carência muito grande de financiamentos para a modernização que também são muito caros, a carga tributária nacional é

muito elevada e os custos em geral também o são. Desta forma os empresários clamam, durante o ano de 1990, por maior proteção à indústria nacional mediante uma desaceleração da abertura.

## 4 - Análise do ano de 1991

Durante a ano de 1991 as declarações de empresários a respeito da abertura de mercado vão cada vez mais desaparecendo. Uma primeira razão é que a abertura já está no seu segundo ano e seus efeitos já foram bastante sentidos e discutidos, a segunda é a instabilidade econômica. Durante 1991 a inflação volta a subir e isso enfraquece em muito o governo Collor que passa a governar praticamente sozinho.

Percebe-se então que a recessão em que o país entra se torna o assunto mais comentado entre o meio empresarial que passa a cobrar providências do governo. Sendo assim, neste cenário conturbado a abertura de mercado torna-se um alvo de pouca discussão, principalmente no segundo semestre, havendo apenas algumas declarações de empresários a respeito de fatos específicos de determinado setor. A única preocupação relacionada com a abertura de mercado é ganho de produtividade que será tratado mais a frente.

Um fato que desperta atenção é o fechamento de várias fábricas nacionais, principalmente as de multinacionais, que descobrem que é mais fácil e mais barato importar os produtos da matriz do que produzi-los aqui. Este é o caso da Pelikan e de outros ex-fabricantes de canetas. Segundo Martin Rosemberg, presidente da empresa, a instabilidade incontável da economia brasileira, o alto risco do país, as altas taxas de juros e principalmente a abertura de mercado levaram a Matriz a essa decisão.

Já o 1º vice-presidente da ABDIB, Einan Kok, conclui na seção opinião econômica de 07/03/91 que a abertura de mercado contribui para que entrem apenas produtos sofisticados no país, quase

sempre com preços superiores. Para ele o brasileiro passou a cultuar os importados como melhores que os nacionais pelo simples fato de serem importados.

Um fato importante em 1991 é uma certa mudança no pensamento empresarial a respeito da abertura. Algumas empresas passam a enxergar a abertura não como a grande vilã de 1990, mas sim como uma oportunidade para solução de problemas.

As montadoras, por exemplo, enfrentavam no começo do ano uma grave crise no setor de autopeças. Os fornecedores não entregavam as encomendas e requisitavam reajustes no preço. Diante deste quadro as montadoras decidiram importar aquilo que faltava. Segundo Miguel Jorge, vice-presidente de assuntos corporativos da Autolatina na época, a empresa iria gastar uma parte dos US\$ 300 milhões destinados à importação de máquinas e equipamentos para importar autopeças.

Outras empresas, como a Panasonic, passaram a usar a importação para testar o mercado brasileiro. Caso o produto fosse bem aceito tomava-se a decisão de produzi-lo internamente. O gerente de marketing da empresa afirmou que a importação é muito útil, pois permite queimar etapas. Em vez de se partir de um projeto, parte-se de um produto pronto.

A questão da competitividade permanece. No início de março, Antonio Oliveira dos Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio, escreve sobre portos na seção Opinião Econômica da Folha de São Paulo. Para ele a ineficácia dos portos brasileiros, muito mais caros que os do resto do mundo, é um grande fator da falta de competitividade da indústria nacional.



Muitas empresas passam então a implantar processos de produção mais simplificados, visando assim reduzir os custos e ganhar a tão falada competitividade. Para José Roberto Schetino, diretor associado da Andersen Consulting, a competitividade dos produtos importados gerou muita insegurança em boa parte dos empresários.

O sinal mais forte do pensamento empresarial do ano se concretiza em junho. No dia 23/06/91 a Folha publica uma matéria intitulada "Indústrias querem mais prazo para concorrência".

Nesta matéria os setores de brinquedos e químico querem reestudar a abertura em suas áreas. Oded Gajino, presidente da ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) afirmou que a política de abertura do governo no setor de brinquedos nunca foi discutida com os empresários, assim como o risco de extinção da indústria nacional em virtude da concorrência internacional.

O empresário espera do governo uma revisão dos fatores que encarecem a produção nacional. Novamente são citados a carga tributária elevada e o alto custo do frete, também é lembrada a pouca facilidade de importar matérias-primas e tecnologia.

Finalizando, o representante do setor de brinquedos pediu uma revisão no cronograma de redução das alíquotas, que caíram de 105% em 1990, para 85%.

As mesmas reivindicações do setor de brinquedos também são compartilhadas pelo setor químico. Isso segundo o presidente da ABRIQUIM, Eduardo Eugênio Gouveia Vieira.

A questão do "dumping" é novamente levantada. "Dumping" significa a estratégia de uma empresa em vender produtos abaixo do custo em um determinado mercado a fim de destruir os

concorrente e recuperar os prejuízos depois.

Para Gouveia da ABIQUIM isso é muito comum na área química devido aos excedentes gerados na produção que são vendidos a outros países a qualquer custo. É por isso que ele tinha muito medo que isso acontecesse no Brasil, principalmente devido à legislação ineficaz.

A lei "anti-dumping" é ineficaz, diz o executivo, pois só é acionada após a verificação do "dumping". Depois que um produto entre no país o estrago já foi feito.

Já se tem subsídios suficientes para caracterizar o pensamento empresarial de 1991. Primeiramente vamos citar que o empresariado está começando a considerar a abertura como uma oportunidade, o pensamento é então um pouco mais favorável.

A preocupação com a competitividade continua em 1991. Isso revela que o empresariado tem consciência de que a sua sobrevivência num ambiente internacionalmente competitivo depende disso.

Finalmente alguns setores continuam com uma visão bastante negativa da abertura de mercado. O setor de brinquedos, que durante a definição da política industrial de 1990, acompanhada da redução das alíquotas, afirmou que não poderia competir internacionalmente, defendeu sua posição de maior proteção à indústria e de reformas na política industrial interna.

Já o setor químico demonstrou que fez uma idéia errada da abertura em 1990. Durante a definição da política industrial os empresários do setor disseram que a abertura iria ser proveitosa. Agora têm a mesma reivindicação do setor de brinquedos, provando assim que para eles a abertura foi ruim.



## 5 - Análise do ano de 1992

A ano de 1992 inicia com uma redução de 6% em média nas alíquotas de importação. O Ministro da economia na época, Marcílio Marques Moreira, disse que esta redução estava prevista no cronograma da abertura (reduções nas alíquotas no início de cada ano) e que novas alterações aconteceriam para combater distorções e oligopólios. Para as montadoras, que aumentaram seus preços acima da inflação em 1991, o Ministro mandou o recado de que as mesmas deveriam ficar mais competitivas a fim de enfrentar um ano de alíquotas mais baixas.

Um pouco depois do anúncio, o vice-presidente da FIESP e presidente da ABILUX (Associação Brasileira da Indústria da Iluminação) Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, elogia a abertura. Para ele o governo estava no rumo certo ao implantar uma política liberal e liberalizante.

Outra manifestação de simpatia à abertura vem de dois economistas em 20/03/92. Jorge Smougo e Helson Braga afirmam que com a abertura as empresas regulariam seus preços de acordo com os níveis internacionais. Dessa forma, para sobreviverem, as empresas tinham que buscar níveis mais elevados de eficiência produtiva a fim de baixar os custos e ganhar competitividade.

A abertura volta a ser comentada em maio durante a câmara setorial da indústria automobilística. Durante as negociações, foi feito um lobby muito grande das montadoras para a instalação de cotas de importação. Para o presidente da ANFAVEA, Luis Adelar Scheuer as cotas eram necessárias para dar tempo às montadoras aqui instaladas de se modernizarem e ganharem competitividade.

O governo contudo, não atendeu aos apelos das montadoras. Marcílio Marques Moreira disse que não desejava limitar as importações e a secretária nacional de economia, Dorothea Verneck disse que as altas taxas de importação é que regulariam o mercado dando o tempo pedido pelas montadoras.

Outro fato muito importante de 1992 foi a desativação das fábricas no Brasil dos maiores fabricantes de componentes eletrônicos do mundo. Ao sentirem a concorrência internacional e perceberem que suas fábricas haviam virado sucata durante a reserva de mercado, onde nunca foi preocupação a modernização, empresas como a NEC e a Philips Componentes resolveram acabar com a produção no Brasil.

Para Marcos Magalhães, diretor da Philips Componentes o Brasil tinha perdido o trem da microeletrônica. Além disso o executivo disse que o fechamento das fábricas foi uma ação preventiva visando assim evitar prejuízos.

No mês de junho é que se tem duas amostras bastante significativas do pensamento empresarial do ano no tocante a abertura de mercado. A primeira é dada por Jacy de Souza Mendonça, 4º vice-presidente da FIESP, na seção Opinião Econômica de 19/6/92.

O empresário começa elogiando o conceito da abertura de mercado citando que uma economia aberta tem muito mais chances de sucesso no médio e longo prazo do que uma fechada. Ele inclusive chega a afirmar que foi um erro manter a economia brasileira fechada por tanto tempo.

Mas no desenvolvimento de seu texto notam-se diversas críticas à velocidade da abertura. O empresário afirma que a indústria nacional deseja competir internacionalmente; mas competir e ser

vitoriosa.

Em sua opinião isso pressupõe a competitividade para concorrer em igualdade de condições, que o Brasil não tem.

Novamente é lembrado o caso da Argentina. Jacy de Souza Mendonça diz que esta nação "abriu, competiu e perdeu"; significando que abrir a economia sem ter a competitividade necessária para tanto pode ser desastroso.

A respeito das razões da não competitividade são ressaltadas as seguintes: o custo muito elevado das matérias-primas na produção nacional (muito mais caras que no exterior), os processos de produção brasileiros não acompanham o ritmo de modernização do primeiro mundo, os custos do dinheiro e sociais são muito elevados, a carga tributária sobre a produção é excessiva e há pouco ganho na escala de produção devido ao mercado pequeno.

Para o empresário o processo de abertura não pode ser abrupto e sim gradativo. O Governo deveria abaixar lentamente as alíquotas enquanto soluciona os problemas supracitados.

A segunda amostra foi dada por Hélio Mattar, coordenador do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais). Sua opinião é mais ou menos na mesma linha de Jacy de Souza Mendonça; elogia a abertura mas não a forma como ela estava sendo conduzida. A diferença reside no fato de que Hélio Mattar prega claramente um maior protecionismo, dizendo que mesmo no primeiro mundo isso é comum, Mendonça prefere um maior investimento na produção nacional e a diminuição de certos problemas.

Nos meses seguintes não são encontradas declarações significativas por parte dos empresários. Nesta época do ano a

instabilidade político-econômica do Brasil atinge seu auge. Sob denúncias de corrupção, o então presidente Collor é destituído de suas funções. Tudo isso justifica o fato da abertura ter se tornado um assunto secundário durante o segundo semestre.

A conclusão que chegamos em 1992 é que o pensamento empresarial mudou muito pouco. Sinteticamente, continua-se elogiando o conceito da abertura mas o ritmo desta é alvo de diversas críticas na medida que estaria pondo em risco a indústria nacional.

Essa diversidade de críticas é devida a uma outra face do pensamento empresarial. Em geral o empresariado nacional não se considera competitivo internacionalmente; existe a consciência de que a concorrência aberta durante esta fase da indústria nacional só pode levar à derrota.

A consciência da não competitividade é tão grande que em alguns casos como o setor de componentes eletrônicos, tomou-se a decisão de fechar as fábricas e largar o mercado para a concorrência internacional (isso mesmo com as tarifas relativamente altas). Os empresários do setor sabiam que competir em igualdade de condições seria impossível e decidem então evitar futuros prejuízos.

Outra característica do pensamento empresarial é a consolidação de alguns fatores da não competitividade. Entre eles podemos destacar a falta de financiamentos, aliada a alta taxa de juros dos mesmos e a elevada carga tributária sobre as indústrias nacionais.

Pode-se concluir que o protecionismo é ainda bastante desejado pelas lideranças empresariais. Isso é ainda mais forte na indústria automobilística.

## 6 - ANÁLISE DO ANO DE 1993

Durante o ano de 1993 a concorrência internacional começa a apertar e muitas empresas nacionais continuam fechando em virtude disso. É este o caso da indústria de carros nacionais fora-de-série e de auto-rádios, que têm a produção inviabilizada devido a abertura de mercado.

A valorização da qualidade como parte da competitividade está cada vez mais fortalecida. No entanto o seu alcance é bastante difícil; sendo que 52,3% dos empresários, numa pesquisa da Price-Waterhouse, disseram que o principal obstáculo é a instabilidade econômica.

Nesse meio tempo o governo lança algumas medidas protecionistas. A primeira se refere à obrigatoriedade do pagamento de IPI na importação de componentes de informática. Isso satisfaz bastante os produtores nacionais ávidos por protecionismo.

A segunda se refere a não isenção do IPI nos carros abaixo de 1.000 cilindradas importados. O GATT obriga tratamento econômico para empresas do mesmo setor e o Brasil desobedeceu esta regra.

A partir do final de maio a questão da abertura se torna alvo de maiores discussões. Isso se verifica nas negociações durante à câmara setorial da indústria automobilística.

A primeira divergência entre governo e Montadoras foi em relação aos CKDs (veículos completamente desmontados). Segundo um projeto do governo, montadoras estrangeiras poderiam se instalar no Brasil importando os CKDs e montando-os aqui. As montadoras nacionais fizeram um lobby muito grande contra isso.



A redução da alíquota de importação para 35% em 1º de julho também gerou bastante controvérsia. Para Scheuer da Anfavea as alíquotas de importação não seriam mais uma barreira eficiente contra os importados. O representante das montadoras chega a propor, junto com o deputado Aloysio Mercadante do PT, a criação do sistema de cotas de importação.

O presidente da Rhodia, Edson Vaz Musa, volta a criticar a velocidade da abertura durante a Fenit (Feira Nacional da Indústria Têxtil). Invocando um possível "dumping" por parte dos concorrentes estrangeiros o empresário pediu que a redução fosse adiada e que fossem instaladas cotas de importação.

Outro acontecimento importante em 1993 é a questão do cimento. Com a perspectiva da entrada do cimento russo com preços 30% menos que o nacional Antônio Ermírio de Moraes também invoca o "dumping", essa prática desleal de comércio é cada vez mais lembrada a fim de forçar o governo a levantar barreiras protecionistas. No entanto só foi investigado "dumping" nos tecidos coreanos e nos eletrodomésticos chineses, em outros setores o governo brasileiro não achou distorções.

No dia 1º de julho a anunciada redução das alíquotas é efetivada. O setor automobilístico é o que mais se sente prejudicado, principalmente nos carros de alto luxo pois os importados igualaram os preços com os nacionais.

As montadoras por sua vez insistem no sistema de cotas de importação, pois se assumem como não-competitivas. Como o governo não atende, a Ford passa a importar em larga escala.

Outros dois setores também ficam em situação bastante difícil. O de instrumentos musicais ameaça fechar, pois não consegue

competir. Já o de eletroportáteis pede mais proteção em relação aos produtos vindos da Ásia, que estariam fazendo "dumping".

Para os empresários do setor não há preocupação com a competição com EUA e Europa pois eles afirmam que têm qualidade e preço. O perigo real seria com a Ásia pois produtos vindos de lá chegam com preços que não pagariam nem as matérias-primas.

O pensamento empresarial de 1993 é bastante semelhante a 1992. A consciência da não competitividade ainda é bastante presente e o desejo por mais proteção ainda maior. No ano de 1993 persiste o fechamento de fábricas que não conseguem concorrer com o exterior e surge a idéia das cotas de importação como forma de coibir o avanço dos importados, as cotas de importação são práticas condenadas pelo GATT.

O "dumping" está sendo cada vez mais citado pelos empresários que tentam pressionar o governo para diminuir a velocidade da abertura. Qualquer produto que chega no Brasil com preços baixos é acusado de dumping, quando na verdade existe uma ineficiência por parte da indústria nacional.

Cabe aqui ressaltar que o argumento do "dumping" nem sempre é falso. No caso da indústria química ele é até comum pois, durante a produção, são gerados excedentes no setor. Estes excedentes são exportados a qualquer preço, muitas vezes abaixo do custo, caracterizando assim o "dumping". Resumidamente podemos dizer que o argumento é mal usado mas em alguns casos ele é verdadeiro.

# **ANEXO 1**

Resumo das declarações encontradas nos anos de 1990, 1991, 1992 e 1993.



1990

Resumo das notícias encontradas no jornal Folha de São Paulo no ano de 1990

**1) Folha de São Paulo - 05/01/90**

**Pág. B-6**

**Collor tem 4 meses para negociar com o GATT novas regras**

Nesta matéria, o então embaixador do Brasil no GATT, afirma que os países desenvolvidos tinham várias propostas que, se aprovadas, prejudicariam o Brasil.

Também alerta para a urgência do governo Collor em definir sua política externa.

**2) Folha de São Paulo - 12/01/90**

**Pág. B-4**

**Pesquisa mostra que industriais teme ritmo lento de modernização.**

Pesquisa da CNI com 550 executivos primeiramente mostra que a indústria brasileira inicia a década de 90 convencida de ter melhorado sua competitividade em relação ao começo da década de 80.

Contudo, ela está preocupada com o ritmo lento de modernização.

Entre outras constatações, a pesquisa mostra que os empresários querem mais facilidade à tecnologia internacional. Dessa forma são críticos em relação à atuação da CACEX da SEI (Secretaria Especial de Informática) e do IMPI, 58,7% dos entrevistados afirmaram que o controle das importações de máquinas e componentes eletrônicos internacionais é um obstáculo à modernização.

Para 84,4% a estratégia para o Brasil enfrentar os blocos econômicos e aumentar a competitividade.

Mesmo assim, 58,4% consideram a indústria nacional inapta para competir no mercado internacional e 80% querem uma redução gradual de tarifas.

### **3) Folha de São Paulo - 23/01/90**

**Pág. B-5**

#### **Governo pode importar material de construção.**

Ministro Mailson da Nóbrega admite a possibilidade de se importar material de construção. Isso se deve ao fato deste produto ter seus preços variando acima da inflação.

Presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis (SECOUI), Miguel Mourad, afirma que a situação dos preços teria que mudar pois se não, buscariam-se produtos mais baratos no exterior.

**4) Folha de São Paulo - 28/01/90**

**Pág. A-6**

**Collor promete liberar investimento estrangeiro.**

Declaração de satisfação nesta matéria, do Secretário de Comércio dos EUA em relação à propensão do presidente eleito Fernando Collor de Melo em abrir a economia.

**5) Folha de São Paulo - 04/02/90**

**Pág. B-6**

**Pequenos exportadores optam pelo mercado interno.**

Horst Volk, diretor presidente da ORTOPE, afirma que não adianta exportar pois o governo não colabora.

Paulo Gonsalves, gerente de exportação da Ficher Comércio e Exportação de Frutas, afirma que não se espera uma relação paternalista com o governo, mas a defasagem cambial preocupa.

Cristina Arcangeli, diretora presidente da PHYTO ERVAS, afirma que não houve preocupação com exportações pois o mercado interno estava muito bom.

**6) Folha de São Paulo - 19/03/90**

**Pág. B-10**

**Fim das restrições às importações atinge de carros a caviar.**

O presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), Benedicto Moreira, afirma que a liberação das importações terá pouco efeito devido ao aperto de liquidez dado pelo governo e pelo fato de que as importações terão que ser pagas com base na cotação livre do dólar (a liberação do câmbio ocorria na mesma época).

**7) Folha de São Paulo - 17/04/90**

**Pág. B-2**

**Importação de cimento tem zero de imposto.**

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, diretor superintendente do grupo Votorantim (maior produtor nacional de cimento) considerou a medida justa e afirma que a partir deste momento o setor de cimento pode mostrar a sua eficiência.

Para o empresário o produto nacional tem qualidade para competir com o importado, pois a indústria nacional de cimento se modernizou de igual para igual com a concorrência estrangeira. "Nosso

produto é melhor", diz ele.

Por fim Antônio Ermírio de Moraes afirmou que vai lutar contra um possível "dumping" por parte das indústrias internacionais.

**8) Folha de São Paulo - 05/05/90**

**Pág. B-6**

Após o governo ter definido as alíquotas dos produtos constantes no antigo "Anexo C", o secretário nacional adjunto de economia, João Rodrigues da Cunha, diz que o governo não quer sucatear a indústria nacional nem incentivar a concorrência predatória. Suas intenções seriam motivá-la a reduzir custos, aumentar a produtividade e modernizar-se.

**9) Folha de São Paulo - 06/05/90**

**Pág. B-12**

**Empresários temem a abertura da importação.**

Os empresários paulistas viram com reservas o anúncio das alíquotas para importação, pois a redução gradativa das mesmas pode acarretar problemas.

Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Iluminação (ABILUX), disse que as tarifas entre 40 e 105% ainda protegem a indústria nacional; mas se forem

reduzidas, as empresas que não dispõem de recursos para modernização podem até fechar.

Paulo Setubal Neto, presidente da Duratex, mostrou-se favorável a uma inversão na política governamental, a liberação deveria começar por equipamentos e não por bens de consumo.

**10) Folha de São Paulo - 07/05/90**

**Pág. B-6**

**Para se adaptarem a nova economia as empresas redescobrem a produtividade.**

A perspectiva da entrada de novos concorrentes internacionais está alertando as empresas para uma utilização mais eficiente de recursos.

Geraldo M. da Silva, diretor geral da Management Training do Brasil (MTB), afirma que a empresa que não tiver as melhores condições de qualidade, preço e prazo de entrega vai se encontrar em situação bastante delicada.

**11) Folha de São Paulo - 09/05/90**

**Pág. B-11**

O Secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldenberg, afirmou que a liberação total da importação de bens de informática

altamente sofisticados, a proibição da de bens medianamente sofisticados e a liberação mediante imposto dos pouco sofisticados, é bastante adequada. Isso se deve ao fato da política externa no setor de informática proteger a indústria nacional justamente onde ela mais necessita.

**12) Folha de São Paulo - 10/05/90**

**Pág. B-14**

**Comércio já se interessa pelas importações.**

Lojas como Mappim e Paes Mendonça passam a importar produtos visando menores preços ao consumidor. Sendo que a abertura das importações abriu o leque de fornecedores destas lojas, elas agora podem contornar a força de certos setores onde há poucos produtores.

José Ronaldo Bressane, diretor da G. Aronson, diz que a abertura é benéfica pois vai "acordar" a indústria nacional.

**13) Folha de São Paulo - 01/07/90**

**Pág. B-7**

**Indústrias de base não temem a concorrência.**

As indústrias de base estão receptivas à nova política industrial do governo e acreditam que as novas regras para a importação de equipamentos beneficiará a indústria em geral pois vai torná-la mais



competitiva.

Considerando que o parque nacional de base é competitivo e perde apenas no quesito preço, os empresários da ABDIB afirmam que o governo deve implantar mudanças na economia antes de abrí-la. Nestas destacam-se moeda estável, câmbio mais livre e inflação controlada.

"Todas as empresas serão beneficiadas com a nova política, se for cumprida na forma que foi anunciada" Carlos Villares.

#### **14) Folha de São Paulo - 01/07/90**

**Pág. B-7**

#### **Setor precisa de um ano.**

Este seria o prazo necessário para a indústria de bens de capital ter condições de lançar novos produtos no mercado e dar os primeiros sinais em termos de tecnologia. "Abrindo as importações e voltando os investimentos ao nosso setor, sem dúvidas, vai facilitar a absorção de tecnologia" - Valdir Pepe, vice presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ).

**Abertura na área química gera controvérsia.**

O governo divulgou uma lista com mais de 500 produtos químicos e petroquímicos que terão alíquota de importação zerada. Embora boa parte deles sejam matérias-primas e insumos sem produção nacional, alguns são fabricados no país e até exportados e isso perturbou bastante os empresários da área química.

Contudo a Associação Brasileira das Indústrias Químicas (ABRIQUIM) acredita que a abertura será saudável para o mercado desde que o Brasil tenha mecanismos de compensação eficientes e uma rigorosa lei anti-dumping. Rubens Gomes, diretor executivo da entidade, observou que há 20 anos não havia negociação no setor. "Com o número de fornecedores restrito, o mercado sempre foi comprador, agora vai haver iniciativa dos vendedores", diz ele.

Para Rubens Gomes ainda é muito importante a liberação de máquinas e equipamentos pois esta permitirá a modernização dos pólos petroquímicos do país. Por fim é dado destaque especial à abertura na área de informática pois o executivo afirma que os avanços tecnológicos na petroquímica são baseados em controle de processo.

Isaac Lutton diretor comercial da Cosmoquímica Indústria, Comércio, membro do Conselho de Comércio Exterior da Federação do Comércio de São Paulo, disse que a importação é um excelente instrumento para exigir eficiência da indústria nacional, especialmente em setores oligopolizados como a química e a petroquímica.

O lado negativo da abertura foi destacado por Amaury Gereissate, presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Produtos Químicos de São Paulo. Para ele o produto nacional pode não ter condições de competir com o importado e o país pode entrar num processo de desagregação da indústria, que ele qualifica de "Argentinização". Sua preocupação se deve especialmente aos solventes que o país produz com excedentes e até exporta e que foram liberados.

"Não podemos começar uma orgia de importações" - Amaury Gereissate.

#### **16) Folha de São Paulo - 01/07/90**

**Pág. B-8**

#### **Preço do jeans cairá 25% prevê empresário.**

Responsabilizado pela volta da inflação, quando o governo anunciava índice zero, o setor têxtil foi o primeiro a sofrer a redução das alíquotas de importação dentro da nova política industrial.

O setor têxtil ficou dividido a respeito o assunto. Sempre em discussão a respeito de quem é responsável pelo alto custo da roupa brasileira as confecções e tecelagens tiveram reações diferentes.

Roberto Chadad, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Vestuário (ABRAVEST), já antecipa uma queda nos preços dos jeans.

O executivo foi atuante no processo de redução de tarifas alegando ao governo que somente a competição internacional pode acabar

com os aumentos abusivos de preços. "As indústrias de tecidos e fios já voltaram atrás em um aumento médio de 25% que deveria começar a vigorar amanhã", diz ele.

Roberto Chadad ainda afirmou que depois da liberação das importações, as empresas perceberam que precisam rever seus custos antes de aumentar os preços, já que o preço internacional é que regula o mercado.

Já o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), Paulo Skaf, afirmou primeiramente que qualquer previsão de redução no preço dos produtos têxteis agora leviana.

Para ele parte das matérias-primas usadas na tecelagem pode sair mais barato. Contudo levanta uma série de dúvidas sobre a possibilidade de baratear o custo do produto nacional e competir com o importado. Dessa forma a redução das alíquotas da forma como foi feita já põe em risco a indústria nacional se o governo não tomar uma série de medidas complementares rapidamente. Dentre estas o empresário destacou que o governo deve solucionar o problema da falta de financiamento para as indústrias se modernizarem.

Finalizando Skaf afirma que o setor pode ser muito fragilizado pelas importações, pois é composto por milhares de pequenas empresas que não tem condições de competir com os EUA e com a Coreia.

**17) Folha de São Paulo - 01/07/90**

**Pág. B-9**

**Procura por importação de tecidos já é grande**

O vice presidente da Cotia Trading, que foi procurado pela ABRAVEST a fim de possibilitar importações aos membros da indústria do vestuário, Paulo Cunha, disse que há uma enorme tendência importadora, pois é certo que importar matérias-primas e tecidos será muito vantajoso.

Para Paulo Skaf, caso ocorra uma corrida às importações nos primeiros dois meses, as reservas brasileiras podem ser afetadas por um déficit na balança comercial. Dessa forma isso cria uma expectativa entre os empresários de que o governo talvez não consiga manter a continuidade da total liberação para as importações, diz ele.

**18) Folha de São Paulo - 01/07/90**

**Pág. B-9**

**Indústria espera apoio**

As tecelagens segundo Paulo Skaf, têm quatro reivindicações principais. A primeira é a redução das alíquotas para a importação de máquinas e equipamentos dado o atraso do setor têxtil.

A segunda é a de mais financiamentos e as outras duas se

referem à queda substancial nas alíquotas de importação de anilinas e a revisão tarifária para os insumos sintéticos.

**19) Folha de São Paulo - 01/07/90**

**Pág. B-10**

**Micros temem extinção com maior importação.**

Caso fossem submetidas à imediata competição com empresas internacionais, uma expressiva parcela das 750 mil micro e pequenas indústrias nacionais sucumbiria. É isso que afirma Eliane Belfort Matos, vice presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo. A executiva alerta para o risco de sucateamento das pequenas indústrias que no momento se encontram descapitalizadas devido aos cruzados retidos e a falta de financiamento. Sem capital, as pequenas indústrias não têm como se modernizarem.

A matéria ainda versa sobre as declarações do setor de brinquedos. Emerson Kapaz presidente do Sindicato das Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos do Estado de São Paulo, afirma que é necessário que antes sejam asseguradas condições de competitividade para o setor afim de evitar a concorrência desleal como por exemplo dos brinquedos chineses que usam mão-de-obra "escrava".

Contudo Emerson Kapaz aponta a liberação das importações como uma alternativa de obtenção de matéria-prima para as pequenas e médias empresas que são submetidas à oligopólios de fornecedores.



**20) Folha de São Paulo - 03/07/90**

**Pág. B-3**

**Importação segura o preço do cimento.**

Fernando João Pereira dos Santos, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, afirma que a importação é o novo controlador do preço do cimento no mercado, se não fosse a liberação da mesma os preços estariam 30% acima em média. Para ele não há previsão de reajuste por causa dos preços dos cimentos importados. Contudo ele diz que a indústria de cimento está operando no intuito de manter suas despesas mínimas.

**21) Folha de São Paulo - 03/08/90**

**Pág. B-6**

**Comércio planeja duplicar as suas importações de alimentos.**

Edmundo Klotz, presidente da Associação Brasileira da Indústria Alimentícia (ABIA) não teme a competição, "até agora, tenho recebido pouquíssimas queixas quanto a competição de produtos importados. A indústria nacional poderá absorver a competição internacional", diz ele; ainda estabelecendo que de qualquer maneira a indústria também está liberada para importar matérias-primas que estejam muito caras no Brasil.

**22) Folha de São Paulo - 05/08/90**

**Pág. B-3**

**Importados estacionam reajustes no varejo.**

Os empresários do varejo já observam que a entrada de produtos importados somada à recessão está diminuindo o ritmo de reajustes.

"Está mais fácil negociar com os fornecedores agora do que alguns meses atrás", diz Armando Peralta, presidente em exercício da Associação Paulista de Supermercados (APAS).

Wilson Tanaka, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo, cita o exemplo do leite longa vida que chegou a ser vendido a Cr\$ 100,00 e baixou devido à entrada do leite argentino a Cr\$ 60,00.

André Ramchbourg, diretor da ABRAVEST, diz que existe uma cautela maior por parte das tecelagens de aumentar seus preços. Porém ele reconhece que ainda entram poucos importados têxteis no país, pois o custo de importar iguala ao preço internacional.

**23) Folha de São Paulo - 05/08/90**

**Pág. B-16**

**Economistas temem ritmo da abertura.**

Alguns economistas, preocupados com o ritmo de abertura pretendido pelo governo Collor, alertam que ele pode ser desastroso para setores que nunca enfrentaram a concorrência e que o presidente deve ter muita cautela a fim de não sucatear aquilo que, mesmo precariamente, já existe.

Paulo Nogueira Batista Jr., professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, elogiou o conceito de abertura, mas alertou que um ritmo equivocado pode destruir setores internos da economia.

Sérgio Bergamini, diretor do Departamento de Economia da FIESP, disse que a abertura não pode ser feita "na louca" e afirmou que é favorável à abertura como meio de obtenção de tecnologia.

Otávio de Barros, presidente em exercício do Conselho Regional de Economia, disse temer o fato da liberação de importações ter vindo "desconectada de uma política industrial bem definida, mas garante que, com instrumentos de política monetária eficientes e a abertura de importação, o governo poderá controlar pressões de monopólios e oligopólios.

**24) Folha de São Paulo - 08/08/90**

**Pág. B-16**

**Musa alerta para risco das importações.**

O diretor presidente da Rhodia S/A., Edson Vaz Musa, afirmou que, se o governo não tiver cuidado, quebrará a indústria nacional com sua iniciativa de abrir as fronteiras do país às importações. O executivo também afirmou que a abertura é imprescindível, mas o governo precisa dosar esse processo para não sucatear a indústria do país.

Na mesma matéria o jornalista cita que até pouco tempo, com a reserva de mercado, a Rhodia podia incorporar seus custos de transporte e investimento e etc., muito mais elevados do que os custos internacionais, no preço final ao consumidor.

Este preço, conseqüentemente era muito mais elevado em relação aos praticados no mercado internacional e possíveis graças a reserva de mercado.

Sendo que esta última acabou, os preços praticados pela Rhodia têm que estar em sintonia com o mercado internacional enquanto os custos não estão. Isso explicaria a atitude de Musa em relação a abertura.

Como um exemplo do que era possível ser feito durante a reserva de mercado o jornalista Armando Ourique, autor da pesquisa, cita o fato da Rhodia ter instalado uma fábrica de insumos químicos em Camaçari, Bahia, enquanto as fábricas de produtos intermediários se localizarem em São Paulo. O custo de frete muito maior poderia ser

repassado ao consumidor pois não havia concorrência.

## **25) Folha de São Paulo - 08/08/90**

**Pág. B-16**

### **Empresário faz relação de entraves**

Na visão de Musa o governo deveria considerar as seguintes dificuldades para implantar uma abertura comercial.

- Velocidade de Liberalização: um ritmo muito rápido de redução de tarifas pode quebrar indústrias que com o tempo poderiam se adaptar à concorrência internacional.

- Custo do Investimento: para enfrentar a concorrência internacional é preciso investir e o custo do investimento no Brasil é de 84% mais caro que nos EUA.

- Imposto de Renda: a carga de tributação sobre os lucros no Brasil é muito elevado o que faz com que os preços estejam acima dos níveis internacionais.

- Estrutura Industrial: como motivos políticos determinaram a distribuição geográfica do parque industrial o custo do frete em muitos casos é muito caro. Sai 50% mais caro transportar produtos químicos de Camaçari para Santos do que de Huston, nos EUA.

- Práticas Desleais de Comércio "dumping": O Brasil não tem uma legislação específica para proteger o mercado nacional.

- Defasagem Cambial: Estando o cruzeiro sobrevalorizado

fica difícil para as indústrias concorrerem com os importados.

**26) Folha de São Paulo - 10/08/90**

**Pág. B-13**

**Empresário faz críticas à política industrial.**

Durante um seminário sobre política industrial promovido pela Associação Brasileira das Indústrias Gráficas, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas, Luis Carlos Delben Leite, disse que o governo precisa terminar com a contradição de uma política industrial com abertura de importações enquanto onera e desestimula a produção nacional.

O empresário disse que é favorável ao enunciado da política industrial, sobre a necessidade de modernizar a indústria nacional. Contudo, ele cita que uma política industrial não se faz apenas com abertura das importações.

Para exemplificar ele afirmou que durante o período anterior a abertura era proibida a aquisição externa de componentes mais baratos, o que determinou a qualidade e a eficiência da produção nacional. Para ele o fato do governo estar expondo produtos nacionais à concorrência internacional, em vez de estimular a eficiência, é estar decretando falências.



**27) Folha de São Paulo - 15/09/90**

**Pág. B-9**

**Uma questão de soberania.**

Carlos Eduardo Moreira Ferreira, 1o. vice presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP-CIESP) afirma que uma revisão do Código de Propriedade Industrial é crucial para a decisão de se abrir a economia brasileira ao exterior.

Contudo esta revisão deve estar coerente com a situação nacional e deve visar proteger o mercado nacional de práticas monopolistas por parte dos detentores das patentes, diz ele. Mas ainda, o empresário afirma que a revisão deve ser acompanhada de um estímulo para o desenvolvimento das indústrias nacionais a fim de que seja preservado o parque nacional.

1991

**28) Folha de São Paulo - 01/03/91**

**Pág. B-12**

**Pelikan fecha fábrica e passará a importar.**

Martin Rosemberg, diretor presidente da Pelikan, disse que a decisão da matriz em fechar a filial brasileira foi devido à instabilidade incontrolável da economia, ao fato do Brasil ser um país de alto risco e às altas taxas de juros.

A abertura das importações contribuiu para a decisão.

**29) Folha de São Paulo - 07/03/91**

**Pág. 3-2**

**XENOFILISMO**

Em matéria publicada na seção opinião do caderno dinheiro da Folha de São Paulo o 1º vice presidente da ABDIB, afirma que a abertura das importações contribuiu principalmente para a entrada de bens sofisticados, quase sempre com preços superiores ao dos nacionais. Além disso estabelece que o povo brasileiro passou a cultivar produtos estrangeiros como superiores pelo simples fato deles serem importados.

**30) Folha de São Paulo - 31/03/91**

**Pág. 3-2**

**Comércio e a abertura dos portos.**

A abertura comercial lançou o Brasil no mercado mundial. Contudo, a ineficácia dos portos para Antônio Oliveira dos Santos (presidente da Confederação Nacional do Comércio) é grande causadora da perda de competitividade da indústria brasileira.

Cita que em Roterdã, o maior porto do mundo, para se movimentar um container, gasta-se US\$ 130. No Brasil gasta-se de US\$ 380 a 580. Diz que a modernização dos portos, longe de ser uma reivindicação exclusiva da classe empresarial, é de toda a sociedade.

**31) Folha de São Paulo - 05/04/91**

**Pág. 3-10**

**Montadoras reclamam da falta de pneus.**

Miguel Jorge, vice presidente de assuntos comparativos da Autolatina, afirma que faltam vários componentes, principalmente pneus no mercado de autopeças, isso devido ao fato dos fornecedores não entregarem as encomendas e requisitarem reajustes.

Dizendo que a situação está crítica e tende a se agravar, ele afirma que a Autolatina vai usar parte dos 300 milhões, destinados à

importação de máquinas e equipamentos, para importar autopeças.

**32) Folha de São Paulo - 08/04/91**

**Pág. 3-5**

**Crise afeta mercado de informática.**

O contrabando e a indefinição em relação à política setorial aliados a indefinição do governo a respeito do fim da reserva de mercado fizeram a indústria de informática entrar em crise.

diretor da Itaotec, Marco Antonio Felipe, disse: "A abertura de mercado foi muito comentada, mas do ponto de vista operacional, há complicações para implementá-la."

**33) Folha de São Paulo - 10/04/91**

**Pág. 3-10**

**UD aposta em novidades e importados.**

Cerca de 20% dos produtos apresentados na UD daquele ano, eram importados. Isso representa que as importações passam a entrar mais forte no cotidiano do Brasil.

**34) Folha de São Paulo - 14/04/91**

**Pág. 3-12**

**Multis usam importados para testar mercados.**

Multis passam a usar as importações para verificar o grau de aceitação de um determinado produto no mercado brasileiro.

Alex Garajay, gerente de exportação para a América Latina da Kraft General Foods afirma que quer produzir no Brasil o produto mais vendido, licenciar a terceiros a produção de outros e trazer os menos vendidos do exterior. Ressalva porém que antes precisa testar as reações dos consumidores.

Para Amauri Guarnieri, gerente de Marketing da Panasonic, a importação permite queimar etapas, ao invés de se partir de um projeto parte-se de um produto pronto.

**35) Folha de São Paulo - 08/05/91**

**Pág. 3-1**

**Meta é produtividade.**

"Essa acomodação é fruto da política protecionista de governos passados" - comentário de Marcelo Pontes sócio da Price Waterhouse, a respeito do resultado de uma pesquisa que revelou que as empresas brasileiras acham que tem qualidade e produtividade nos



padrões internacionais.

**36) Folha de São Paulo - 21/06/91**

**Pág. 3-6**

**Empresas simplificam processos industriais para elevar a produção.**

"A competição dos produtos importados gerou muita insegurança em boa parte dos empresários" - Comentário de José Roberto Schetino Mattos diretor associado da Andersen Consulting, a respeito do fato de algumas empresas, com a COFAP, estarem implantando projetos de simplificação de processos industriais a fim de reduzirem custos.

**37) Folha de São Paulo - 23/06/91**

**Pág. 3-7**

**Indústrias querem mais prazo para concorrência.**

Empresários querem mais prazos e igualdade de condições para enfrentar os produtos importados.

Setores como brinquedos e indústria química querem reestudar a abertura em suas áreas e outros (como o alumínio) pretendem rever a redução de tarifas.

Oded Grajino presidente da ABRINQ (Associação

Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) afirma que a gestão Zélia Cardoso de Mello nunca aceitou ouvir os fabricantes nacionais a respeito das conseqüências de se expor a indústria de brinquedos à competição com mercadorias importadas; "Eles tomavam decisões unilaterais, sem se preocupar com os efeitos sobre as indústrias nacionais e sobre o nível de emprego". O empresário disse que entregou à Ministra um pré-projeto para impedir o desaparecimento das indústrias nacionais de brinquedos e quer estruturar em conjunto com o governo um programa para rever os fatores que encarecem a produção; são eles: carga tributária, o alto custo dos fretes interno e externo, pouca facilidade de importação de matérias-primas e tecnologia.

Para ele é necessário rever o cronograma de redução das alíquotas, em 1990 ela caiu de 105% para 85%.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM), Eduardo Eugênio Gouveia Vieira diz que seu setor tem as mesmas reivindicações da indústria de brinquedos.

### **38) Folha de São Paulo - 23/06/91**

**Pág. 3-7**

#### **Dumping assusta as empresas brasileiras.**

Eugênio Gouveia Vieira da ABIQUIM afirma que essa prática, que consiste no fato das empresas estrangeiras venderem abaixo do preço de custo real a fim de eliminar as indústrias nacionais, é muito comum no setor químico.

Para ele isso se deve ao fato de que as indústrias químicas, por trabalharem continuamente, geram excedentes que são exportados a qualquer custo.

Na opinião do empresário a legislação brasileira "anti-dumping" é ineficaz pois só é acionada após verificado o dumping.

"Depois que o produto entrou no país, o estrago já foi feito e, dependendo da quantidade importada, pode prejudicar definitivamente uma empresa."

Para Mário Adler, presidente da Brinquedos Estrela, os produtores do sudoeste asiático praticam o "dumping". "Eles investem num mercado, pensando a longo prazo" diz ele.

1992

**39) Folha de São Paulo - 01/01/92**

**Pág. 2-3**

**Governo reduz alíquotas de importação a partir de hoje.**

Marcílio Marques Moreira, Ministro da Economia afirmou que a redução, de 6% em média faz parte do cronograma de redução tarifária do governo. "A cada ano teremos nova diminuição das alíquotas do imposto de importação."

Disse que novas alterações só serão feitas em casos específicos para combater oligopólios e distorções.

Por fim, criticou as montadoras pois estas aumentaram seus preços acima da inflação e alertou que as mesmas devem ficar mais competitivas para enfrentar um ano de imposto mais baixo.

**40) Folha de São Paulo - 04/01/92**

**Pág. 2-2**

**No rumo certo.**

Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, vice presidente da FIESP e presidente da ABILUX (Associação Brasileira da Indústria de Iluminação) afirma que o Brasil está conseguindo implantar uma política liberal e liberalizante. Para ele a abertura comercial é parte integrante do

processo e avançou consideravelmente com a limitação das barreiras administrativas, com o estabelecimento de um programa de redução progressiva de tarifas e com a modificação do regime de fixação das taxas de câmbio.

**41) Folha de São Paulo - 15/03/92**

**Pág. 2-8**

**Indústria é lenta e pouco competitiva, diz pesquisa.**

Uma pesquisa realizada pela Andersen Consulting afirma que a abertura comercial impõe a indústria nacional à uma competição desigual com os concorrentes internacionais.

A pesquisa salientou a lentidão no lançamento de novos produtos. Enquanto as empresas brasileiras gastam em média 12 meses para lançar um novo produto, as de países mais avançados gastam de 6 a 8 meses.

"Estamos muito distantes da média internacional" diz Heron Abi-Samara consultor e um dos autores da pesquisa



**Estabilização, abertura da economia e oligopólio.**

Em artigo publicado na seção opinião econômica, Jorge Smoriogo (economista e professor da Fundação Getúlio Vargas) juntamente com Helson Braga (economista e professor livre - docente da UFRJ) afirmam que as empresas brasileiras por operarem em um mercado superprotegido, que impedia a entrada de concorrentes internacionais, e com altas taxas de inflação, se limitavam em colocar um "Mark-up" desejado sobre os custos. Além disso a melhoria da produtividade e a utilização de meios mais modernos de gestão não se constituíram como prioridade.

Na opinião dos economistas este quadro tende a se modificar com a abertura comercial. Embora não imediatamente, pois as altas tarifas de importação permitem que ainda subsistam algumas práticas anti-competitivas. Os vários setores da economia serão obrigados a pautar nas decisões de preços de acordo com os produtos similares importados, isso a medida que as alíquotas de importação caírem, sob a pena de perderem suas parcelas de mercado.

Isso implicará também, para os economistas, numa busca desenfreada por níveis mais elevados de eficiência produtiva, dado que disto depende a sobrevivência das empresas brasileiras.

**43) Folha de São Paulo - 12/05/92**

**Pág. 2-7**

**Ministro é contra limites à importação.**

O ministro Marcílio Marques Moreira transmitiu à câmara setorial que não deseja limitar a importação de veículos.

**44) Folha de São Paulo - 15/05/92**

**Pág. 2-3**

**Governo não aceita.**

A secretária nacional de economia, Dorothea Werneck, disse que o governo não vai estabelecer cotas de importação no projeto de lei da nova política de comércio exterior do setor.

O presidente da Anfavea disse, em virtude disso, que a quota é necessária numa primeira fase para dar tempo às montadoras aqui instaladas de se modernizarem a ganharem competitividade.

Dorothea Werneck rebateu lembrando que as altas alíquotas de impostos de importação é que vão regular as importações (cerca de 50%).

#### **45) Folha de São Paulo - 17/05/92**

##### **Multis abandonam microeletrônica.**

A abertura de mercado fez com que as maiores fabricantes de componentes eletrônicos desativassem suas fábricas no país.

Ao sentir a concorrência internacional, a NEC, a Texas Instruments, a Siemens, a Philips Components e a Fairchild resolveram fechar suas fábricas no país, pois perceberam que as mesmas haviam virado sucata.

Marcos Magalhães, diretor da Philips Components, disse que o Brasil perdeu o trem no setor da microeletrônica. Além disso, disse que em virtude de estarem expostos à concorrência internacional com um grande atraso tecnológico, foi tomada uma medida preventiva afim de evitar prejuízos

#### **46) Folha de São Paulo - 19/06/92**

**Pág. 2-2**

##### **Competir só para ganhar**

Em uma matéria sua publicada na seção Opinião Econômica da Folha de São Paulo, Jacy de Souza Mendonça, 1o vice presidente da FIESP, afirma que a abertura econômica é muito importante para o Brasil e diz que uma economia aberta tem mais

chances de evoluir que uma fechada a médio e longo prazo. Desta forma o empresário afirma que foi muito desastroso manter a economia brasileira fechada por tanto tempo.

Jacy Mendonça afirma que as indústrias brasileiras querem competir com a economia mundial, mas querem competir e ser vitoriosas e não destruídas.

Para tanto é preciso ser competitivo internacionalmente; o empresário aponta vários motivos pelos quais as indústrias brasileiras não são.

Primeiramente as matérias-primas usadas na produção nacional são muito mais caras do que no exterior. Os processos de produção brasileiros não acompanham o ritmo de modernização verificados nos países desenvolvidos. Além disso o empresário cita o custo do dinheiro, a elevada carga tributária sobre a produção, os altos custos sociais e a escala de produção pequena devida ao mercado pequeno.

Isso tudo faz o empresário afirmar que: "nós não somos competitivos, podemos entrar na competição econômica internacional mas seremos derrotados". Sendo assim, ele pede cautela no processo de abertura a fim de se evitar o ocorrido com a Argentina que "abriu, competiu e perdeu".

Finalizando ele afirma que o processo de abertura não pode ser abrupto e sim gradativo. Isso pressupõe uma lenta diminuição de alíquotas e barreiras tributárias à importação enquanto o governo incentiva o processo de modernização industrial do Brasil. Este processo de modernização seria basicamente a eliminação das deficiências brasileiras, já supracitadas, que impedem que se chegue na

competitividade.

Na opinião do empresário as ações do governo Collor se encaminham para este fim mas ainda não foram concretizadas.

**47) Folha de São Paulo - 26/06/92**

**Pág. 2-2**

Na seção Opinião Econômica, do dia 26/06/92, Hélio Mattar, coordenador do Pensamento nacional das Bases Empresariais (PNBE), comenta primeiramente o conceito da abertura de mercado. Para ele, ela foi muito importante, pois na nova ordem mundial o que se verifica é uma interdependência entre os países.

Contudo o empresário afirma que a forma com que a abertura vem sendo conduzida não põe o Brasil no nível da interdependência, da parceira, e sim da dependência. Para Hélio Mattar o Brasil estaria "fascinado" pelo 1o. mundo e desapercebido dos males que a dependência para com ele pode gerar.

Por fim é pedido um maior protecionismo por parte do governo a fim de evitar a falência da indústria nacional.

1993

**48) Folha de São Paulo - 01/01/93**

**Pág. 2-3**

**Importados acabam com "fora-de-série".**

A abertura das importações de carros importados acabou com a indústria de carros fora-de-série nacionais feitos de fibra de vidro.

Carros como o MG Lafer e o Adamo que faziam sucesso quando o mercado era fechado tiveram sua produção encerrada.

Milton Adamo, 58, dono da empresa que fabricava o Adamo disse que os importados acabaram com os especiais (fora-de-série).

Só sobreviveram a Alfa Metais, que fabrica o PUMA e o grupo Besson e Gobi, que fabrica o MIURA. Contudo a produção destas empresas é mínima pois o preço dos carros é igual ao dos importados.

**49) Folha de São Paulo - 06/01/93**

**Pág. 2-3**

**Brasil amplia exportação para o Mercosul.**

De janeiro a novembro de 92 o Brasil exportou para a Argentina o dobro que exportou no mesmo período de 91. Para o Uruguai foi 20% a mais e para o Paraguai 9%.

O Brasil está se tornando um fornecedor de industrializados



aos outros países do Mercosul.

**50) Folha de São Paulo - 03/01/93**

**Pág. 2-3**

**Bosch anuncia fechamento de fábricas de rádio em Manaus.**

A Bosch anunciou ontem que vai deixar de produzir auto-rádios no Brasil e vai partir para a importação de seus aparelhos via um distribuidor nacional.

O fechamento das duas fábricas vai acarretar na demissão de 833 empregados.

Cid Fontana Lopez, diretor da Robert Bosch do Brasil na Amazônia, disse que a abertura de mercado iniciada pelo governo federal inviabilizou a produção nacional de auto-rádios; "A fabricação nacional desses produtos, mesmo com incentivos, especialmente os da Zona Franca de Manaus, está agora sob forte pressão da concorrência internacional e inviabilizada".

**51) Folha de São Paulo - 08/02/93**

**Pág. 2-5**

**Brinquedos chineses invadem mercado.**

Devido ao baixo custo da mão-de-obra, 1 dólar ao dia por trabalhador, empresas de Hong-Kong se instalam na China para produzirem brinquedos.

O resultado disso é que os brinquedos chineses se tornam imbatíveis competidores; no México, mais de cem indústrias nacionais quebraram e em Portugal quase a totalidade dos brinquedos vem da China.

No Brasil a notícia ainda não mostra os efeitos dos brinquedos chineses.

**52) Folha de São Paulo - 25/03/93**

**Pág. 2-1**

**Economia instável atrasa programas de qualidade.**

Uma pesquisa da Price Waterhouse afirma que 52,3% das grandes empresas nacionais acham que a instabilidade econômica é a grande barreira à implantação de um programa de qualidade.

Fora esse motivo os empresários ainda citaram, em ordem de importância, a carência de treinamento dos funcionários, o nível de

qualificação dos fornecedores, clima motivacional desfavorável no ambiente de trabalho, barreira da média supervisão e falta de recursos financeiros.

A qualidade como se sabe é fundamental para a sobrevivência no ambiente concorrencial internacional.

### **53) Folha de São Paulo - 07/04/93**

**Pág. 2-3**

#### **Produtos de informática sobem 15% com nova lei para o setor.**

A nova lei baixada pelo governo para o setor de informática diz basicamente que as empresas que importam produtos de informática, como circuitos impressos e placas, vão pagar 15% de IPI.

Os distribuidores de produtos importados taxaram a lei como sendo um retrocesso.

Sidney Brandão, diretor da ABC, que representa a multinacional Acer, disse que a lei é uma volta à reserva de mercado e um "balde de água fria" em quem desejava investir no país.

Já os produtores nacionais aplaudiram a medida. Pietro Biselli, vice-presidente da Sisinter, holding que controle a Rima - que fabrica aqui 95% das impressoras que vende, disse que é natural que os distribuidores de empresas estrangeiras venham com discursos terroristas. Para ele quem não produz nada aqui não quer que os outros tenham incentivos.

**54) Folha de São Paulo - 21/04/93**

**Pág. 2-7**

**Importadores vão à justiça contra decreto.**

Os importadores de veículos automotores desejam ter também a redução de IPI sobre os populares importados.

Emílio Julianelli, presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Veículos Automotores - ABEIVA, disse que o GATT prevê tratamento isonômico para empresas do mesmo ramo, independente da origem dos produtos. Para ele os importadores não se conformam em não receber o mesmo tratamento.

Se a redução de IPI fosse aplicada aos veículos populares importados o Suzuki Front poderia custar o mesmo que o fusca.

**55) Folha de São Paulo - 27/04/93**

**Pág. 2-3**

**Importação de autopeças pode ter imposto menor.**

O presidente da Anfavea, Luiz Adelar Scheuer, disse que se houver vontade política há boas chances do projeto ser aprovado. Para ele o maior beneficiário será o consumidor, pois um novo carro poderá ser lançado com mais rapidez com peças importadas que aos poucos irão sendo nacionalizadas.

**56) Folha de São Paulo - 25/05/93**

**Pág. 2-3**

**Projeto abre as portas do país a empresas japonesas.**

O projeto que está em tramitação no Senado, resultado da câmara setorial da indústria automobilística, ganhou um adendo que permite que montadoras do exterior se instalem no Brasil, importando os chamados CKDs (veículos completamente desmontados) e armando-os aqui.

A Anfavea já arma lobby contra visando assim derrubar o projeto. Para Scheuer, presidente da associação, o projeto é socialmente prejudicial, pois a utilização de mão-de-obra nos CKDs é muito inferior.

**57) Folha de São Paulo - 26/05/93**

**Pág. 2-5**

**Congresso atrasa lei do carro importado.**

O projeto de lei que facilita a entrada de novas montadoras, bem como outros aspectos da abertura de mercado no setor automobilístico foi adiado graças ao lobby das montadoras e dos sindicatos dos trabalhadores do setor.

A redução da alíquota para 35% também é um ponto delicado. Scherer da Anfavea disse que quando ela estava em 85% em

1989 era oferecida uma barreira forte aos importados.

Quando a alíquota cair, em 1º de julho, de 44% para 35% não se terá mais uma barreira eficiente.

O deputado do PT Aloysio Mercadante apoiou, junto com Scherer, a criação de cotas para a importação como fazem o NATTA e a Europa.

**58) Folha de São Paulo - 09/06/93**

**Pág. 2-2**

**Moda verão chega com preços 20% maiores.**

Durante a FENIT (Feira Internacional da Indústria Têxtil) o presidente da Rhodia, Edson Vaz Musa, voltou a criticar a abertura de mercado e a redução das alíquotas para 20% em 1o. de julho. "A crise mundial gera um excesso de produtos que vai desembarcar aqui para competir de forma marginal, diz ele. Na opinião do executivo a redução deve ser adiada e devem ser impostas cotas de importação.

**Importação inicia guerra do cimento**

Uma empresa gaúcha, a Contactos Importação e Exportação Ltda., fechou um acordo com os russos para importar cimento que chegará no Brasil com preço de 35% a 40% menores.

Eduardo Zaidan, vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), disse que a importação serve para instalar no Brasil um parâmetro de preço internacional. Para ele o cimento no Brasil é muito caro e não flutua com a demanda.

Já José Ermírio de Moraes Neto, presidente das indústrias Votorantin, disse que deseja competir em pé de igualdade com qualquer país mas os russos estariam praticando o "dumping".

O empresário citou que nos países de economia de mercado, como EUA e Inglaterra, o preço líquido (preço menos carga tributária) regula com os preços no Mercado Nacional. Além disso ele disse que vai discutir com o governo uma política que seja boa tanto para o setor produtivo quanto para os importadores e finalmente expressou a opinião de que concorrer com o produto estrangeiro é a melhor maneira de obter mais qualidade e menor preço, mas que acha que deve existir uma concorrência leal.



**61) Folha de São Paulo - 3/7/93**

**Pág. 2-9**

**Preço de importado fica próximo ao nacional**

Com a redução de 1º de julho na alíquota de importação, que foi para 35%, o preço do carro importado está bastante próximo ao do nacional.

Por exemplo o Maz da Protégé - custa US\$ 29360, o mesmo que um Santana.

**62) Folha de São Paulo - 6/7/93**

**Pág. 2-10**

**Brasil investiga dumping coreano**

O governo brasileiro vai abrir investigação para verificar se os tecidos sintéticos coreanos e os eletrodomésticos chineses estão oferecendo concorrência desleal, "dumping", no mercado brasileiro.

Segundo o governo estes são os únicos casos de problemas com a abertura das importações. O setor automotivo não concorda, principalmente o de tratores e carros de luxo, mas o governo afirma que ele não sofre com a concorrência.

**63) Folha de São Paulo - 8/7/93**

**Pág. 2-7**

**Montadoras batem recorde no semestre**

As montadoras continuam defendendo o sistema de cotas para a importação de automóveis. O segmento que mais se sente prejudicado é o dos carros de luxo. Segundo Nelson Tavares, diretor executivo da Anfavea, este segmento apresenta as margens de lucros maiores que permitem as montadoras realizarem investimentos.

**64) Folha de São Paulo - 10/7/93**

**Caem os preços reais dos eletrônicos**

Empresários afirmam que as razões para a queda são a recessão e a abertura de mercado.

**65) Folha de São Paulo - 12/7/95**

**Pág. 2-8**

### **Importados invadem o mercado nacional**

Como as alíquotas foram para no máximo 20% em 1º de julho para instrumentos musicais importados os preços destes ficaram altamente competitivos. O resultado é uma importação cada vez maior e a indústria nacional desaparecendo.

Ivan Roncon, diretor comercial e fundador das baterias Pinguim afirma que a abertura de mercado está matando uma empresa, - " se continuar assim teremos que fechar" diz ele.

Outras empresas maiores aproveitaram o momento e passaram também a importar.

Foi isso que aconteceu com a Gianini que montou a importadora Clave. Ricardo Ricchi, diretor comercial da Clave, disse que suas vendas tiveram um aumento real de 55%.

**66) Folha de São Paulo - 15/7/93**

**Pág. 1-5**

**Ford importa Taurus em 94**

A Ford vai importar o Taurus, líder do mercado norte-americano, como uma estratégia para enfrentar o Ômega da General Motors.

**67) Folha de São Paulo - 13/8/93**

**Indústria quer sobretaxa para portáteis**

Algumas indústrias de eletrodomésticos portáteis vão pedir ao governo que sobretaxe os produtos vindos da Ásia, que chegam em quantidades cada vez maiores e com preços cerca de 30% menores. Segundo Antonio Fernando G. Bessa, diretor da área de portáteis da ABINEE (Associação Brasileira das Indústrias Elétrica e Eletrônica), isso é "dumping". Ele disse que o setor não está preocupado em competir com empresas dos EUA ou Europa pois tem qualidade e preço, o perigo estaria em concorrer com produtos que chegam da China, Coréia, Taiwan e Cingapura. O executivo disse que eles comercializam com preços que não cobrem nem as matérias-primas.

**68) Folha de São Paulo - 18/8/93**

**Pág. 2-9**

**Ford inicia importação com a perua Explorer**

Giovani Corio gerente de vendas da Ford, disse que as montadoras tentaram defender suas fábricas e seus empregados e gostariam que o Governo implantasse uma quota para os importados, já que a indústria automobilística nacional não é tão competitiva. Como o governo não se sensibilizou a Ford partiu para a importação.

**69) Folha de São Paulo - 23/8/93**

**Pág. 2-3**

**Empresa troca produção por importados**

A Microdigital fechou sua fábrica na Barra Funda, São Paulo, e passou a importar os produtos que fabricava.

João Nerci Maun, gerente da empresa, disse que fabricar é inviável pois a abertura de mercado foi muito rápida.

**70) Folha de São Paulo - 24/8/93**

**Importados reconquistam espaço**

Produtos alimentícios importados já respondem por 10% das vendas dos supermercados.

## **ANEXO 2**

Fotocópia das declarações encontradas em 1990.



## 7. CONCLUSÃO

Podemos dizer que, superficialmente, o pensamento empresarial a respeito da abertura mudou muito pouco durante os anos de 1990 a 1993. De fato o empresariado passa todo o período elogiando o conceito da abertura como forma de modernizar a economia brasileira. Contudo a velocidade da abertura, ou da redução das tarifas alfandegárias de proteção, é alvo de diversas críticas. Na opinião das lideranças empresariais a velocidade da abertura é excessiva, o que não proporciona às empresas nacionais o devido tempo para se modernizarem e assim enfrentarem a concorrência internacional em pé de igualdade.

Também são bastante citados durante os quatro anos da pesquisa os fatores pelos quais as empresas nacionais não conseguem ser competitivas. Sem dúvida o principal deles é a elevada carga tributária ( sobre lucros, salários e etc. ). Para os empresários o governo precisaria solucionar o problema da alta tributação antes de expor a indústria nacional a concorrência estrangeira, que paga impostos bem menores em seus países de origem e por isso têm preços mais baixos. Fora a alta tributação, ainda são citadas a falta de financiamentos para a modernização, a alta taxa de juros dos mesmos e a falta de infra-estrutura do país, principalmente portuária, o que torna os fretes muito caros.

Dessa forma percebemos que a concorrência internacional realmente assusta o empresariado brasileiro durante os anos de 1990 a 1993 e por isso ele clama por uma desaceleração na abertura de mercado. Em 1992 e 1993 esse temor fica particularmente explícito quando começa-se a fechar as fábricas de certos produtos a fim de evitar a concorrência com os importados.

É melhor, na visão do empresariado, encerrar as atividades do que correr um risco de prejuízo ao concorrer com os importados. Percebe-se assim a total noção destes setores da impossibilidade econômica de concorrer com o exterior nas condições de suas fábricas.

Contudo, se analisarmos mais profundamente o pensamento empresarial, perceberemos uma substancial mudança em suas reivindicações ao governo no tocante aos efeitos da abertura de mercado. Isso provará uma evolução concreta do pensamento.

Durante os anos de 1990 e 1991 as pressões do empresariado sobre o governo eram marcadas pelo desejo de maior proteção, além das altas tarifas de importação então praticadas. Estas pressões eram basicamente um inconformismo com a nova política externa, uma economia aberta onde a indústria nacional era obrigada a concorrer e ser competitiva internacionalmente. Pode-se explicar este comportamento através do choque que o empresariado levou; de uma situação de total proteção, onde quem mandava eram as próprias indústrias, passou-se para outra onde a ameaça da concorrência internacional é fortíssima e quem está no comando é o mercado. Dessa forma é normal que o pensamento empresarial busque um certo retorno parcial ao sistema protecionista ( algum grau de abertura mas com relativa proteção à indústria nacional ). Não havia ainda uma consciência dos benefícios, incluindo para as empresas ( sem contar para o sistema como um todo ), da livre-concorrência e da supremacia do mercado, elementos que não podem faltar num sistema econômico que deseja ter sucesso no médio e longo prazo ( palavras de Jacy de Souza Mendonça, 4º vice-presidente da Fiesp, na coluna Opinião Econômica do jornal Folha de São Paulo de 19/6/92 ).

As pressões se traduziam em reivindicações por tarifas mais altas, cotas de importação e, em alguns casos extremos, na total revisão da abertura em determinado setor. A expressão que mais se ouve no período é a “argentinização”, isso como forma de forçar o governo a proteger a indústria, sob pena do sucateamento da mesma nos moldes do ocorrido na Argentina.

Em 1992 e 1993 o pensamento passa por uma mudança. Nestes anos já se tem a consciência de que a abertura de mercado foi um fenômeno necessário e algo que não pode ser retrocedido. Dessa forma os empresários passam a reivindicar não mais uma volta ao protecionismo e sim a garantia de condições mínimas de competitividade. A competição internacional não é mais mal vista, mas o meio empresarial prega que ela deve ocorrer em bases eqüitativas.

São reforçadas então as reivindicações de revisão da carga tributária, da melhora na infra estrutura, de mais financiamentos e etc., o que possibilitaria uma real concorrência em bases eqüitativas. No entanto o que mais se destaca é a maior proteção ao dumping internacional. Os empresários passam a cobrar muito iniciativas do governo para coibir esta prática.

Embora em alguns casos o argumento do dumping tenha sido mal usado, em muitos ele realmente ocorre. Em todo o mundo, mesmo nos países mais desenvolvidos, a reivindicação por maior proteção contra o dumping é extensamente usada, o que legitima o comportamento do empresário brasileiro.

Resumindo, durante os primórdios da abertura, o pensamento empresarial estava mais voltado para uma maior proteção contra a concorrência internacional. Com o amadurecimento do processo, temos então que o empresariado passa a aceitá-la mas pede que ela ocorra em bases

eqüitativas. No começo temos então uma rejeição à competição internacional, no final esta competição é até bem vinda, existe um real desejo de competir demonstrado pelo desejo de reformas e aversão ao dumping. Evolui-se de um pensamento protecionista e retrógrado para outro concorrencial e progressista.

## **8. BIBLIOGRAFIA**

- **Jornal Folha de São Paulo, dia 05/01/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 12/01/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 23/01/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 28/01/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 04/02/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 19/03/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 17/04/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 05/05/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 06/05/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 07/05/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 09/05/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 10/05/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 01/07/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 03/07/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 05/08/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 08/08/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 10/08/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 15/09/90**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 01/03/91**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 07/03/91**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 31/03/91**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 05/04/91**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 08/04/91**

- **Jornal Folha de São Paulo, dia 10/04/91**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 14/04/91**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 08/05/91**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 21/06/91**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 23/06/91**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 01/01/92**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 04/01/92**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 15/03/92**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 20/03/92**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 12/05/92**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 15/05/92**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 17/05/92**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 19/06/92**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 26/06/92**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 01/01/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 06/01/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 03/01/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 08/02/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 25/03/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 07/04/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 21/04/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 27/04/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 25/05/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 26/05/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 09/06/93**

- **Jornal Folha de São Paulo, dia 17/06/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 03/07/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 06/07/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 08/07/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 10/07/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 12/07/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 15/07/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 13/08/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 18/08/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 23/08/93**
- **Jornal Folha de São Paulo, dia 24/08/93**



# Mudanças favorecem relação com

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

Especial para a Folha

embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, acredita que uma nova etapa nas relações bilaterais com os EUA está se abrindo graças às mudanças do governo brasileiro em sua atitude com relação ao comércio exterior. Em entrevista à Folha desde Washington por telefone, Moreira analisou as perspectivas da ligação Brasil-EUA.

Para Moreira, a repercussão das medidas de liberação comercial e integração competitiva foi extremamente positiva nos EUA não só na imprensa, mas também com pessoas representativas de diversos setores da sociedade americana com quem o embaixador tem se encontrado nos últimos dias. Ele diz que "a incidência dessas medidas com a divulgação da iniciativa Bush nas Américas abre as melhores possibilidades para o futuro". A suspensão da vigência de tarifas contra exportações brasileiras e a decisão de dar tarifa zero para diversos itens da pauta de produtos brasileiros que entram nos EUA dão a chance de artigos do Brasil entrarem no mercado americano em excelentes condições de competitividade. Moreira cita entre outros papel, papelão, cadernos e produtos eletrônicos.

Quanto ao perigo de uma expansão de importações do lado do Brasil, o embaixador espera que as tarifas e as taxas de câmbio e mecanismos suficientes para regular as compras de produtos americanos "sem deteriorar os níveis das reservas de divisas brasileiras".

O embaixador em Washington afirma que ainda não se "aventura" a fazer qualquer estimativa



Marcílio Marques Moreira, embaixador do Brasil em Washington

sobre o índice de crescimento do volume de exportações do Brasil aos EUA. Tem certeza de que vai ser significativo. Mas acha que há uma série de fatores conjunturais que impedem uma projeção segura hoje do que vai ocorrer no futuro.

Entre os problemas conjunturais, cita a fase atual desaquecida da economia americana. Ela é negativa para o Brasil porque impede uma rápida aceleração das importações dos EUA. Mas também tem um aspecto positivo: o preço do petróleo e as taxas de juros estão baixos.

Um problema que ainda não está equacionado é o da dívida. Moreira o classifica de "próximo passo para a integração do Brasil à economia mundial". Ele crê que com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias o governo agora já está em condições de retornar às negociações com o FMI.

O cronograma da dívida prevê para este mês a vinda de uma missão do FMI a Brasília. Será feito um levantamento de condições para o Brasil poder redigir uma nova carta de intenções. Depois disso, segundo Moreira,

inicia-se um período de "consultas estruturais" com os bancos privados. Assim que se chegar a um acordo "stand-by" com o Fundo, o país deve procurar um entendimento com o Clube de Paris.

Para o embaixador, "é preciso haver maior compreensão dos credores de que é necessário uma solução a longo prazo da questão da dívida, a fim de se obter todos os resultados possíveis da nova postura do Brasil diante da comunidade internacional". Moreira diz que já há uma melhor disposição dos credores, mas que a negociação da dívida é sempre difícil.

Outra área em que o embaixador brasileiro observa progressos é a da atitude da opinião pública americana com relação ao problema da Amazônia. "Há uma melhor percepção dessas questões, graças a novas políticas brasileiras e a um grande esforço pedagógico". Ele acredita que o presidente Bush, ao afirmar que parte dos juros da dívida podem ser convertidos por projetos de preservação da natureza, deu condições concretas para que essas "fórmulas novas e inventivas que evitam o efeito inflacionário e não constituem ameaças à soberania nacional" possam vir a ser adotadas na resolução do problema da dívida, embora avalie esses mecanismos sempre como uma alternativa apenas marginal, tanto para a dívida quanto para a Amazônia.

Em suma, Marcílio Marques Moreira diz que "há no momento uma convergência de iniciativas dos dois lados que abrem inúmeras oportunidades" para o desenvolvimento de boas relações entre Brasil e EUA.

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA é jornalista e diretor de Planejamento da Empresa Folha da Manhã S/A, que edita a Folha.

**Carne** — O diretor da Receita de Romeu Tuma, disse que acordou com os países da Comunidade Econômica Europeia para esclarecer irregularidades na exportação de carne brasileira. Os países da CEE se comprometeram a enviar para o Brasil documentação sobre as transações.

★ **ICMS** — O governador de São Paulo, Orestes Quércia, assinou projeto de lei que cria o Programa de Incremento à Arrecadação do ICMS. O projeto prevê a ampliação do sistema de fiscalização e a promoção de atividades de esclarecimento, que seriam realizadas junto aos contribuintes.

★ **Dívida** — Rudolf Merten, presidente da Câmara de Comércio Brasil-Suécia, disse que o Banco Central admitiu usar a conversão de títulos da dívida externa para comprar ações de estatais privatizadas. Ele considerou isso um sinal positivo para a normalização das relações com os credores.

## Banco Central libera remessa de fundo retido

Da Sucursal de Brasília

O Banco Central estabeleceu ontem, em circular distribuída às instituições financeiras, um critério para a remessa ao exterior dos US\$ 1,8 bilhão de lucros, dividendos e repatriação de capital retidos desde de janeiro. As liberações obedecerão a uma ordem cronológica, privilegiando os pedidos de remessa que entraram

# RENOVE SUA ASSINATURA

## E PARECE O LIVRO MAIO



denominada abertura da economia nacional aos mercados externos. A extinção da Cacex como órgão de proteção administrativa à produção interna; a redução das tarifas aduaneiras e a eliminação de reservas de mercado compõem um conjunto de medidas que, juntamente com alterações da posição brasileira no comércio, indicam ser orientação do governo colocar em níveis baixos a defesa do trabalho nacional, a eliminação de oligopólios, "cartórios" industriais, favores do Estado e concessões privilegiadas no mercado na formação de lucros seriamente comprometidos. Combate às tensões econômicas, um alvo subsidiário, a qual, de imediato, relembra a ótica oficial.

É preciso reconhecer que a economia brasileira tornou-se muito mais dentro de si mesma. A abertura da exportação e importação representa porcentagem desastrosa do produto, embora já tenham os dois fluxos cifras significativas. Havia, sem dúvida, excessiva proteção à produção interna, na esteira do qual formaram-se oligopólios pos-  
síveis e posições de mercado garantidas por acentuados favores do Estado. Os ganhos de eficiência foram, com isso, e a carga sobre os consumidores tornara-se muito pesada do que seria justo admitir. As reservas de mercado foram sempre como elemento disponível a qualquer nova estratégia industrial. O vezo do "chuveiro" estatal era um fator prioritário a alcançar. Os favores do Estado, de sua natureza, tornara-se um fator crucial na atividade econômica. Na sequência de decisões e de duvidosas decisões, a emergência das distorções e, até mesmo, um crescente grau de instabilidade econômica.

A abertura ao exterior recobria-se como um ato de sabedoria e uma ação renovadora econômica e de processos. De há muito se debatia no país a realidade de uma intervenção estatal e de inconvenientes, incluindo a distribuição de favores e concessões às mancheias. Nada observava a abertura ao exterior deve ser ponderada e avaliada, realizando-se dentro de uma orientação que não leve a destruição da capacidade de produção interna, os efeitos do mercado ao ato de produzir e a disposição do empresário de lançar-se ao esforço de superar fatores e incorporar recursos para gerar a riqueza a suportáveis.

Essa respeito cumpre lembrar, logo, a malfadada expe-



riência argentina ao tempo do sr. Martinez de Hoz, quando foi em larga margem sucateada a indústria daquele país sem que fosse conseguido, por Martinez e administradores subsequentes, elevar o padrão de vida e controlar a inflação. Até hoje a Argentina se ressentia daquela aventura, realizada sob a égide de autoridade que se estribava nos mais puros dogmas da ciência econômica.

Abrir a economia pressupõe —a prevalecer o bom senso— alcançar-se razoável evolução sob amparo de ganhos da eficiência, amplas reformas estruturais, fortalecimento dos níveis de renda e emprego e saudável competição. Não pode ser algo que apenas transforme posições protegidas em desinvestimentos encadeados, transformando, em consequência, vetores e mesmo setores industriais em desertos de atividade e verdadeiros "buracos negros" na estrutura econômica. Não só uma tal orientação equivaleria a um crime lesa-pátria, como certamente não conseguiria coroar-se como política aplicada. A reação tenderia a ser violenta, juntando empresários, trabalhadores, exe-

cutivos, áreas de segurança e políticos num movimento que se poderia chamar de arrasador.

Alguns condicionamentos são, assim, imperativos. Há uma certa gradação no tempo e no espaço econômico para exercitar-se a abertura. A tessitura industrial é um complexo com fortes coeficientes de interdependência entre os segmentos que a compõem. Medidas que desrespeitam essa exigente realidade podem transformar os intentos de abertura em crises de grandes proporções, com impactos em cadeia sobre toda a economia.

A capacidade de competição da produção interna, no país e no exterior, condiciona-se a alguns fatores, a começar pelas escalas de produção e estendendo-se ao grau de habilitação do fator-trabalho, à difícil realidade de nosso sistema de transportes e à forte carga fiscal que pesa sobre as atividades do setor secundário. Desconhecer essa verdade ou dar de barato que todos os ônus podem ser absorvidos no bojo da competição é praticar ingênua puerilidade ou deliberada má vontade.

Ninguém desconhece, a rigor, a figura do "dumping", cuja realidade concreta é sempre mascarada por mil e um artifícios. Quanto mais poderoso economicamente o país, maiores suas possibilidades de exercer essa secular modalidade de prática "unfair" de comércio. Quanto menores os níveis de proteção nos países importadores e sem igual envergadura econômica, mais fáceis e amplas as manobras comerciais por parte dos mais fortes. A capacidade de captar e contrarrestar essas manobras não pode divorciar-se dos cuidados com a abertura.

Não existe produção em dimensões e a níveis de economicidade sem uma assistência creditícia eficaz e de ônus suportável. Tal assistência pressupõe exista no país uma consciência efetiva quanto ao fenômeno e um clima propício em matéria de conjuntura monetária. Submeter o trabalho interno a rigorosa e impositiva competição externa sem o respaldo de uma assistência financeira sólida e compatível é aceitar a derrota como quase infalível.

Para não alongar em demasia estas linhas, assinala-se apenas mais uma exigência: a de uma assistência correta a possíveis desinvestimentos e ao consequente remanejamento do fator mão-de-obra, evitando que benefícios da abertura sejam anulados setorialmente pelo agravamento das condições de vida de segmentos relevantes da força de trabalho.

Reversões estruturais de fundo não podem ocorrer de inopino, ao sabor de critérios gerais e humores funcionais. Devem ser programadas e executadas ao longo de períodos, armadas com as salvaguardas necessárias e com acurada assessoria —assessoria capaz e experimentada que, por isso mesmo, fuja aos traqu coastros esquemas de gabinete e à voluntarista decisão de autoridades da hora. Assim, por exemplo, o perigo de uma crise cambial é algo que pode ter severas consequências, inclusive para a própria política industrial. A rígida coordenação entre abertura e evolução tecnológica da produção interna, algo cuja ausência também pode comprometer a dita política. Taxa de câmbio defasada pode resultar em transferência para o exterior dos benefícios propiciados por ganhos de eficiência. São aspectos, entre outros, que exigem execução capaz e livre de amadorismos.

JAYME MAGRASSI DE SA, 57, economista, foi presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), professor da PUC-RJ, FGV-RJ e do Instituto Rio Branco (DF).

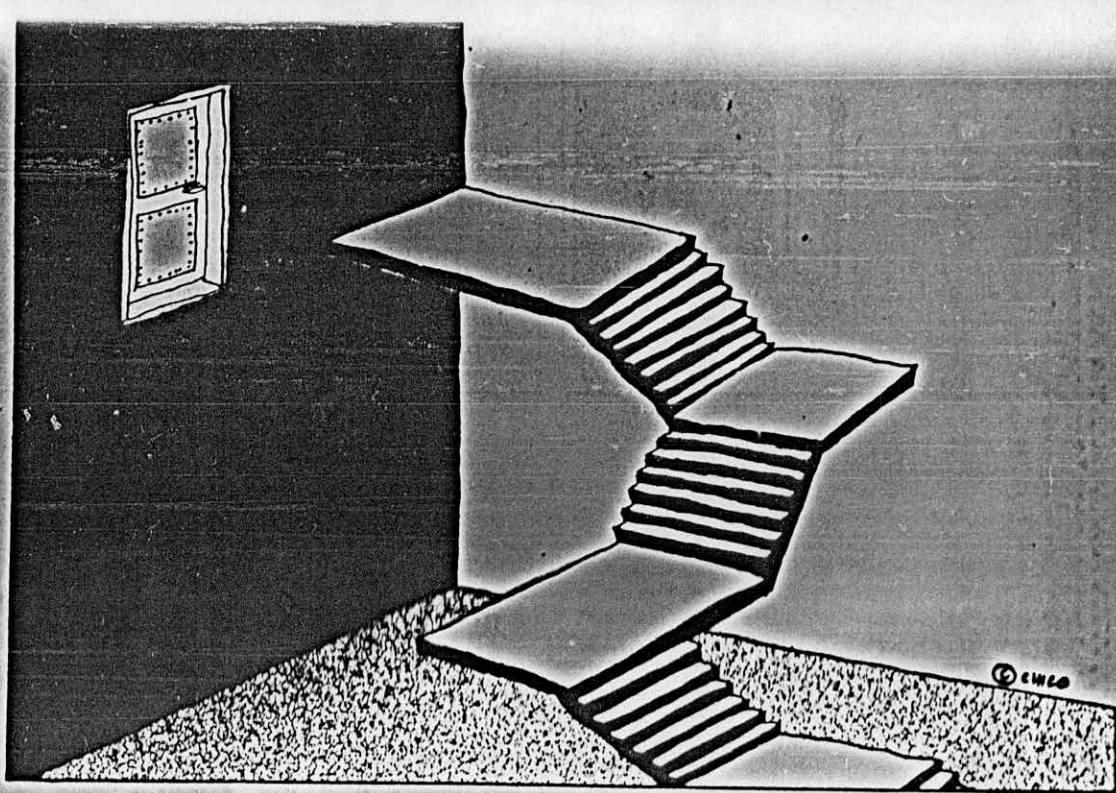
IOELMIR BETING



...o por parte do ministério da Economia de novas diretrizes para as políticas industrial e comércio exterior não poderia ser melhor recebido. Afinal, as expectativas que animaram a iniciativa vêm ao encontro de anseios de economistas e empresários. No entanto, há certa distância entre as ideias da ministra e a análise de documentos trazendo os detalhes das novas políticas. O documento tem duas metades bem distintas, que devem ser tratadas separadamente: uma que trata de política de comércio exterior e outra que trata de política industrial propriamente dita. Com respeito à primeira, destaca-se o fato de um programa de liberação de importações cujo conceito modernizante é inequívoco, que ainda se vê às voltas com os problemas. Já com relação às diretrizes de política industrial, poucos concretos na direção de uma economia de mercado são esperados, o documento é, portanto, argumentado a seguir, decepção.

A oposição de motivos da Lei 158, que se transformou na Lei 10.520 em 12/04/1990, mencionando que a política industrial do novo governo iria redefinir o relacionamento entre o setor público e privado, destruindo privilégios e incentivos e regulatórios de caráter clientelista e definindo instrumentos de natureza impessoal, ou tratava-se de estabelecer regras transparentes e não exceções. Todavia, apesar de o projeto mencionar uma "ruptura com o passado", a lei atenta às diretrizes de continuidade das modificações substanciais práticas que vêm sendo feitas nesse terreno há muito tempo. As novas diretrizes trazem mudanças flagrantemente com as alterações do decreto 2.344 de 1988 (a "Nova Política Industrial" do presidente Sarney ficou conhecido pelo título ousado e por um texto totalmente desacordo com o que parecia ser (e o que se sabe dele), sacramentava as regras de sempre.

A política industrial delineada no documento traz uma combinação de elementos que é típica do clientelismo com que tem sido a política industrial no Brasil há muitos anos: trata-se de manter a forma vaga uma interação entre programas, cujo propósito é a concessão de incentivos e benefícios de forma discricionária por parte das autoridades ou agências sujeitas à influência de mecanismos clientelistas de representação política. A pouca precisão na definição de regras, critérios e procedimentos, nesse como em



muitos outros documentos oficiais tratando de política industrial escritos nos últimos anos, nada tem de accidental, pois é justamente isso o que confere poder discriminatório aos burocratas que gerem essas políticas. A interação desses elementos, com o tempo, gera o chamado cartório, uma estrutura de mercado não-contestável altamente regulada onde várias agências intervêm para que não haja competição nem externa nem interna e para que a "cadeia produtiva" funcione como se fora uma única empresa verticalmente integrada, ou seja, como um grande clube de amigos no interior do qual a competição é substituída por arranjos semicontratuais ou acordos informais de fornecimento. O paradoxo da situação brasileira é que essa organização "no âmbito das cadeias" — que pode ser caracterizada como a formação de um conluio de produtores com o fito de prejudicar a competição (algo difícil de compatibilizar com uma legislação antitruste) — é, em grande medida, conduzida pelo próprio governo (pelo CIP ou pela Cacex quando, por exemplo, com o auxílio das associações empresariais, estabelece os chamados "acordos de participação").

A política industrial do presidente Sarney levava essas distorções às últimas consequências, na medida que também criava programas (os PSIs — Programas Setoriais Integrados — e os PDTIs — Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial), incentivos (isenções fiscais e benefícios regulatórios) concedidos pelo CDI, ouvidas as câmaras setori-

ais, onde burocratas e empresários se engajavam em uma relação simbiótica na definição das diretrizes setoriais e na socialização dos custos de benesses fiscais e regulatórias. As novas diretrizes do governo Collor percorrem um roteiro bastante semelhante: definem dois tipos de programas, os PCIs (Programas de Competitividade Industrial) e o PBQP (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade), que em muito se assemelham aos PSIs e PDTIs. Ambos obedecem um figurino setorial ("a lógica dos complexos") e ambos estão baseados na gestão corporativa ("articulação externa"), através de Geps (Grupos Executivos de Política Setorial) e de subcomitês setoriais do PBQP, de incentivos creditícios e regulatórios, e talvez mesmo fiscais. Na verdade, essa política está até mais "frouxa" que a do Sarney, pois os incentivos não estão definidos de forma muito clara, e se tudo que houve foi apenas apoio creditício, para o qual os quadros técnicos da Finep e do BNDES são mais que suficientes para a gestão, não haverá muita razão para a criação de todo esse novo entulho regulatório. O perigo é que se criem incentivos fiscais e atribuições regulatórias de natureza espúria unicamente para justificar a existência desse festival de grupelhos e comitês.

Naturalmente, não se deve esperar que soluções de natureza desregulatória emergjam de dentro da burocracia, cuja lógica de funcionamento em termos de regulação industrial é justamente a de ampliar as formas de "coordenação externa". Note-se, no

entanto, que esse arcabouço pseudo-japonês de gestão da política industrial, a julgar pela experiência da política industrial do Sarney, não colou (como aliás muitas leis e regulamentos que atrapalham a vida do cidadão além da conta), pois nos dois anos que vigorou, a despeito das intermináveis e exasperantes horas de reunião em câmaras setoriais, apenas um PSI se constituiu (o têxtil). Essa é uma indicação poderosa de que, em economias industriais complexas como a nossa, os problemas de "coordenação externa" que nossos voluntários burocratas sonham em administrar são simplesmente grandes demais para serem geridos em comitês, Geps, ou coisas desse tipo.

Em resumo, como imaginar que esse arcabouço tão semelhante a tudo que sempre se fez, e usando mecanismos viciados por anos de distorções acumuladas, vá funcionar de alguma forma diferente do que sempre funcionou? Como esperar uma atuação "revolucionária", nas palavras da ministra, de práticas, instituições e comportamento que têm, ao longo dos anos, funcionado exatamente para preservar o status quo? Ao que tudo indica, cometeu-se um equívoco em se divulgar um conjunto de diretrizes cujo conteúdo não parece consistente com os termos de referência, ou seja, compor uma economia de mercado a partir de uma outra repleta de cartórios, ou seja, reduzir a presença do Estado na regulação da atividade industrial.

GUSTAVO H. B. FRANCO, 34, é professor do Departamento de Economia da PUC-RJ.

IOELMIR BETING



# Comércio planeja duplicar as suas importações de alimentos

**FATIMA CRISTINA CARDOSO**  
Da Reportagem Local

Redes de supermercados e "tradings" da área de alimentos já estão revendo suas previsões de importação para esse ano. A expectativa é de que entre no país o dobro do total de produtos alimentícios importado em 1989. O diretor regional do grupo Paes Mendonça, Vander Luiz Vasconcellos, 36, estima que a rede irá importar US\$ 20 milhões em 1990 contra US\$ 10 milhões em 1989. Outras empresas especializadas em comércio exterior, como a Adriano Coselli S/A e a La Pastina S/A, também pretendem aumentar 100% suas importações.

Apesar das previsões otimistas, os empresários do setor afirmam que há várias barreiras que podem impedir o grande incremento das importações de produtos alimentícios no curto prazo. A primeira indefinição é em relação ao futuro econômico do país. Com a queda de vendas e o aumento da recessão, a importação de alimentos torna-se um risco muito grande. Outro problema é o câmbio flutuante. Muitos empresários afirmam que é melhor esperar para ver como a taxa de câmbio vai se comportar. Além disso, há o problema do preço. Somando alíquotas de importação, gastos com fretes e impostos, o universo de produtos que entram no Brasil com nível de preços competitivo é muito reduzido.

nova política de comércio exterior é a desburocratização.

O gerente de marketing da Adriano Coselli S/A Comércio e Exportação, Luiz Conte, 37, lista as bebidas, molhos, peixes, frutas em calda e algumas conservas, como champignon. Todos os produtos, segundo ele, podem ser considerados supérfluos.

"Qualquer supermercado vai querer oferecer um produto importado para seu consumidor. Aumentará a variedade de marcas, mas nem tudo será mais barato."

A indústria de alimentos, segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria Alimentícia (Abia), Edmundo Klotz, 55,

não teme a competição. "Até agora, tenho recebido pouquíssimas queixas quanto a competição de produtos importados. A indústria nacional poderá absorver a competição internacional." De qualquer maneira, diz ele, a indústria também está liberada para importar matérias-primas que estejam muito caras no Brasil.

★ Peru — O presidente eleito do Peru, Alberto Fujimori, prepara plano econômico para ajustar a economia do país.

## ESCOLA E FACULDADE ATENÇÃO:

Agora também no Brasil, você pode obter economia e eficiência no controle de cartões, matrícula e correção de provas com a leitura óptica.

Visite o stand da HS INFORMATICA. Pensoft - de 9 a 12 de julho, no pavilhão da Bienal - Ibirapuera. Maiores esclarecimentos: (021) 447-1238.

**CÂMBIO**  
DOLAR T

DOLAR T

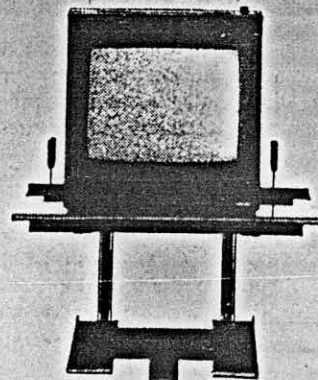
COMPRAR MOEDAS

OURO 9

RENTABILIDADE  
FUNDO C  
PRAZO 1

Rua Lúcio  
01009-Tele: 3  
Tele: (011) 2

## ECONOMIA EM DOSE DUPLA 50% à vista + 50% no seu cartão de crédito



Videocassete Philips VR 6558.  
4 cabeças. Controle remoto total  
com 35 funções.

**67.300,**

IMPORTADO.  
GARANTIA DE 1 ANO.



Orgão  
**7.30**



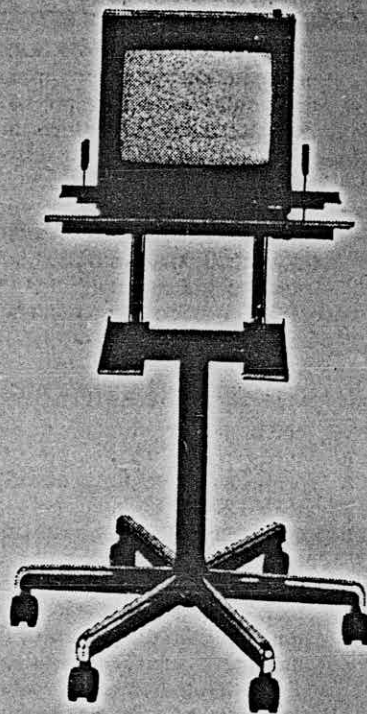


Apesar das previsões otimistas, os empresários do setor afirmam que há várias barreiras que podem impedir o grande incremento das importações de produtos alimentícios no curto prazo. A primeira indefinição é em relação ao futuro econômico do país. Com a queda de vendas e o aumento da recessão, a importação de alimentos torna-se um risco muito grande. Outro problema é o câmbio flutuante. Muitos empresários afirmam que é melhor esperar para ver como a taxa de câmbio vai se comportar. Além disso, há o problema do preço. Somando alíquotas de importação, gastos com fretes e impostos, o universo de produtos que entram no Brasil com nível de preços competitivo com a mercadoria nacional fica muito reduzido.

Algirdas Balsevicius, 50, presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Alimentos do Estado de São Paulo e da Garexport Importação e Comércio, acredita que a liberação das importações deve influir mais no mercado de produtos sofisticados. Os alimentos mais básicos, segundo ele, são produzidos no país a preços bem competitivos. A exceção ficaria por conta de problemas de quebra de safra agrícola ou entressafra, como no caso do feijão e do alho.

O diretor do Paes Mendonça diz que as importações feitas pelo supermercado até esse mês tinham sido acertadas antes da liberação. Segundo ele, havia uma série de negócios encaminhados desde 1989 e que foram concluídos. Muitos dos produtos, importados, já à venda para o consumidor, entram com preço mais baixo que o nacional. Ele cita o caso do leite em pó, conservas e mel. Quanto às importações daqui para a frente, ele afirma que o maior avanço da

Os importadores

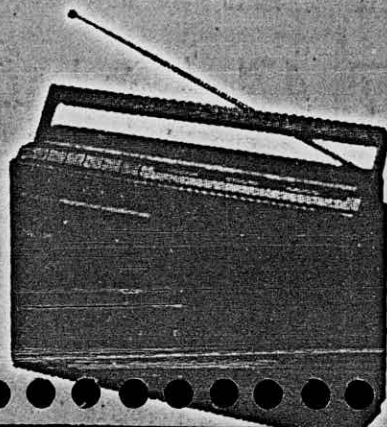


TV C Philips 14 Plus  
CT 6401.

45.000,

Rock Flexline 100.

6.590,



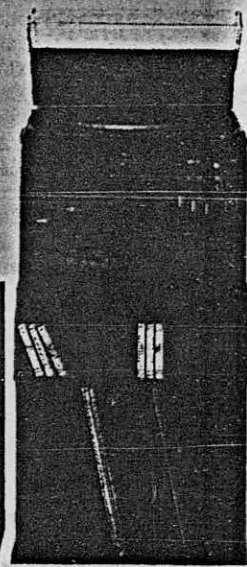
Videocassete Philips VR 6558.  
4 cabeças. Controle remoto total  
com 35 funções.

67.300,

IMPORTADO.  
GARANTIA DE 1 A

Sistema integrado  
estéreo F 1330.

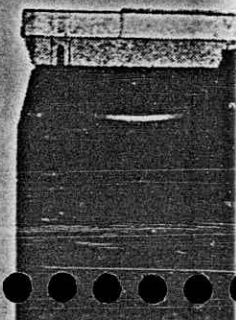
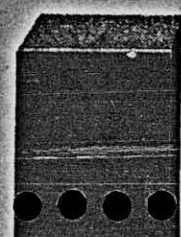
34.900,



**PHILIPS**

Stereo System  
F1651, 4 caixas.

52.600,





da agricultura ou entressafra, como no caso do feijão e do alho.

O diretor do Paes Mendonça diz que as importações feitas pelo supermercado até esse mês tinham sido acertadas antes da liberação. Segundo ele, havia uma série de negócios encaminhados desde 1989 e que foram concluídos. Muitos dos produtos importados, já à venda para o consumidor, entram com preço mais baixo que o nacional. Ele cita o caso do leite em pó, conservas e mel. Quanto às importações daqui para a frente, ele afirma que o maior avanço da

## Os importadores apontam obstáculo

Da Reportagem Local

Considerada por muitos uma evolução dentro da economia brasileira, a liberação das importações ainda deve demorar para atingir mais amplamente o consumidor brasileiro. À exceção de alguns importados da Argentina como o mel e fraldas descartáveis, que saem pela metade do preço do similar nacional— as quotas e os custos de frete e impostos ainda encarecem muito a importação de produtos de consumo.

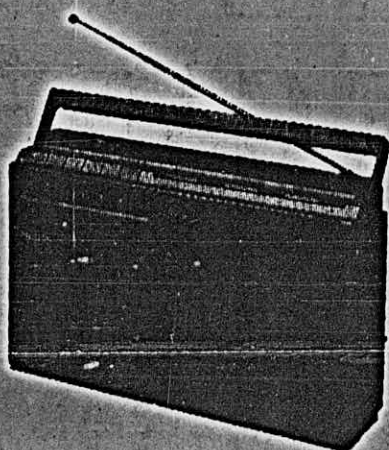
O presidente da Associação Brasileira das Companhias de Comércio Exterior (Trading Companies) e da Silex Trading, Roberto Gianetti da Fonseca, 40 anos, afirma que, no curto prazo, a liberação das importações deve funcionar como um limite a abusos de oligopólios. Algirdas Balduino, do Sindicato das Atacadistas, afirma que o câmbio é um grande inibidor das importações. "Como se o governo tivesse dado uma passagem de avião de volta e sem o dinheiro para pagar hotel." É que a importação depende do fechamento do comércio e o pagamento são alguns fatores. Como o câmbio é flutuante durante esse período a cotação do dólar pode subir demais e inviabilizar a venda do produto importado no país.

Na opinião de Fonseca, falta uma série de medidas complementares para viabilizar a importação. Entre elas, ele destaca uma maior aplicação financeira que acompanhe a valorização do dólar e o câmbio flutuante. (FCC)

AVS  
importação de alimentos na pág. B-6

Rack Flexline 100.

6.590,



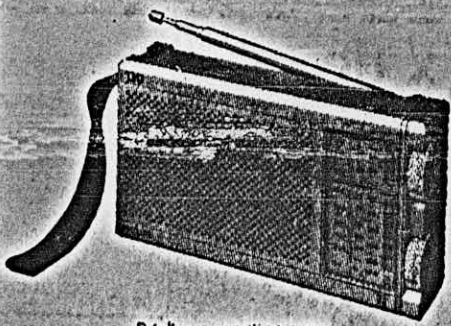
Radiogravador AR 250.

7.990,



Rádio portátil AL 331.

5.350,

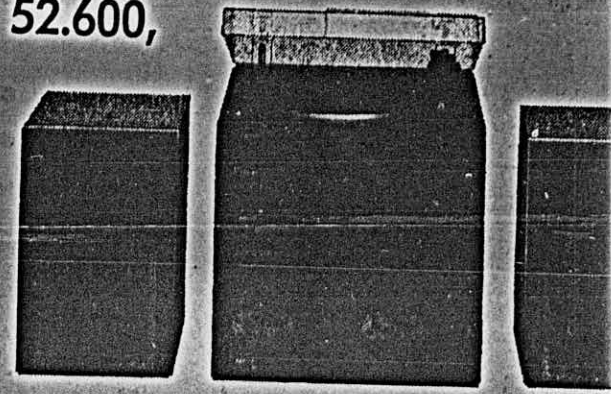


Rádio portátil AL 130.

3.400,

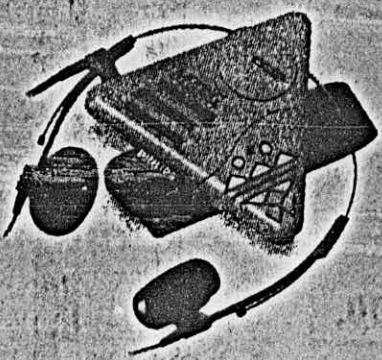
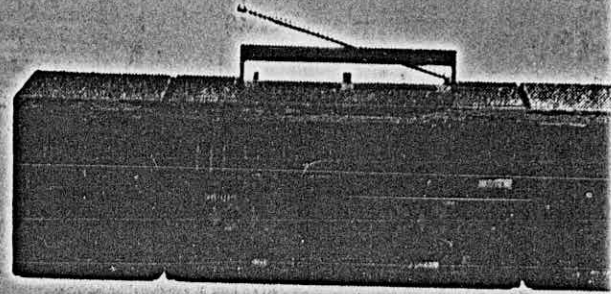
Stereo System F1651, 4 caixas.

52.600,



Micro System portátil AR 676.

25.900,



Rádio portátil AE 6890.

7.800,

Aceitamos todos esses cartões de crédito: Bradesco, Credicard, Dinners.

# Dillard's



com Dick Berner, da Salomon Brothers, esse dado confirma outros indicadores que apontam pa-

possível politicamente, pois con-  
taria com vigorosa oposição do  
presidente George Bush. O Fed,

enquanto os outros dois, mesmo  
com juros maiores, vão continuar  
a crescer. (MC)

DEZ/89 JAN FEV MAR ABR  
Fonte: Folha e agências internacionais

## Diretor do FMI chega ao Brasil e elogia a abertura econômica

Da Sucursal de Brasília

O diretor da Divisão do Atlântico Sul do Fundo Monetário Internacional (FMI), Thomas Reichmann, disse ontem que a queda do ágio do dólar no paralelo em relação ao câmbio livre é positiva porque representa "confiança da sociedade na economia brasileira". Ele elogiou ainda a abertura da economia brasileira, mas evitou fazer maiores comentários, alegando que precisa antes conhecer "seus vários aspectos específicos". Sobre a austeridade pregada pelo governo, disse que o Brasil "está no caminho certo".

Reichmann chegou ontem ao Brasil para chefiar a missão técnica do FMI que está coletando dados sobre a economia brasileira. A análise desses dados servirá de base para a assinatura de um acordo do Brasil com o FMI, provavelmente em setembro. O Brasil quer um empréstimo provisório de US\$ 1,4 bilhão. Thomas Reichmann passará o fim-de-semana analisando os primeiros dados coletados pelos quatro técnicos do FMI que se encontram no Brasil desde a última segunda-feira.

O diretor do FMI nada falou sobre as negociações com o Brasil, atendendo a pedidos do Ministério da Economia. O ministro sugeriu a ele que as informações sobre o andamento das negociações sejam dadas pelo embaixador especial para assuntos da dívida externa, Jório Dauster.

O governo vem mantendo segredo das metas projetadas para a economia brasileira que estão

sendo mostradas à missão do FMI. O diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Eduardo de Assis, 33, disse, porém, que o governo não está preocupado em fazer um programa que agrade o FMI, mas cumprir as metas traçadas pelo Plano Collor para redução da inflação. Ele comentou que o FMI provavelmente achará exagerada a rigidez da política monetária. "Os resultados dessa política, que começam a aparecer, é o nosso interesse desde 15 de março."

Thomas Reichmann disse que o

FMI dispõe de créditos para que os países devedores possam alongar suas dívidas, com redução de juros, acrescentando que essa linha também pode ser usada pelo Brasil, como quer Jório Dauster. Cada país pode usar até 40% de sua cota no FMI para trocar com os credores títulos da dívida de prazos menores por outros, de prazos longos, semelhante ao esquema usado pelo México na renegociação de sua dívida. A parte da cota do FMI fica como garantia para os bancos.



Reichmann, do FMI, em frente à loja da Zélia Tapeçaria, em Brasília

## Argentina reduz ir as exportações de a

TEREZA RANGEL

De Buenos Aires

O ministro da Economia argentino, Antonio Erman González, anunciou ontem uma redução média de 50% no imposto para a exportação de cinco produtos agropecuários. A medida terá como consequência o incremento de 15% na produção agrícola no ano que vem, estimou o presidente da Sociedade Rural Argentina, Guillermo Alchouron.

A medida beneficia a venda de soja, milho, girassol, sorgo e carne. Foi anunciada pela manhã durante visita do ministro à exposição nacional de agropecuária

realizada pela sociedade e  
exposição reúne 223 expos.

A redução da alíquota posto de exportação vai acordo com cada produto. a carne terá uma redução pontos percentuais, dividi três vezes. Três pontos a agosto, três em setembro em outubro. O milho pas alíquota de 8% a partir d fevereiro de 91. Soja p 26% a 13% a partir de março de 91. Girassol, de 13% em 1º de dezembro sorgo, de 10% a 5%, a p 15 de fevereiro do ano que

O governo argentino p para 1992 uma taxa zero

## Governo cede a pressão do setor

De Buenos Aires

A redução de impostos anunciada pelo governo argentino busca incentivar a exportação num momento em que a economia do país atravessa uma de suas piores crises. O governo teve de ceder às pressões dos produtores agropecuários e abrir mão de uma receita de US\$ 160 milhões a US\$ 170 milhões para 1991. Com isso possibilita um melhor desempenho do setor exportador.

Pelo nono trimestre consecutivo a produção industrial argentina apresenta queda. A ligeira reação de março a maio não foi suficiente para reverter a tendência de baixa registrada há mais de dois anos. O desemprego continua ascendente. Oficialmente, 8,8% da população econômica

## TENDÊNCIA

### Superávit co a apresentar

Das Agências Internacionais

O superávit em conta —que inclui a balança e as transações de serviços bancos, seguros e turismo. Japão parou de diminuir. Depois de cair quase abruptamente por um ano e superávit japonês subiu e 12,2% para US\$ 4,78, segundo dados do Ministério das Finanças do Japão.

### Cai o saldo do

O superávit comercial manha Ocidental totaliz 40 bilhões no primeiro do ano, o que representa queda de 7,7% com re

Presidente da Fiesp  
anôia lei antitruste

## BTNF só acaba com o



# ortados estacionam reajustes no varejo

SO para a importação, também está sob "efeito psicológico". O diretor da Associação Brasileira da Indústria de Vestuário (Abravest) e presidente da Staroup, André Ranschburg, diz que existe uma cautela maior por parte das tecelagens de aumentar seus preços. Ele reconhece, porém, que ainda entraram poucos produtos têxteis no país. "Houve muitos boatos sobre importações, mas o custo de importar iguala o preço internacional ao do produto nacio-

nal."

O diretor geral da empresa de consultoria Gouvêa de Souza & MH, Marcos Gouvêa de Souza, 41, diz que a abertura de mercado é a "pedra de toque" do plano de estabilização econômica do governo. "Os empresários estão sendo obrigados a rever a estratégia de produção elitista." Ele acaba de concluir o estudo sobre o mercado consumidor brasileiro, denominado de "A redescoberta do real mercado brasileiro", rea-

lizado em conjunto com a Interscience. O trabalho demonstra que o potencial do mercado de baixa renda está colocado em segundo plano pela estrutura de produção na década de 80.

Na verdade, a resposta dos empresários à abertura pode ser dividida em três formas de atuação. A primeira compõe-se do grupo que prefere torpedear as mudanças. Um segundo grupo de comerciantes e industriais estaria reagindo com a mudança do seu

port-fólio de produtos, principalmente importando mercadorias sofisticadas e relegando a produção nacional a apenas produtos básicos. O terceiro seria formado por aqueles empresários que já começaram a enxugar custos das suas empresas e diminuir preços, buscando enfrentar a concorrência internacional.

Para Marcos Gouvêa, se a maior parte dos agentes econômicos tomar consciência de se alinhar aos padrões internacionais e,

principalmente ao "real mercado brasileiro", o país poderá viver taxas de crescimento na década de 90 próximas às da década de 70. "Há uma grande faixa de consumidores que está orfã de produtos mais simples e baratos, além de oportunidades de crédito. Em qualquer país do mundo se compra carro com financiamentos de até 50 meses. Imagine se existisse tal crédito no Brasil. Quantos automóveis não se venderia?"

# O Bradesco sai das palavras



Os empresários do setor varejista já festejam um tal de "efeito psicológico" que atingiu a economia depois da liberação das importações. Embora o processo ainda esteja na sua fase inicial, a competição com produtos estrangeiros somada à recessão teria diminuído o ritmo dos reajustes de preços e ampliado a margem de manobra do comércio nas negociações com a indústria. "Está mais fácil para negociar com os fornecedores agora, do que há alguns meses atrás", explica Armando Peralta, presidente em exercício da Associação Paulista de Supermercados (Aspas).

Em alguns setores de alimentos industrializados, onde as importações estão mais adiantadas, está havendo até quedas de preços. Peralta cita o caso dos laticínios.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo, Wilson Tanaka, acrescenta o exemplo dos leites tipo longa vida. Segundo ele, um litro desse tipo de leite chegou a ser vendido a Cr\$ 100,00 e atualmente há supermercados fazendo promoções a Cr\$ 39,80. Há casos ainda de produtos importados do Chile e da Argentina sendo vendidos a menos de Cr\$ 60,00.

O caso do leite longa vida, na opinião de Tanaka, demonstra a mudança de atitude da indústria e a função da competição internacional. A oferta desse tipo de mercadoria teria aumentado sensivelmente nos últimos meses. Para o supermercadista, isso demonstra que os laticínios não estão lançando mão da estratégia de adequar a produção à queda de vendas para não reduzir o preço.

Tanaka afirma que a competição da fralda importada da Argentina provocou uma diminuição do nível de reajustes dos similares brasileiros. Boa parte dos vinhos nacionais, segundo Peralta, estão com preços estabilizados desde março.

No entanto, há exemplos que demonstram que as consequências em termos de preços ainda são incipientes. Wilson Tanaka cita o caso da maionese, que teve aumentos no mês passado em torno de 40%, enquanto já entraram no mercado similares com preço 50% inferior aos do produto nacional, sem o reajuste.

O supermercadista afirma que ainda há pouca oferta de importados. Em relação a alimentos, diz ele, em São Paulo a oferta se concentra em dois pontos de vendas. "Quando o processo se generalizar, os efeitos serão maiores", afirma.

No setor têxtil, o primeiro a ser atingido pela redução de imposto

Estudo compara

do diretor da Associação Brasileira da Indústria de Vestuário (Abravest) e presidente da Staroup, André Ranschburg, diz que existe uma cautela maior por parte das tecelagens de aumentar seus preços. Ele reconhece, porém, que ainda entraram poucos produtos têxteis no país. "Houve muitos boatos sobre importações, mas o custo de importar iguala o preço internacional ao do produto nacio-

nal. O diretor geral da empresa de consultoria Gouvêa de Souza & MH, Marcos Gouvêa de Souza, 41, diz que a abertura de mercado é a "pedra de toque" do plano de estabilização econômica do governo. "Os empresários estão sendo obrigados a rever a estratégia de produção elitista." Ele acaba de concluir o estudo sobre o mercado consumidor brasileiro, denominado de "A redescoberta do real mercado brasileiro", rea-

lizado. O trabalho demonstra que o potencial do mercado de baixa renda está colocado em segundo plano pela estrutura de produção na década de 80.

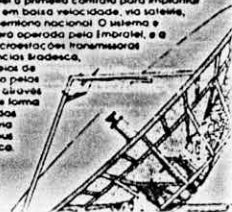
Na verdade, a resposta dos empresários à abertura pode ser dividida em três formas de atuação. A primeira compõe-se do grupo que prefere torpedear as mudanças. Um segundo grupo de comerciantes e industriais estaria reagindo com a mudança do seu

# O Brade sai da palavr

## O PIONEIRISMO DO BRADESCO CONQUISTA O ESPAÇO.

PRIMEIRO CONTRATO ASSINADO COM A EMBRATEL  
GARANTE A IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE PRIVATIVA DE  
TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE, VIA SATELITE.

O Bradesco acaba de assinar com a Embratel o primeiro contrato para implantar uma rede privada de transmissão de dados em alta velocidade, via satélite, funcionando dia e noite, e cobrindo todo o território nacional. O sistema é composto de uma estação principal, que será operada pela Embratel, e seis estações interligadas inicialmente 700 microestações transmissoras e receptoras distribuídas entre as 145 agências Bradesco, permitindo-se os serviços desprovidos de meios de comunicação. É um momento histórico vivido pelas telecomunicações brasileiras. É o Bradesco, através do seu setor de telecomunicações, implantando de forma pioneira, uma tecnologia das mais avançadas na área, ligando o Brasil de ponta a ponta, via satélite, para atender cada vez melhor os seus clientes. Quem tem Bradesco, tem mais banco.





# Economistas temem ritmo da abertura

JOSÉ CORONADO

Da Reportagem Local

O processo de abertura da economia brasileira pode ser desastroso para setores da indústria, que jamais praticaram a livre concorrência. O governo Collor terá de ser muito prudente no projeto de modernização para não sucatear o que já existe, mesmo com existência precária. A previsão parte de economistas preocupados com o ritmo da abertura pretendida pelo governo e que ainda não foi definido, de forma clara. As experiências do Chile e da Argentina, na década passada, são exemplos de equívocos difíceis de serem corrigidos.

O economista Paulo Nogueira Batista Jr., 35, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e ex-assessor do ministro Dilson Funaro, elogiou o conceito de abertura, com reservas quanto à velocidade. "Um ritmo equivocado pode destruir setores inteiros da economia", alertou. "Isso não pode ser feito na louca", acrescentou Sérgio Bergamini, 49, diretor do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ele se disse favorável à abertura como meio de incorporar tecnologias. Octávio de Barros, 34, presidente em exercício do Conselho Regional de Economia (SP), disse temer o fato de a liberação de importações ter vindo "desconectada de uma política industrial bem definida".

Durante décadas a fio o Brasil praticou políticas protecionistas que acabaram situando a economia como uma das mais fechadas do mundo. O grau de abertura da economia brasileira no ano passado foi de 15%. No início dos anos 80, o Chile já tinha uma abertura de 45%. Esse cálculo deriva da divisão do volume do comércio exterior de um ano pelo Produto Interno Bruto do mesmo período. O governo diagnosticou no isolamento as causas de uma ineficiência crônica em vários setores.

O projeto do governo não pode ser objetado em tese. O isolamento provocou um enorme hiato tecnológico, prejudicial para a economia que perdeu competitividade. O problema está em como recuperar o tempo perdido sem expor um parque industrial debilitado à enorme força de parques altamente competitivos. Nogueira Batista lembrou que, na liberalização rápida, o país também desperdiçará o trunfo de exigir contrapartidas comerciais. Para ficar apenas em um exemplo, na semana passada o empresário Edmundo Klotz admitiu que muitos setores da indústria alimentícia não terão condições de concorrer com produtos argentinos. E o projeto de integração econômica com a Argentina é mais avançado do que a abertura ao exterior: significa o fim de qualquer fronteira comercial.

Para conquistar eficiência, lembram os economistas, é preciso concorrência. Mas é preciso também novos investimentos, com recursos internos e externos. No quadro de recessão da economia brasileira, porém, atrair novos investidores torna-se um árduo desafio. O governo trabalha com expectativa de queda de até 3% do PIB neste ano, segundo o secretário Nacional de Planejamento, Marcos Gianetti da Fonseca. Caso se confirme a estimativa, o país deixará de produzir US\$ 12,6 bilhões.

Octavio de Barros disse não acreditar que o governo promoverá uma recessão longa. Com instrumentos de política monetária eficientes e a abertura de importações, poderá controlar pressões de oligopólios e monopólios. A opção do governo, para ele, foi louvável. Eliminou a prática das transferências de renda que davam rentabilidade às empresas às custas do fisco. Resta agora achar meios para se chegar ao novo padrão sem jogar fora a criança com a água suja.

IDEA OU GALPÃO INDUSTRIAL  
20 mil m<sup>2</sup>

# SP 72

PRODUTOS E EQUIPAMENTOS

## Pro conge

Os micros mais q  
conquistado grandes em  
vai a

ATSP 386 DX  
1FD + 20MB



Seu pass

SP 16II MOD.  
1FD + 20MB



# Abertura pode prejudicar produtos nacion

**ALCIDES FERREIRA**

Da Reportagem Local

empresas. A partir dos resultados preliminares do levantamento, foi feita uma comparação com o mesmo trabalho feito nos EUA, Japão e outros países com a mesma metodologia. Uma das conclusões da consultoria é que a acomodação do país está minando o poder de competitividade da economia.

Enquanto nas empresas de classe mundial os custos de produção são 10% menores do que os de seu melhor concorrente interna-

cional, no Brasil os custos são em média 14% superiores. Nessa questão, a pesquisa observou um intervalo que vai de 60% abaixo do padrão mundial até 200% acima. Ou seja, há grandes empresas operando no país com um preço 200% superior ao de seu melhor concorrente no exterior e sobrevivendo, mesmo assim, com lucros.

Além de refletir as desigualdades da economia brasileira, o grande intervalo de custos mostra

que as empresas mais competitivas, exportando ou não, podem obter lucros enormes porque seus custos são 60% menores do que os de seus concorrentes. "Não existe concorrência no país", resume um dos responsáveis pela pesquisa, Celso Ienaga, diretor da consultoria. Enquanto isso, no Japão cada empresa tem em média 16 concorrentes, no universo dos 26 principais setores da economia, diz Ienaga.

As distorções provocadas pela

política de proteção à indústria, combinadas com mecanismos de favorecimento, produziram também alguns números curiosos. Kume diz que até julho de 1988 a tarifa média de importação no Brasil era de 55%. Mas, na prática, as empresas que conseguiram importar naquele ano pagaram 7% de alíquota, em média, devido a incentivos dados pelo governo.

Mesmo pagando mais caro, o consumidor brasileiro tem de

sofrer com qual cada milhão de p mundial registra ser rejeitados p Brasil, a taxa me produtos, ou s superior. O pad renovação de es vezes ao ano, líderes chegando Brasil, o giro de e vezes, com conse brutal de preço financeiro.

Ainda cheia de obstáculos, a exposição da indústria brasileira à concorrência externa deve mostrar preços internos altos e produtos com qualidade inferior. É o que revelam trabalhos sobre a eficiência das empresas nacionais feitos entre o final de 1989 e este ano.

O diretor da Coordenadoria Técnica de Tarifas, Honório Kume, diz que a abertura da economia enfrenta ainda, além do processo de revisão das alíquotas de importação, os problemas de financiamento externo do país, a lei de informática e a adaptação da Zona Franca de Manaus, por exemplo. O secretário-adjunto de Economia, João Cunha, lembra também que os custos portuários no país, em geral, são cinco vezes superiores aos praticados no exterior.

Os elevados preços finais das empresas no Brasil —prática que não deve ser confundida com a inflação (variação dos preços)—, mas que também é facilitada pelo descontrole inflacionário, foi constatada em estudo encomendado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil no final do ano passado.

Realizada pela empresa de consultoria Ernst & Young, a pesquisa entrevistou 220 grandes

## Dia dos Pais. O Carrefour serra, corta, fura e aperta o preço

Dicas para o papai: faça a limpeza das ferramentas periodicamente. Guarde-as longe da umidade e do alcance das crianças. Ao executar reparos elétricos, desligue sempre a chave geral. Dicas para os filhos: o menor preço Carrefour é a ferramenta certa para o presente do papai.

## CSN desconta do salário os dias de greve

Da Sucursal do Rio

A partir da próxima quarta-fei-



# ode prejudicar produtos nacionais

os resultados  
ntamento, foi  
ção com o  
o nos EUA,  
íses com a  
t. Uma das  
tória é que a  
está minando  
titividade da  
mpresas de  
tos de produ-  
do que os de  
ente interna-

cional, no Brasil os custos são em média 14% superiores. Nessa questão, a pesquisa observou um intervalo que vai de 60% abaixo do padrão mundial até 200% acima. Ou seja, há grandes empresas operando no país com um preço 200% superior ao de seu melhor concorrente no exterior e sobrevivendo, mesmo assim, com lucros.

Além de refletir as desigualdades da economia brasileira, o grande intervalo de custos mostra

que as empresas mais competitivas, exportando ou não, podem obter lucros enormes porque seus custos são 60% menores do que os de seus concorrentes. "Não existe concorrência no país", resume um dos responsáveis pela pesquisa, Celso Ienaga, diretor da consultoria. Enquanto isso, no Japão cada empresa tem em média 16 concorrentes, no universo dos 26 principais setores da economia, diz Ienaga.

As distorções provocadas pela

política de proteção à indústria, combinadas com mecanismos de favorecimento, produziram também alguns números curiosos. Kume diz que até julho de 1988 a tarifa média de importação no Brasil era de 55%. Mas, na prática, as empresas que conseguiram importar naquele ano pagaram 7% de alíquota, em média, devido a incentivos dados pelo governo.

Mesmo pagando mais caro, o consumidor brasileiro tem de

sofrer com qualidade pior. Para cada milhão de produtos, o padrão mundial registra 200 que têm de ser rejeitados por defeito. No Brasil, a taxa média é de 22.700 produtos, ou seja, dez vezes superior. O padrão mundial de renovação de estoque é de 75 vezes ao ano, com empresas líderes chegando a 100 vezes. No Brasil, o giro de estoque ocorre 10 vezes, com consequente aumento brutal de preço devido ao custo financeiro.

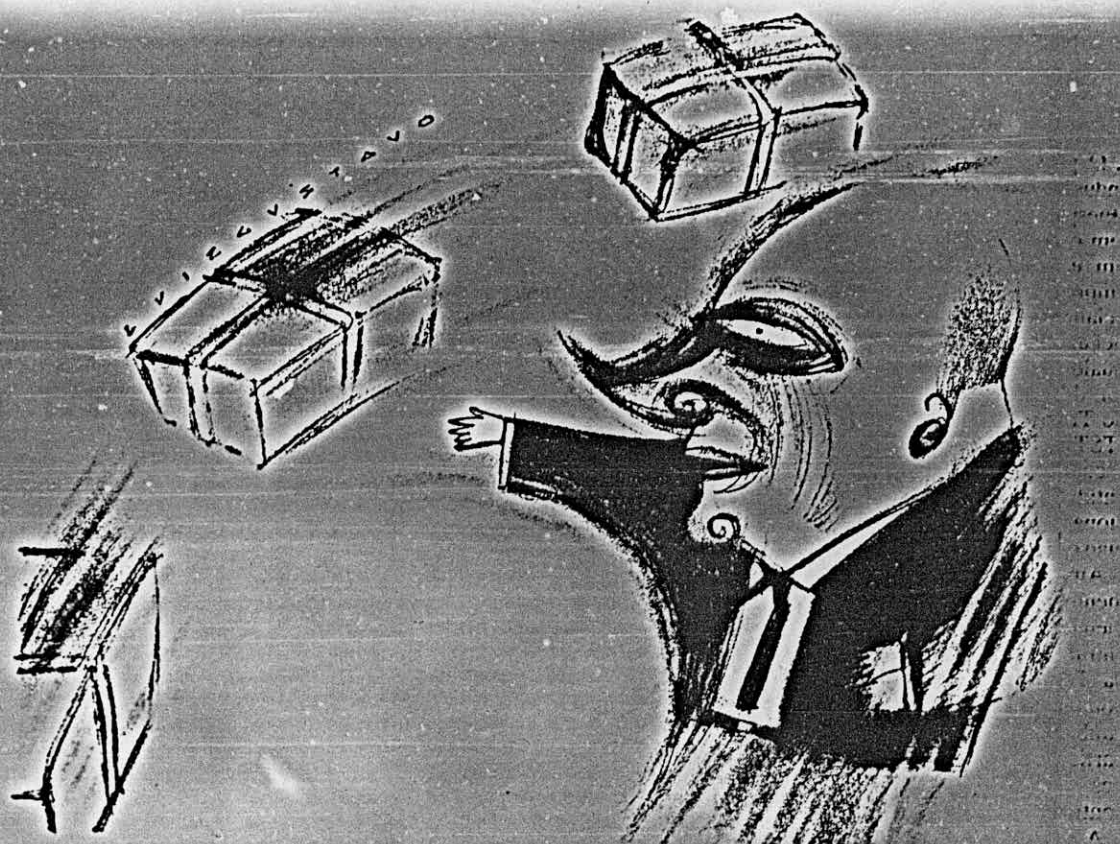
## Dia dos Pais. Carrefour serra, corta, fura e aperta o preço.

as para o papai: faça a limpeza das ferramentas  
icamente. Guarde-as longe da umidade e do alcance  
crianças. Ao executar reparos elétricos, desligue  
e a chave geral. Dicas para os filhos: o menor preço  
four é a ferramenta certa para o presente do papai.



Grande destaque tem sido dado ao fato de que teriam sido eliminados por completo os entraves administrativos às importações, as quais, por conseguinte, estariam restritas apenas pelas tarifas. A alegação é falsa porque continuam vivos dois instrumentos importantíssimos de controle administrativo discricionário de importações: a anuência da Secretaria Especial de Informática (SEI) para qualquer importação que envolva bens de informática, os quais, como se sabe, são definidos de forma muito ampla pela Lei de Informática, e os requerimentos de prazo mínimo para financiamento externo de importação principalmente de máquinas, equipamentos e insumos industriais. Ora, uma liberalização de importações que exclua bens de informática e de capital é mais do que simplesmente capenga, pois privilegia as bugigangas constantes no extinto anexo C (jet skis, microondas, leite em pó etc.) em detrimento de máquinas e insumos que embutem novas tecnologias das quais depende a modernização do nosso parque industrial. Desse jeito, a liberalização decididamente não é para valer.

Por vezes as autoridades argumentam que essas restrições permanecem justamente para impedir que as importações cresçam a ponto de fazer perigar o nosso superávit comercial. Ora, mas se assim for, a liberalização não será mais que uma perfumaria, e todo o discurso sobre a modernidade e os laços com a economia internacional que a tantos cativou não terá sido mais que uma bravata. Como fazer liberalização — o que necessariamente há de elevar as importações (para um mesmo nível de atividade doméstica) — sem enfrentar uma crise cambial? Tudo se passa como se o país fosse como um contumaz devorador de doces, tortas e coisas que engordam, e que, diante de uma crise financeira, empreendeu, através de um regime espartano de contenção de importações, um extraordinário esforço para emagrecer. Após tornar-se magro e elegante, o nosso comilão percebe que ao liberar os doces e tortas volta a ser gordo. Em função disso percebe que alguma mudança estrutural há de ocorrer na sua vida para permitir que seja possível comer doce e não engordar. A solução não é difícil: trata-se de introduzir o hábito dos exercícios, assim gastando as calorias excedentes consumidas nos doces. Nosso país, tal como o comilão, precisa, portanto, tornar-se mais atlético, ou seja, mais eficiente e competitivo, e com isso elevar de forma substancial a propensão a exportar. Só



assim poderemos desfrutar de forma sustentável de coeficientes de importação consistentes com o nosso grau de desenvolvimento industrial.

Para conseguirmos nos tornar mais exportadores será necessário atuar de forma horizontal, através da política industrial, no aumento da eficiência, mas também será necessário operar mecanismos específicos de promoção de exportações. Com relação a esses últimos, as novas medidas na área de política de comércio exterior não trazem coisa alguma além do ainda incerto banco de comércio exterior. É sintomático, além disso, que tenha se consumado o sepultamento do programa Beflex que, como se sabe, tinha defeitos, mas também enormes virtudes: nada menos que metade das exportações brasileiras de manufaturados é feita através do Beflex. É muito comum em programas de liberalização mundo afora (México, Turquia, Coréia etc.), que os programas comecem por liberalizar as importações dos exportadores, e a justificativa para isso é evidente: pode-se comer doce sem engordar! O importante a observar, todavia, é que as nossas novas diretrizes de política nada fizeram no campo da promoção de exportações (pelo contrário, além do fim do Beflex, vários incentivos fiscais foram abolidos), o que caracteriza uma perigosa inovação vis-à-vis a experiência internacional.

Ao abandonar a promoção de

exportações e ignorar as importantes restrições administrativas às importações que ainda permanecem, o governo parece sinalizar uma redução na ênfase à liberalização comercial como instrumento de política industrial, ou mais precisamente, como instrumento de competição. Dessa forma, o governo parece depositar o grosso de suas fichas na política industrial strictu sensu, vale dizer, em programas de apoio (usando recursos públicos) a segmentos industriais específicos (através dos PCIs) e em medidas gerais de fomento à eficiência e à atividade tecnológica. Destaque-se aí uma promessa de aumento substancial no dispêndio de recursos públicos na área de ciência e tecnologia, seja através dos órgãos financiadores oficiais, seja através do PBQP (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade), ou mesmo através da ressurreição de incentivos fiscais recentemente abolidos e dos PD-TIs (Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial) da política industrial do Sarney, também renascidos das cinzas.

No tocante à eficácia dessas medidas horizontais, é importante ter claro que a atividade tecnológica — da qual resulta o crescimento sustentado da produtividade — tem determinantes ligados de forma nada simples aos estímulos competitivos gerados em estruturas de mercado específicas, bem como às decisões de investir e também, a incentivos governamentais (fiscais ou regu-

latórios). Assim sendo, deve-se ter claro que medidas horizontais de estímulo tecnológico devem ser complementadas por políticas que gerem o ambiente competitivo no âmbito do qual surge o desejo de inovar/investir. Para isso serve a liberalização que gera, principalmente em um contexto de estabilidade macroeconômica e ausência de recessão, a pressão competitiva que produz o desejo de melhoria. Ao restringir a liberalização (e tendo em vista que a possibilidade de uma política de competição doméstica se viu frustrada por uma lei antitruste inadequada e gerida pelo Ministério da Justiça segundo critérios inteiramente desligados das prioridades da política industrial) a eficácia das medidas horizontais de estímulo à atividade tecnológica fica significativamente limitada, ou seja, seria necessário um volume muito grande de dinheiro público (seja através de medidas horizontais ou através dos PCIs) para gerar um nível de esforço tecnológico que poderia ser espontâneo em um contexto onde a pressão competitiva naturalmente induziria as empresas a se tornarem mais eficientes. A competição, portanto, quando criada pela liberalização ou através de uma política antitruste de verdade, eleva a eficiência economizando um recurso bastante escasso em nossos dias: o dinheiro do contribuinte.

GUSTAVO H. B. FRANCO, 34, doutor em economia pela Universidade de Harvard (EUA), é professor e coordenador de graduação do departamento de Economia da PUC-RJ.

JOELMIR BETING



# Musa alerta para risco das importações

ARMANDO OURIQUE

Da Reportagem Local

Se o governo não tiver cuidado, quebrará a indústria brasileira com a sua iniciativa de abrir as fronteiras do país às importações. Essa é a opinião do diretor-presidente da Rhodia S.A., Edson Vaz Musa, 52. A abertura, disse, é imprescindível, mas o governo precisa dosar esse processo para não sucatear a indústria do país.

Musa recebeu em São Paulo na semana passada o presidente do Grupo Rhône-Poulenc (holding francesa da Rhodia), Jean René Forjou. Depois de ouvir explicações sobre o que o governo está fazendo para controlar a inflação e integrar o país no mercado internacional, Forjou disse: "O doente vai morrer curado".

A indústria brasileira, incluindo a Rhodia, conduziu seus negócios durante décadas em condições de mercado fechado. Como o mercado era fechado, a Rhodia pôde instalar uma unidade de produção de insumos químicos no pólo de Camaçari (BA), distante de suas fábricas de produtos intermediários e finais localizadas em Campinas (SP). Esse pólo foi localizado pelo governo na Bahia por motivos políticos. Da Bahia, o custo de transportar o insumo para os centros industriais é mais caro. No caso da Rhodia, o frete de Camaçari para Santos sai 58% a

mais do que de Houston, nos EUA. A economia fechada permitia à Rhodia incorporar aos preços esse custo adicional.

Por essa e outras, o preço de alguns produtos da Rhodia e de outras empresas acabava situando-se acima do nível internacional. As tarifas muito elevadas ou a simples proibição de importação criavam uma reserva de mercado que permitia à Rhodia, no caso de alguns produtos, cobrar mais caro do que o preço da concorrência internacional. Era essa possibilidade de cobrar mais caro, garantida pela economia fechada, que permitia à Rhodia e outras empresas arcar com outros custos que no Brasil extrapolam os níveis internacionais. O custo de investimento da Rhodia no Brasil, por exemplo, é hoje 84% maior do que da Rhône-Poulenc nos Estados Unidos. Custa mais investir no Brasil, entre outros motivos, porque 1) as máquinas, protegidas por reserva de mercado, são mais caras, 2) a escala de produção é menor, 3) os juros são mais altos e 4) a tributação sobre construções e bens adquiridos é maior. O mercado fechado permitia à Rhodia suportar uma tributação sobre lucros mais elevada do que de outros países, taxa de câmbio sobrevalorizado e problemas de fornecimento de insumos, como a energia elétrica.



Edson Vaz Musa, da Rhodia, que alertou para riscos que as importações podem trazer para a indústria

## Rhodia teme perda de competitividade

Da Reportagem Local

A Rhodia poderá deixar de produzir alguns produtos por perda de competitividade diante da liberação de importações, disse o diretor-presidente da Rhodia, Edson Musa, que acrescentou entretanto que ainda é cedo para determinações definitivas. afirmou que em muitos produtos a Rhodia é competitiva à concorrência internacional, mas que em setores das fibras sintéticas ela é menos competitiva. Em 89, a Rhodia faturou US\$ 1,2 bilhão.

Com a liberação das importações, a Rhodia vai fazer o máximo possível, disse Musa, para não substituir fornecedores nacionais por concorrentes estrangeiros. A empresa, acrescentou, vai

levará em conta a sua própria perenidade para recorrer às importações. Ela está no momento pedindo aos seus fornecedores preços internacionalmente competitivos. Em alguns casos, os fornecedores precisarão de tempo para realizar ajustes.

"Talvez seja preferível ter uma relação de parceria e pagar um pouco mais caro, para permitir a adaptação, do que quebrar um fornecedor hoje e ficar dependente de importações", disse Musa, acrescentando que a Rhodia tem defendido essa tese junto a fornecedores e clientes. "Para a indústria brasileira se tornar competitiva, ela precisa ter paciência e parceria", afirmou. mencionou que a indústria têxtil poderá agora realizar a importação de teares e de outros produtos para os quais a Rhodia

levaria três anos para fornecer fios sintéticos em bulbinas com novas especificações. Musa disse que o fim do subsídio ao álcool para fins industriais inviabilizou a sua utilização na alcoolquímica brasileira. Uma alternativa, disse, seria substituir o álcool nacional pelo ácido acético importado.

A Rhodia registrará em 1990 o primeiro exercício de prejuízo em 70 anos. As perdas acumuladas no primeiro semestre, disse Musa, não poderão ser recuperadas até o final do ano. O mercado da produtos químicos e têxteis teve forte contração após o Plano Collor. No início do ano, disse, muitos clientes da Rhodia acumularam estoques, o que resultou numa posterior queda de encomendas. A Rhodia teve no primeiro semestre uma perda de 10% das vendas. (A)

Em faz de

Da

Em su diretor-pr son Mus deve con seguintes de liberaç Velocid ("timing vamente fária qu com o ter à concorr

Custo e indústrias enfrentar cional. O entretanto Brasil do

Impost tributação é mais p para muit dos níveis Estrut buição ge dustrial determin cos. Sai 5 tar produ çari (BA) de Houst

Prática ("dumpi legislação a indústria estrangeir podem re artificiais cado.

Defesa; ro está torna mai brasileira cia inter de verti



Banco de Dados

## Empresário faz relação de entraves

Da Reportagem Local

Em sua política industrial, o diretor-presidente da Rhodia, Edson Musa, disse que o governo deve considerar a existência dos seguintes entraves às iniciativas de liberação de importações.

**Velocidade da liberalização ("timing"):** Um ritmo excessivamente abrupto de redução tarifária quebrará indústrias que, com o tempo, poderiam se ajustar à concorrência internacional.

**Custo do investimento:** Muitas indústrias precisam investir para enfrentar a concorrência internacional. O custo do investimento, entretanto, está 84% mais caro no Brasil do que nos EUA.

**Imposto de Renda:** A carga da tributação sobre lucros no Brasil é mais pesada, o que contribui para muitos preços estarem acima dos níveis internacionais.

**Estrutura industrial:** A distribuição geográfica do parque industrial foi, em alguns casos, determinada por motivos políticos. Sai 58% mais caro transportar produtos químicos de Camaçari (BA) para Santos (SP) do que de Houston, nos EUA.

**Práticas desleais de comércio ("dumping"):** O Brasil não tem legislação adequada para proteger a indústria contra exportadores estrangeiros que, com a abertura, podem realizar vendas a preços artificiais para conquistar o mercado.

**Defasagem cambial:** O cruzado está sobrevalorizado, o que torna mais difícil para a indústria brasileira enfrentar a concorrência internacional num momento

atual de inflação (A1)

## GREVES

## Servidores de SP seguem parados

Os servidores municipais de SP decidiram manter a greve que dura oito dias. Eles querem 47% de reposição salarial. Os telefônicos continuam parados.



PÁG. C-4

Reunião na Prefeitura

## Exa val

Exames de DNA e na solução crimes, n Estados l segundo i ontem, e especialis american David W

# Prefeita quer Sambódromo em janeiro

Da Reportagem Local

A Prefeitura de São Paulo anunciou ontem o nome da empreiteira que ganhou a concorrência para a construção do Sambódromo. A vencedora foi a Cons-

**Câmara pode adiar projeto**

Da Reportagem Local

n trazer para a indústria

## tividade

três anos para fornecer stéticos em bulbinas com especificações. Musa disse fim do subsídio ao álcool is industriais inviabilizou a lização na alcoolquímica ra. Uma alternativa, disse, stituir o álcool nacional do acético importado.

odia registrará em 1990 o o exercício de prejuízo em s. As perdas acumuladas eiro semestre, disse Mu- poderão ser recuperadas al do ano. O mercado da s químicos e têxteis teve ontração após o Plano No início do ano, disse, clientes da Rhodia acum- estoques, o que resultou osterior queda de enco-

A Rhodia teve no pri- semestre uma perda de



# Curio faz críticas à política industrial

## Monetária altera alíquotas

Da Reportagem Local

Sucursal de Brasília

tra da Economia, Zélia de Mello, assinou ontem alterando para zero a importação de "kits" diagnóstico da Síndrome da deficiência. Adquirida Zélia assinou ainda seis alterando a tributação dos importados e outra sobre correção monetária. Certificados de Privatização serão publicados no Diário Oficial da União.

Entre produtos também as alíquotas de importação para zero: máquinas e peças de tarugos de aço

com largura de 102 a 276 mm e espessura de 51 a 276 mm; máquina automática para selecionar elementos de condensador cerâmico; máquinas para fabricação de telas hexagonais de arame; conjuntos constituídos de frascos esterilizados e espátula, com nutrientes específicos próprios para análises bacteriológicas. Nesse caso, a alteração vale para um ano.

No caso dos CPs, a correção monetária não será computada na base de cálculo das contribuições para Finsocial e o Pis/Pasep. As alíquotas para importação de aeronaves também foi reduzida.

O governo precisa terminar com a contradição de uma política industrial com abertura de importações enquanto onera e desestimula a produção nacional. Os países tecnicamente desenvolvidos têm linhas especiais de financiamento da produção e quando o capital de giro é empregado no desenvolvimento de novas tecnologias recebem isenções que vão de 1,5% até 6%. No Brasil, os investimentos pagam Imposto de Renda. Essa foi a síntese da participação do empresário Luis Carlos Delben Leite, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas, no seminário sobre política industrial realizado ontem pela Associ-

ação Brasileira das Indústrias Gráficas.

"Somos favoráveis ao enunciado da política industrial, sobre a política tarifária e a necessidade de modernizar e elevar a eficiência da produção", disse Delben Leite. O problema, segundo ele, é que uma política industrial não se faz apenas com abertura das importações. Citou, por exemplo, que todo o processo anterior de nacionalização impedia a aquisição externa de componentes mais baratos. Esse processo determinou a qualidade e eficiência dos produtos finais. Se o governo toma agora a iniciativa de exportar esses produtos à concorrência internacional, ao contrário de estimular eficiência pode estar decretando falências.

Para o economista Akihiro Ikeda, da Silex, a abertura de importações em um período de recessão envolve dois riscos: déficit na balança de pagamentos e desemprego. Para evitar esse quadro, o governo terá de manter uma política cambial realista e não usar esse instrumento para o combate à inflação. Ele citou o caso argentino, em que o governo abriu as importações e ao mesmo tempo usou o câmbio para deter a inflação. O resultado foi o sucateamento da indústria, e uma recessão crônica no país. Há também experiências positivas com políticas de abertura. Geralmente esses êxitos ocorreram onde os governos eliminaram as proteções por todos os elos da cadeia produtiva, disse Ikeda.

Editoria de Arte

## ção do agrícola

ção futura do Proagro que cobre perdas de culturas financeiras um mecanismo mais de seguro rural.

de ontem, técnicos do da Economia concluíram para definir os preços mínimos, que pretende reajustar para próximos.

redução de tarifas para de fertilizantes, o país incluirá a redução de máquinas e equi-

## O VAIVÉM DAS COMMODITIES



### LEILÃO

A Bolsa de Cereais de São Paulo realiza hoje, às 11h, leilão de 2 mil t de milho, tipo exportação, da safra 89/90, depositado em Ituverava (SP). O preço de abertura é de Cr\$ 680,00/FOB por saca de 60 kg.



### MILHO 1

Os preços do milho continuam subindo. Ontem atingiram Cr\$ 770,00/780,00 em São Paulo. Apesar da alta nas últimas semanas, Antônio Chedid, presidente da BCSF, não acredita em novas pressões.



### MILHO 2

O mercado está abastecido e o governo, que já leiloe mensalmente 60 mil toneladas na região Nordeste, cessará a venda de 200 mil toneladas.



### MILHO 3

Além do leilão, o governo deve incentivar as importações do produto para a região Nordeste, desviando para a Centro-Sul as 60 mil toneladas mensais que seriam leiloadas mensalmente naquela região.



### PLANTIO

O leilão de milho a partir de setembro não deve atrapalhar o plantio. O produtor teve bom rendimento neste ano, fato que deve se repetir no próximo, segundo avaliação do mercado atacadista.



### AÇÚCAR

A Sunab fixou os novos preços do açúcar refinado no país. No Pará o quilo passou de Cr\$ 40,30 para Cr\$ 45,00; no Mato Grosso, de Cr\$ 41,40



### SAFRA EUA 1

A safra de soja foi estimada ontem pelo Departamento de Agricultura em 50 milhões de t, abaixo da estimativa de 50,7 milhões de t esperada pelo mercado e da safra anterior, de 52,4 milhões de t.



### SAFRA EUA 2

A produção de milho também ficará abaixo da expectativa do mercado. Segundo a avaliação do USDA, deverá ser de 199,4 milhões de toneladas, contra a estimativa de 201,3 milhões de toneladas.



### TRIGO

Em Chicago é esperada uma pressão baixista sobre as cotações do trigo, pois a URSS deverá importar três milhões de t a menos em 90/91.



## MICO

## Uma questão de soberania

CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA

caro

fabricantes nacionais para copadoras Suzano, Simão, Pibin— vão reajustar em 17% e reduzir os juros de 35 para

— 1

reposição propostos com muito abaixo do índice, caso fosse medida provisória

da MP fosse aplicada ficaria em torno

— 2

atarem a proposta de os bancários optarem provisória.

espaldando o que devida, conforme avanço do Ministério da Econo-

fusões: sete empre-  
sária de recursos  
cinco Estados, vão  
mação de um con-  
soma semana, em

bela

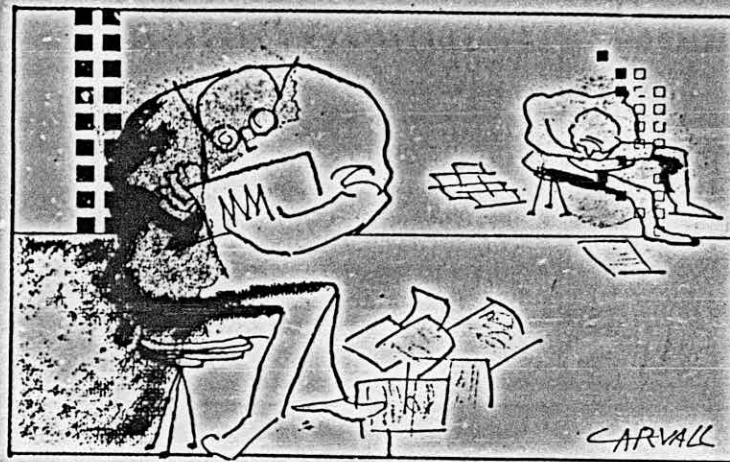
etto diz que os  
stão ansiosos para  
es otimistas. É que  
um garrote sobre o  
da um com a possi-  
bertar a política mo-  
pulsório.

nto de 91 desti-  
namento. 4%

A revisão do Código de Propriedade Industrial é uma das etapas mais delicadas na montagem da nova política industrial e de comércio exterior, considerada a base da proposta do governo de retomada do crescimento econômico. Trata-se de medida necessária, em face da decisão de se abrir a economia brasileira para o exterior, mas deve ser feita com cautela, levando em conta as negociações que se processam em nível internacional.

A inclusão da propriedade intelectual na pauta do Gatt, dentro da Rodada do Uruguai, mobiliza interesses que podem afetar profundamente a economia dos países signatários desse acordo, o que conduz a questão, em primeiro lugar, para o âmbito diplomático. Ao mesmo tempo, realizam-se, paralelamente à Rodada do Uruguai, negociações na órbita da Organização Mundial de Propriedade Intelectual. As mudanças decorrentes desses entendimentos deverão ocorrer até 1991. Não há sentido, portanto, em se trabalhar por uma alteração imediata no Código de Propriedade Industrial, que poderá ser novamente modificado em muito pouco tempo, por força de dispositivos multilaterais.

Não se trata de uma opção pelo imobilismo. O que a comissão interministerial que estuda o as-



sunto deve evitar é a imposição de mudanças dissociadas do contexto ao qual o país está vinculado. As mudanças em discussão na Organização Mundial de Propriedade Intelectual objetivam uma harmonização de patentes, que significa a revisão da Convenção de Paris, de 1883. Todo esse trabalho tende a modificar as bases conceituais que cercam o tema, o que torna ainda menos indicada uma decisão apressada.

Há, contudo, a questão do capítulo 9º do Código de Propriedade Industrial, que trata das invenções não privilegiáveis, cuja definição a Convenção de Paris facultava aos países signatários. O tema, também submetido à comissão interministerial, é fonte de ten-

sões entre os governos brasileiro e norte-americano no campo comercial. Esse artigo será fatalmente revisto e é importante que essa revisão seja acompanhada de salvaguardas que reprimam práticas monopolistas por parte dos detentores de patentes, para que não se faça uma abertura contra a indústria nacional.

O ponto mais sensível desse dispositivo é o que trata da patente de produtos e processos farmacêuticos, campo no qual o país precisa resguardar-se contra práticas ilegais de mercado. É indispensável que haja uma rígida legislação antitruste, nos moldes das existentes nos países industrializados, e a disposição de punir severamente as irregularidades constatadas.

Para ser coerente com a defesa dos interesses nacionais, uma mudança dessa magnitude — permitindo o registro de marcas e patentes na área farmacêutica — deve ser feita simultaneamente a um programa de apoio ao desenvolvimento industrial, voltado às empresas de capital nacional. Os mecanismos de apoio são óbvios, podendo incluir uma política de compras por parte da Central de Medicamentos, um programa de melhoria da infra-estrutura tecnológica das universidades e centros de pesquisa, a formação de recursos humanos e o incentivo à fusão de empresas nacionais, de maneira a ganharem em porte e escala.

Essa questão é vital para a indústria brasileira, e não só no setor farmacêutico. No momento em que se expõe a indústria à competição com fabricantes mais bem equipados tecnologicamente, a garantia de condições para o desenvolvimento tecnológico — com base numa política inteligente de apoio ao investimento em pesquisa — escapa ao plano do interesse empresarial. O que está em jogo é a capacidade do país de preservar o seu parque industrial, criando condições para desenvolver-se com soberania.

CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA, 50, é o 1º vice-presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp-Ciesp).

## Combustíveis líquidos - quem assumirá os desacertos?

CLOVIS R. JUNQUEIRA FRANCO

Um ministro de Estado brasileiro, com poderes sobre diferentes áreas, desde a energia até as comunicações, passando pelos transportes, mantinha firme opinião de que o petróleo importado teria preços decrescentes nos

Está claro que os países-membros da Opep com mais da metade das reservas mundiais serão os únicos com capacidade para manter os níveis atuais de produção até o ano 2000, sendo que os demais países produtores, inclu-

como combustível, achando-o bom apenas como aditivo, e enquanto o tumulto acontece no Oriente Médio, o Brasil continua a produção de cana-de-açúcar e álcool carburante, com produtivi-

de seu país, ao ser flagrado em namoricos com uma modelo, renuncia à candidatura; um ministro inglês, após declarações pouco diplomáticas sobre seus parceiros na Comunidade Econômica



## CONSTRUÇÃO CIVIL

nente. A divulgação da inflação de  
lização nas expectativas e,  
ilada hiperinflacionária.

ísticas específicas que esta deterioração  
nceiro que a elevação do patamar  
nas ofensivas.

na acelerada deterioração econômica  
as e um relativo esgotamento da ação  
ta posse do Presidente eleito e  
que realizado pela atual equipe  
s até a posse e as incertezas quanto  
para exacerbar

omeçam a se generalizar nas  
gentes econômicos que, no entanto,  
presas, notadamente no capital de  
a mesma produção.

le se corrigir os fornecimentos de bens  
entuada redução nos prazos de  
previdenciárias; as pressões para a  
os.

sente-se na obrigação de alertar as  
no sentido de minorar os efeitos  
o País neste período com algumas  
inveniência de cada uma:

do um esforço coletivo para a  
te insumos e serviços característicos  
e os preços coletados nos índices

na BTNF do dia do faturamento;  
onários das áreas envolvidas em

gamento

com o intuito de se obter boas  
preços existente no mercado;  
o sem:

medição dos

litam a real elevação

eajustes provisórios projetados nos  
cido na data do efetivo

A DIRETORIA.

presidentes e delegados de sindi-  
catos patronais.

não foi conseguido na reunião de  
ontem. Caso se confirme, a nova  
contas salariais dos metalúrgicos.

# Pesquisa mostra que os industriais temem ritmo lento de modernização

Da Sucursal do Rio

A indústria brasileira inicia os  
anos 90 convencida de que me-  
lhorou sua competitividade em  
relação ao início da década de  
80, mas preocupada com o ritmo  
lento de sua modernização e com  
o rápido processo de automação  
dos países industrializados. Uma  
pesquisa realizada em setembro  
entre 550 executivos de grandes  
indústrias brasileiras pela Confe-  
deração Nacional da Indústria  
(CNI) mostra que 84% dos em-  
presários consultados vão aumen-  
tar seus investimentos nos próxi-  
mos três anos, em busca de  
maior eficiência.

O resultado da pesquisa foi  
divulgado ontem, no Rio, por  
empresários que compõem a  
Comissão de Política Industrial  
da CNI e pelo presidente da  
entidade, senador Albano Fran-  
co. A pesquisa mostrou que os  
empresários estão insatisfeitos  
com a lei de patentes, uma vez  
que 73,6% afirmaram considerar  
que a legislação é pouco adequa-  
da para estimular as indústrias a  
realizar investimentos em pesqui-  
sa e desenvolvimento.

O industrial brasileiro já não  
acredita que o baixo custo da  
mão-de-obra seja o fator deter-  
minante na competição no mer-  
cado internacional. A maioria  
absoluta (72%) considera que o  
principal fator de competitivi-  
dade é a da qualificação da mão-de-  
obra e da eficiência no sistema  
de comercialização. Embora dois  
terços dos entrevistados ainda  
considerem que a mão-de-obra  
barata será "muito importante"



O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco

para a competição das indústrias  
brasileiras nos próximos dez  
anos, a maioria absoluta (70%)  
declarou que a automação nos  
países desenvolvidos representa  
uma ameaça para os setores da  
indústria nacional que ainda se  
caracterizam pelo uso intensivo  
de mão-de-obra, como a têxtil.

Os empresários querem mais  
facilidade de acesso à tecnologia  
internacional e foram críticos  
quanto à atuação da Secretaria  
Especial de Informática (SEI), da  
Carteira de Comércio Exterior do  
Banco do Brasil (Cacex) e do  
Instituto Nacional de Proprieda-  
de Industrial (Inpi). A maior  
parte (58,7%) dos entrevistados  
afirma que o controle das impor-  
tações de máquinas e componen-  
tes eletrônicos tem criado obstá-  
culos à modernização das empre-  
sas e que a atuação do Inpi não  
favorece a transferência de tecno-

logia para a empresa nacional. A  
maioria condena a reserva de  
mercado e a proteção de empre-  
sas públicas.

Para a maior parte dos indus-  
triais consultados (84,4%) a es-  
tratégia mais eficaz para o Brasil  
enfrentar os blocos econômicos,  
como a Comunidade Econômica  
Europeia, é a elevação da compe-  
titividade e 58,4% consideram  
que as empresas nacionais estão  
pouco preparadas para adaptar  
seus produtos às exigências dos  
mercados compradores.

Embora a maioria pleiteie mais  
acesso à tecnologia internacional,  
só 37,6% aceitam uma redução  
imediata e linear das tarifas adu-  
aneiras que protegem o mercado  
interno da concorrência estran-  
geira. Quase 80% se posiciona-  
ram a favor de um sistema gra-  
dual de redução das tarifas.

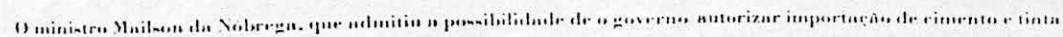


# ORA

DE

# SINAR

**"EXCEPCIONALMENTE  
DESCONTO DE 37%  
EM RELAÇÃO AOS  
EXEMPLARES AVULSOS"**



# Governo pode importar material de construção

"O ministro deixou claro que o governo é favorável à concorrência internacional", disse o presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo (Secovi), Miguel Sérgio Mauad. "Ou a situação de preços muda ou vamos buscar no

Conforme o Secovi, a tonelada do cimento custa em torno de US\$ 140 no Brasil e entre US\$ 45 e US\$ 50 no exterior. O produto, só em janeiro de 1990, aumentou 94%. Nos últimos seis meses, teve uma alta de 981,25%, contra

Carlos Zveibil Neto, presidente da Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas (Apeop), disse que o ministro Mailson da Nóbrega admitiu que a sociedade é a maior prejudicada pela ação dos monopólios e oligopólios da área de materiais de construção. Os empresários querem que eles reajustem os seus produtos mensalmente em 90% do IPC e discutam os aumentos adicionais em câmara setorial.

# Collor promete lib

**MARCELO CALLIARI**

Enviado especial a Washington

O secretário do Comércio dos Estados Unidos, Robert Mosbacher, disse ontem que o presidente eleito, Fernando Collor, prometeu retirar as barreiras existentes no Brasil ao comércio e ao investimento estrangeiro. Mosbacher e a representante comercial dos EUA, Carla Hills, saíram de seus encontros com Collor seguros de que as tensões comerciais entre os dois países vão diminuir. Mas, ressaltaram que esperam agora ações do presidente que confirmem as suas palavras.



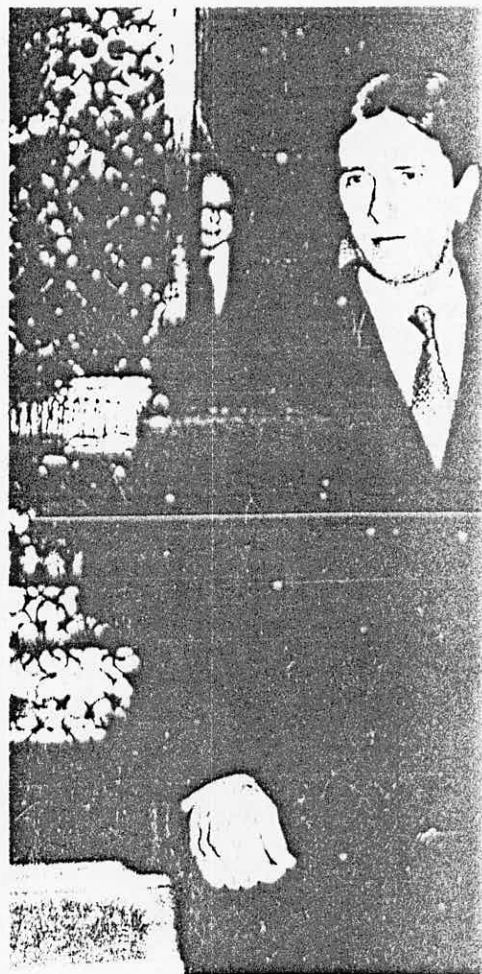
O secretário do Comércio reuniu-se com Collor na casa do embaixador brasileiro em Washington, entre 7h30 e 8h00 da manhã. Mosbacher alertou que muita coisa terá que mudar no Brasil, mas disse ver um "novo amanhecer" nas relações comerciais entre os países.

Mosbacher afirmou estar admirado com a visão do presidente a respeito do comércio. Segundo ele, Collor tem boa compreensão do assunto e tem as soluções corretas em mente.

A representante do comércio norte-americano, Carla Hills, chegou à residência do embaixador poucos minutos após a saída de Mosbacher, acompanhada do vice-representante, Julius Katz. Eles tomaram café da manhã com o presidente e comitiva.

Em entrevista à *Folha*, Hills afirmou que as tensões comerciais hoje existentes entre os dois países são normais, mas disse esperar uma melhora substancial nas relações bilaterais com a posse de Collor.

A representante comercial dos EUA afirmou estar convencida de que o Brasil vai voltar a prosperar com a política de abertura prometida por Collor.



Collor sai da embaixada brasileira; no fundo o gub

## Hills acha Collor "e

Da Redação

A Representante Comercial dos Estados Unidos, Carla Hills, afirmou, depois de conversar com o presidente eleito Fernando Collor, ter ficado "muito impressionada" com ele. Carla considerou Collor "charmoso e sincero".

Carla Anderson Hills, 57, é advogada, tem quatro filhos e foi a primeira mulher a ser nomeada pelo governo Bush (em dezembro de 1988 substituiu Clayton Yeutter como Representante Comercial dos Estados Unidos). Antes disso, foi secretária da Habitação no governo Gerald Ford, entre os

anos de F  
dora de N  
trativa do  
Weil. Co  
Washington  
foi acusad  
uma con  
enquanto  
cretaria da  
Carla H  
pela incho  
passado, e  
tos comec  
tados Uni  
Índia. Co  
ameaçado  
unilaterais  
reformas  
mercado.

# SUPER SEMA



# Pequenos exportadores optam por

mercado interno

Marlene Belgamo - 1990/04/06

AGUINALDO SOUZA NOVO

Da Redação

O mercado interno foi a melhor opção no ano passado para pequenas e médias empresas exportadoras. Donas de um faturamento unitário de até US\$ 500 mil, elas reviram suas metas para atender aos pedidos dos fornecedores locais. Dois fatores justificaram essa reversão: as vendas no mercado interno estavam aquecidas e o cruzado novo supervalorizado em relação ao dólar.

"Não adianta exportar se o governo não colabora", diz Horst Volk, diretor-presidente da Calçados Ortopé. "Não esperamos uma relação paternalista com o governo, mas a defasagem cambial prejudica muito os exportadores", acrescenta Paulo Gonçalves, gerente de exportação da Fischer Comércio e Exportação de Frutas. "Não nos preocupamos muito com as exportações porque o mercado interno estava muito bom", afirma ainda a diretora-presidente da Phyto Ervas Indústria de Cosméticos Naturais, Cristiana Arcangeli.

Se a reclamação é comum, distintos são os números apresentados para mensurar a defasagem do câmbio: 50% para o ramo de calçados, segundo Volk; "pelo menos 30%" para as frutas; "de 25% a 40%" para os perfumes; ou ainda "entre 40% e 50%" nas contas de Mario Grosbaum, vice-presidente executivo da Escriba Indústria e Comércio de Móveis.

Comum também é a solução proposta: uma maxidesvalorização do cruzado. Considera-se, porém, que esse não será o caminho escolhido pelo governo de Fernando Collor, cuja atuação deve se concentrar na "aceleração das minis". Menos mal, suscitaram os empresários. Colocados frente à possibilidade de incrementar a produtividade ou cortar custos, como forma de baratear produtos em cruzados e dólares, a resposta é que não existe nada mais para "enxugar".

No caso da Escriba, que exporta móveis para escritório para os



Horst Volk, diretor-presidente da Calçados Ortopé, diz que vendeu no mercado interno o excedente de sua produção

EUA e América Latina, a projeção inicial previa a venda para o exterior de 10% da produção total. A empresa fechou 1989 com 5% de exportações e US\$ 100 mil de faturamento. No mercado interno os resultados foram outros: 20% de crescimento real e negócios de US\$ 16 milhões.

Horst Volk também desviou para o mercado interno o "excedente" que tradicionalmente figurava na pauta de exportação.

As vendas em 1989 não decepcionaram o diretor-presidente da Ortopé: seis milhões de pares, com faturamento de US\$ 100 milhões. Para este ano, a idéia é exportar para os EUA uma cota de 600 mil pares de sandálias e sapatos. Ainda assim, a posição predominante é de cautela.

Já a Phyto Ervas acumulou no ano passado um faturamento global preliminar entre US\$ 350

mil e US\$ 450 mil, bem acima dos US\$ 100 mil de 1988. Nenhum contrato de exportação foi fechado para estes próximos meses. "Temos que elevar muito o preço em dólar para não termos prejuízos em cruzados. Assim, nosso produto não é competitivo lá fora", diz a presidente Cristiana Arcangeli. Quanto à Fischer, as exportações somaram US\$ 1,8 milhão para a laranja e US\$ 400 mil para a maçã.

# Se você quiser saber





tor da Polícia Federal e da Receita Federal

não que-  
la padaria  
as aqueles  
ando co-  
tantamen-  
idades do  
vidas em  
para os  
estigando

sua situação com a Receita Fede-  
ral não tem motivos para temer.  
Não vou dar nomes por uma  
questão de ética.

**Folha - Em outras vezes, a  
população viu grandes empre-  
sários serem presos e, em se-  
guida, serem libertados. Isso  
vai mudar?**

**Tuma -** Se isso acontecer no-  
vamente, o governo perde a cre-  
dibilidade e o plano vai por água  
abaixo. Até agora, ninguém desa-  
fiou o plano e se alguém tentar  
fazer isso, pode ter certeza de que  
será punido com rigor.

**Folha - Remarcou ou sonegou  
vai para a cadeia?**

**Tuma -** Essa é a lei que quero.

**Folha - A economia brasileira  
é um caso de polícia?**

**Tuma -** Era.

**Folha - O senhor acredita que  
esse plano econômico pode me-  
lhorar a situação do Brasil?**

**Tuma -** Se não acreditasse já  
teria pedido demissão.

O presidente da Fundação Cen-  
tro de Estudos do Comércio Ex-  
terior (Funcex), Benedicto Mo-  
reira, afirmou ontem que ao sus-  
pender as restrições às importa-  
ções, o presidente Fernando  
Collor liberou a compra de auto-  
móveis estrangeiros, proibida há  
mais de 15 anos. Além dos auto-  
móveis, segundo Moreira, ficam  
liberadas as importações de ou-  
tros 900 itens, entre os quais os  
eletrodomésticos, caminhões e até  
o caviar. Ele considera que a  
medida terá pouco efeito imedia-  
to, em função do aperto de liqui-  
dez dado pelo governo. "Os  
compradores potenciais ficaram  
sem dinheiro para supérfluos,  
ainda mais quando terão que ser  
pagos com base na cotação livre  
do dólar", afirma.

A liberação do câmbio vai aca-  
bar com a evasão de divisas  
provocada pelo superfaturamento  
das importações e pelo subfatu-  
ramento nas exportações, declara  
o presidente da Associação do  
Comércio Exterior do Brasil  
(AEB), Marcos Vinicius Pratini  
de Moraes. A entidade dispõe de  
estudos feitos por técnicos de  
mercado que avaliam em US\$ 9  
bilhões a evasão de divisas no ano  
passado. O cálculo foi feito a  
partir da comparação do preço  
médio de venda dos produtos em  
89, com o obtido no ano anterior,  
já deduzidos os efeitos da queda  
de cotação sofrida no ano passado  
por alguns produtos importantes  
na pauta brasileira, como o café,  
os produtos siderúrgicos e o suco  
de laranja.

A diferença entre a cotação  
oficial do dólar e a do mercado  
paralelo — que chegou a superar  
os 100% — foi o grande estímulo  
para a evasão de divisas, afirma  
Pratini de Moraes. Embora tanto  
o superfaturamento das importa-  
ções quanto o subfaturamento da  
exportações sejam ilegais, há in-



Benedicto Moreira, da Funcex, que lida com comércio exterior

dícios de que empresas usaram  
deste recurso para aumentar sua  
rentabilidade. No primeiro caso,  
os compradores acertavam com  
seu parceiro comercial no exteri-  
or um preço para internação do  
produto acima do valor real. Os  
dólares para cobrir este valor  
superestimado eram remetidos  
para o exterior pela cotação ofici-  
al do câmbio e a diferença volta-  
va para o caixa da empresa pela  
cotação no paralelo. O mesmo  
esquema valia para o subfatura-  
mento das vendas.

Com o câmbio livre, acredita  
Pratini de Moraes, as indústrias se  
sentirão estimuladas a aumentar  
suas exportações, porque a moe-  
da passará a ser cotada segundo a  
lei da oferta e da procura. Ele  
afirma que o impacto poderá ser  
tão favorável que atenuará os  
efeitos recessivos do novo plano  
de estabilização econômica. O  
presodente da Funcex, Benedicto  
Moreira, é da mesma opinião:  
"as exportações vão segurar o  
nível de preço", afirma.

A diretoria da Associação do  
Comércio Exterior do Brasil vai  
reunir-se na próxima quinta-feira  
para analisar os efeitos do plano  
econômico divulgado na sexta-  
feira. O presidente da entidade  
afirma que as medidas na área  
cambial favorecem em muito o  
setor exportador. Ele afirma que  
os efeitos, em termos de aumento  
das exptrações, poderão ser sen-  
tidos na balança comercial de  
março. Pratini de Moraes disse as  
expectativas são de que a cotação  
do dólar no mercado livre fique  
entre Cr\$ 50,00 e Cr\$ 60,00 nos  
próximos dias. Na sua avaliação,  
a cotação será menor do que a  
registrada pelo mercado paralelo  
nos dias que antecedem à divul-  
gação das medidas, devido ao  
aumento da oferta de dólares. Ele  
calcula que o mercado passará a  
negociar cerca de US\$ 4 bilhões  
por mês, para atender às neces-  
sidades de importação, exportação,  
remessa de juros e dividendos  
para o exterior.



# Exportadores temem queda na atividade

ALCIDES FERREIRA

Da Reportagem Local

Este ano, está em risco o impulso que as exportações geram na economia quando há recessão. Empresários com forte presença na balança comercial estão enfrentando dificuldades com o Plano Collor que já resultaram até mesmo em redução de jornada nas suas fábricas. Exportadores que escaparam ilesos ao choque também desconfiam da vitalidade do setor em 1990.

O empresário Roberto Caiuby Vidigal, da Confab, empresa metalúrgica que em fevereiro ficou em 11º no "ranking" das maiores exportadoras (US\$ 18,5 milhões, ou 1% da balança comercial), é pessimista. Na sua opinião, "de maneira nenhuma" as exportações servirão como válvula de escape à recessão interna em 1990. Ele afirma que sua empresa já reduziu em 20% a

jornada de trabalho para enfrentar a retração nos negócios.

A previsão de Vidigal é uma queda de 50% em suas exportações este ano em relação a 89, devido aos problemas criados pelo plano. "O panorama é muito sombrio", diz. "Não estamos efetuando negócios novos."

A principal dificuldade apontada pelos exportadores é a taxa de câmbio do dólar (Cr\$ 50,90 na sexta-feira) que, na opinião do setor, valoriza em demasia o cruzeiro e torna os produtos brasileiros muito caros no exterior. Se a taxa fosse superior, o exportador receberia mais cruzeiros pelo seu produto e poderia vender mais barato no exterior.

Apesar de a taxa ser livre, mesmo com eventuais intervenções do Banco Central (BC); a demanda dos importadores por dólar é muito baixa para elevar o câmbio. Na opinião de Vidigal, a

ação do BC não está ocorrendo porque com o dólar baixo a conversão das exportações em cruzeiros tem efeito menor sobre a quantidade de dinheiro em circulação, o que facilita o controle da liquidez.

Vidigal lembra que os dados da balança comercial costumam apresentar uma defasagem em relação ao dia-a-dia. "O câmbio que eu fecho hoje representa, às vezes, negócios fechados há um ano e meio", diz. Assim, os números apresentados pelo governo na semana passada dando conta de normalização nas exportações podem omitir a perda de mercados por parte das empresas brasileiras.

O presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (Abecitrus), Ademerval Garcia, afirma que as vendas no exterior podem "equilibrar a turbulência econômica interna",

mas diz não saber em que medida a compensação pode ocorrer este ano. Mesmo assim, Garcia lidera uma ilha de prosperidade.

Até a safra de laranja colhida em março, 12 meses de exportações de suco renderam US\$ 1,4 bilhão ao setor, que tem 98% de sua produção voltada para o mercado externo. O suco de laranja concentrado ocupou o primeiro lugar da balança comercial em fevereiro, com 10% do total, e as exportações fizeram do Brasil líder mundial do setor em 89. "Estamos operando normalmente", diz. Na opinião de Garcia, o Plano Collor vai acarretar uma modificação na balança comercial brasileira, na qual a agroindústria seria poupada. "O Brasil terá de buscar a realidade da competição e descobrir que não tem condição de produzir tudo".

Também com dúvidas quanto aos efeitos na economia e mesmo nas finanças internas, aumentar as exportações é a alternativa adotada por algumas empresas para manter a atividade.

A Klabin, diz seu diretor de exportação, Donald Mota, conseguiu manter um nível de 75% de sua capacidade instalada em fábricas de caixa de papelão ondulado com maior composição de vendas externas. Em maio, a produção das unidades destinadas ao mercado interno deve cair a até 60% da capacidade, o que é uma "queda respeitável" para um setor que operava com mais de 90%, diz Mota.

O vice-presidente da General Elétrica do Brasil, Nahid Chicani, diz que a empresa está exportando com prejuízo. "A defasagem do câmbio para nós está em torno de 20%", diz. "Diante da mudança de governo e de uma necessária diminuição da atividade econômica interna, optamos recentemente por um incremento nas exportações".



Vidigal, da Confab, diz que panorama para o

## Atas, Editais e Avisos



### PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

## ATENÇÃO!!!

### COMUNICADO

A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE comunica aos Srs. CONTRIBUINTES que, nos termos das medidas adotadas pelo Governo

CNI estima defasagem cambial



O empresário Antonio Ermírio de Moraes, durante entrevista concedida ontem à noite em sua casa

## PNBE faz acordo antidemissão com CUT e metalúrgicos de SP

Da Reportagem Local

Onze empresários que coordenam o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) assumiram ontem o compromisso de não demitir seus empregados nos próximos 15 dias. O compromisso foi assumido com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Outros quatro coordenadores do PNBE, que não participaram da reunião, também concordam com a medida, segundo os porta-vozes do grupo. Os empresários se comprometeram ainda a recomendar a suspensão das de-

missões e dos pedidos de redução de jornada às entidades e empresas ligadas ao PNBE. Durante a trégua, empresários e sindicalistas formarão um grupo de estudos para propor medidas contra a recessão, mobilizarão a sociedade civil e discutirão formas de pressionar o governo e o Congresso Nacional.

"O compromisso sinaliza para a sociedade que deve haver outro tipo de postura dos empresários", afirmou Oded Grajew, 45, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq) e proprietário da Grow, que emprega 600 trabalhadores.

O presidente do Sindicato dos

Metalúrgicos, Luiz Antonio de Medeiros, 36, disse que pela primeira vez "alguém faz um gesto para que o caminho da sociedade não seja o da destruição". Ele conclamou a Fiesp a rever sua "posição de subserviência ao governo" e tomar a mesma atitude do PNBE. Na última terça-feira a Fiesp rejeitou a trégua de dez dias nas demissões e pedidos de redução de salários reivindicada pela CUT.

O PNBE faz oposição à diretoria da Fiesp. O total de empresas que seguem a orientação do PNBE é estimado em 2.500 e não há avaliação do contingente de trabalhadores que empregam.

Da Sucursal de Brasília  
e da Reportagem Local

O governo reduziu ontem a zero as alíquotas do imposto de importação do feijão preto e do cimento. A medida foi determinada em portaria da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, 36, publicada no "Diário Oficial".

O objetivo da medida, conforme o Ministério da Economia, foi suprir o abastecimento interno. No caso do cimento, a importação tem também o objetivo de tirar o país da dependência da indústria nacional, oligopolizada. É uma preparação para a flexibilização dos preços. O governo não quer ficar na dependência da indústria para fixar os preços do cimento.

O empresário Antonio Ermírio de Moraes, 61, diretor-superintendente do grupo Votorantim (maior produtor nacional de cimento), concedeu às 23h de ontem, em sua casa em São Paulo (Morumbi, zona sul) entrevista para falar sobre a decisão governamental. Segundo Ermírio "a medida foi justa e o setor de cimento poderá mostrar agora a sua competência".

Para o empresário, o cimento nacional tem qualidade internacional para competir com o similar importado. Ermírio afirmou que a indústria cimenteira se modernizou de igual para igual com a concorrência estrangeira nos últimos dez anos. "Nosso produto é o melhor", disse. Ele afirmou que o cimento comprado no exterior não terá um preço mais baixo do que o nacional.

Questionado sobre a possibilidade de o cimento importado custar menos do que o nacional, respondeu que teria de "sacrificar as margens de lucro" da

empresa para forçar uma baixa nos preços.

Disse que o cimento produzido pelas indústrias brasileiras perderá competitividade em uma única situação: se o governo aumentar os preços de dois insumos na indústria cimenteira, petróleo e energia elétrica.

Antonio Ermírio disse também que vai lutar para que não ocorra "dumping", ou seja, para que a indústrias internacionais não sustentem no Brasil um preço abaixo do custo. Afirmou que ele pode fazer lobby para que o governo fixe um preço de referência. Disse que o sindicato das indústrias de cimento se fortalecerá para garantir esse preço de referência.

Na avaliação do diretor do grupo Votorantim, a possibilidade de importação de cimento isenta de alíquota vai beneficiar o comércio. "Até porque, muitos revendem, poucos produzem", afirmou.

Ermírio prevê que o mercado levará de dois a três meses para avaliar o impacto da entrada do produto importado. "Em dois ou três meses, poderemos verificar que é que vai ganhar o mercado", afirmou.

A avaliação do governo no caso do feijão preto é de que a quebra da safra poderia provocar o desaparecimento do produto do mercado em dois meses. A importação esperada para o produto é em torno de 10 mil toneladas. O feijão preto deverá ser adquirido do Chile.

Na mesma portaria do Ministério da Economia, o governo acabou com as isenções dadas em fevereiro para a importação de leite em pó, manteiga natural e óleo de manteiga. Essas importações vinham sendo feitas pelas indústrias de laticínios.

## CUT e CGT fazem atos

## Governo não vai atender pedido

## Collor convoca reunião



# importados e boa qualidade

Da Reportagem Local

Se depender dos consumidores mais exigentes, a indústria nacional vai pagar caro pela liberação das importações. Vai ter que se esdobrar para competir em condições de igualdade com os produtos importados, não só porque eles exercem, por si só, maior fascínio sobre os consumidores brasileiros, mas principalmente porque o controle de qualidade e padrão técnico no exterior são bastante mais rigorosos.

Existem no Brasil cerca de 5.500 normas técnicas para a produção industrial, mas apenas 16 produtos têm fabricação normalizada e fiscalizada. No Japão, número de normas é semelhante, mas há 15 mil produtos fiscalizados.

Essa situação, em que a maior parte das normas técnicas não é exigida por lei e as normas legalizadas não são fiscalizadas, tem seus dias contados. Essa é a opinião de profissionais ligados à Associação Brasileira de Normas Técnicas (Abnt), entidade privada responsável pela elaboração de códigos normativos de fabricação — que garantem qualidade e segurança aos produtos.

Atualmente o cumprimento de normas técnicas e sua fiscalização só ficam garantidas quando os fabricantes adotam o sistema de marca de conformidade: selo que assegura ao consumidor que o produto seguiu as normas de segurança e qualidade em todas as etapas de sua fabricação.

No Brasil, praticamente todos os produtos selados pela Abnt são relacionados diretamente à segurança do usuário (extintores de incêndio, portas corta-fogo, capacetes para motos, tomadas de luz e cimento). Isso faz com que qualidade passe a ser irrelevante.

No Japão, o uso de selos que atestam qualidade e conformidade é significativamente mais amplo: máquinas fotográficas e até mesmo canetas só ganham a confiança do consumidor, seja no mercado interno ou externo, se o tiverem.

A marca de conformidade no Brasil passa a ser usada depois que um código normativo é aprovado e os fabricantes se propõem a segui-lo. Um dos 16 produtos

brasileiros que usam a marca de conformidade é o cimento. Desde 77, a maior parte dos fabricantes paga para ter a marca em seus produtos. Ela garante que ele segue exigências, como resistência a uma certa medida de pressão, por exemplo.

Henrique Silveira de Almeida, 54, presidente da Abnt, tem como meta dobrar o número de marcas no Brasil. Isso significa criar em um ano a mesma quantidade de marcas aprovadas em 50 anos de existência da Abnt. Um dos empecilhos é a própria legislação brasileira. Há dois órgãos que podem conceder marcas de conformidade, a Abnt e o Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), órgão governamental também responsável pelo registro das normas elaboradas pela Abnt. Segundo Almeida, "como os dois podem fazer as marcas, ninguém acaba fazendo".

Concedidas pelos dois órgãos, as marcas de conformidade são apenas uma das modalidades de normalização técnica. As normas feitas pela Abnt podem ser de quatro tipos.

A única de uso obrigatório é a NBR-1, chamada de Norma de Segurança. Essa norma tem que ser aprovada pelo Conmetro (conselho ao qual a Abnt e o Inmetro estão ligados). Uma vez aprovada, o uso passa a ser compulsório e o não-cumprimento está sujeito a penalidades legais.

Nessa categoria, há poucos setores, entre eles o de extintores de incêndios. Produtos como panelas de pressão, botijões de gás e chuveiros elétricos (responsáveis pela maior parte dos acidentes domésticos) deveriam ter suas normas encaixadas nessa categoria, mas não têm nem mesmo um código de padronização.

A categoria de norma mais comum é a NBR-3, ou Normas Voluntárias. Elas são aprovadas pela Abnt, registradas no Inmetro, mas não têm utilização exigida por lei. O cumprimento é voluntário, mas pode ser exigido em concorrências ou por órgãos fiscalizadores. A ANBR-2 é válida apenas para órgãos públicos e a NBR-4 é destinada a experimentos.



Henrique de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas

## O QUE A ABNT QUER NO PROD

Chuveiros elétricos	Móveis infantis	Embalagens de
<p>Material empregado (durabilidade)</p> <p>Acondicionamento da fração interna</p> <p>Aterramento dos fios</p> <p>Indicação correta da potência na embalagem</p>	<p>Distância entre as grades do berço</p> <p>Uso de tintas atóxicas</p> <p>Altura do colchão em relação ao chão</p> <p>Uso de materiais que não estilizem</p>	<p>Padronização do fechamento, para eficiência e fácil fornecimento de</p> <p>Determinar a pressão interna da embalagem</p>

Fonte: Abnt

# IPT se prepara para atender pedidos

Da Reportagem Local

cerca de um ano o selo para o sabão em pó Omo, fabricado pela

O café selado da Abic é submetido a auditoria de duas empresas.

# Sai taxa de importação dos produtos liberados

Da Sucursal de Brasília

O governo definiu ontem as alíquotas para a importação de automóveis, eletrodomésticos, brinquedos, ônibus, caminhões e demais itens constantes do antigo "Anexo C", que trazia a lista de produtos de importação proibida. O "Anexo C" foi revogado em 16 de março pela portaria 56/90 do Ministério da Economia.

Até ontem, no entanto, esses produtos não podiam ser importados porque não havia sido definida a taxaçoão do Imposto de Importação. As alíquotas foram estabelecidas com a publicação no "Diário Oficial da União" da portaria 259/90 do Ministério da Economia. Elas envolvem 131 itens, variam entre zero e 105% e vão permitir um aumento do volume de importações do país, neste ano, da ordem de US\$ 1 bilhão, segundo o secretário nacional adjunto de Economia, João Rodrigues da Cunha, 40.

Ele afirma que, até 1º de julho, o governo concluirá a revisão das tarifas de importação de cerca de 20 mil itens. Cunha acredita que o Brasil importará em 1990 cerca de US\$ 24 bilhões, 33% a mais do que em 89, em função dessa liberalização.

A política de abertura das importações tem dois objetivos. No campo interno, busca estimular a competição, evitar a formação de cartéis e a cobrança de preços abusivos. Na área externa, a idéia é eliminar as barreiras não-tarifárias, que sempre dificultaram as negociações do país com instituições e governos estrangeiros.

Cunha diz, no entanto, que a equipe econômica está consciente dos riscos de uma redução exage-

## Importação combate escassez

Da Sucursal do Rio

O governo autorizará importação com alíquota zero para qualquer produto, se comprovar aumento abusivo de preços no mercado interno ou desabastecimento especulativo, afirmou o secretário de Economia, João Maia. Ele disse que até 30 de junho ficará estabelecido um teto para as importações, a ser definido na próxima semana. No segundo semestre, o Ministério da Economia poderá liberar completamente as importações, sem limitar valores mensais.

Maia disse que a Secretaria de Economia está fazendo um levantamento sobre a produção do país. Os técnicos estão

pesquisando a situação dos estoques de alimentos em poder de órgãos públicos, da safra de grãos prevista para este ano e a expectativa da produção industrial por setor. A partir dessa definição, será estabelecida a estratégia de colocação de produtos no mercado, disse.

O secretário afirmou que, se "ficar exaustivamente comprovado" que a saída para evitar altas de preços ou escassez é a importação, o governo criará reservas especiais para a compra de produtos no exterior. Disse que o objetivo da liberação não é acabar com a indústria nacional, mas estimular a competitividade para aumentar a quantidade e a qualidade dos produtos.

rada de alíquotas. "Não queremos sucatear a indústria nacional nem estimular a concorrência predatória, mas incentivá-la a reduzir custos, aumentar a produtividade e modernizar-se".

O temor de sucateamento é justificado pela recente experiência da Argentina, cujo parque industrial revelou-se extremamente frágil para enfrentar a concorrência externa. O secretário afirma que as tarifas de veículos automotores (85%) ou de eletrodomésticos (entre 60% e 85%), por exemplo, não foram fixadas abaixo desses percentuais para proteger a indústria nacional.

De acordo com a portaria 56/90, continua proibida a importação de sangue humano, armas e

municações, produtos que causem dependência física, material nuclear, herbicidas e pesticidas para desfolhagem e bens de informática. Esses produtos só poderão ser importados em casos excepcionais, dependendo da anuência prévia da Coordenadoria de Intercâmbio Comercial (CIC), que substitui a Cacex.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Eduardo Teixeira, 35, disse ontem que o governo "deixará que o próprio mercado determine o que e quanto será importado". A equipe econômica espera que a liberação das importações —que abre mercado para os países estrangeiros— facilite as negociações sobre a dívida externa.



Cunha diz, no entanto, que a equipe econômica está consciente dos riscos de uma redução exage-

De acordo com a portaria 56/90, continua proibida a importação de sangue humano, armas e

cado para os países estrangeiros—facilite as negociações sobre a dívida externa.

## Múltis criticam burocracia

Da Sucursal de Brasília

A liberação para a importação de uma série de produtos, determinada ontem por portaria da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, só será viável para movimentar a economia do país se o governo eliminar as restrições burocráticas impostas para a liberação de guias para compras no exterior. Além disso, deve permitir que essas transações sejam feitas com uma moeda que possa ser conversível em todo o mundo, com cotações realistas.

As duas condicionalidades foram impostas ontem por dois representantes de multinacionais —os presidentes da Ciba Geigy, Norbert Gmur, e da Union Carbide, Jean Daniel Peter. Os dois

integram o Centro das Indústrias de São Paulo e mostraram-se bastante otimistas com o plano de estabilização econômica. Acreditam, porém, que a liberação de preços iniciada quarta-feira deve ser ampliada para que a economia passe a funcionar pelas regras de mercado.

A Ciba Geigy, segundo Gmur, restringiu suas aplicações a papéis de médio e longo prazo. A Union Carbide, de acordo com Daniel, não se endividou. Recebeu, entretanto, recursos de suas coligadas no exterior. Os dois reclamaram que a redução de preços que a indústria está promovendo, através do alongamento de prazos e concessão de descontos, não está sendo repassado pelo comércio ao consumidor.

## Carro importado terá taxa de 85%

Da Reportagem Local

O governo fixou em 85% o imposto de importação que incide sobre os carros importados. Mas a carga tributária não deve se restringir a essa alíquota, já que os importados devem sofrer ainda a mesma taxa dos carros feitos no Brasil. Assim, além da alíquota de importação, incidem sobre os veículos importados o IPI, que é de 37% para os movidos a gasolina, o ICMS, que é de 18% em São Paulo, além do adicional de frete e o seguro específicos para os veículos que vêm do exterior. O total de impostos alcança 215%, porcentagem que deve ser calculada sobre o preço de fábrica do veículo —sem incluir o lucro do importador.

Edição de Arte

## QUANTO PODE CUSTAR UM PRODUTO IMPORTADO

(Simulação comparando o preço médio cobrado ao consumidor brasileiro com o preço cobrado ao consumidor norte-americano)

Produto	Modelo	Preço no Brasil (Cr\$)	Preço nos EUA US\$/Cr\$*	Alíquota %	Preço de importação
Geladeira (1)	420 litros, frost free e porta para freezer	75.796,00	397/20.187,45	60	32.299,92
Geladeira (2)	270 litros, sem frost free e porta para freezer	31.292,50	267/13.576,95	60	21.723,12
Fogão	4 bocas e acendimento automático	15.779,00	277/13.927,56	60	22.284,00
Máquina de lavar	multiciclo, automática	45.041,00	227/11.542,95	60	18.468,72
Video cassete	4 cabeças	72.257,50	277/13.576,95	85	25.117,36
Televisor	20 polegadas e controle remoto	50.066,70	297/15.102,45	85	27.939,53
Forno microondas	digital e prato giratório	50.545,00	179,99/9.152,49	60	14.643,98
Escort	Ghia, 1.8 e gasolina	1.072.000,73	8.275/420.783,75	85	778.449,93
Voyage	GLS, 1.8 e gasolina (tipo exportação)	1.025.000,35	7.225/367.391,25	85	679.673,81

\* A taxa de câmbio utilizada foi a do câmbio livre de ontem, Cr\$50,85 por dólar.

Obs. No preço de importação não está sendo levado em conta os impostos que seriam cobrados internamente sobre o produto. Faltam também o custo do frete. Outro problema é que os preços usados na comparação foram recolhidos no varejo, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. O importador irá comprar diretamente da fábrica. A intenção foi comparar quanto o consumidor brasileiro e o norte-americano pagam por produtos semelhantes.

Fontes: DataFolha e Correspondente em Nova York

## Ministra acredita que liberação

# Empresários temem a abertura da importação

Da Reportagem Local



Carlos Eduardo Fagundes, da associação das indústrias de iluminação

Os empresários paulistas vêm com reservas o anúncio das novas alíquotas para importação de produtos divulgada em Brasília na última sexta-feira. Se em um primeiro momento as alíquotas fixadas não vão afetar os produtos nacionais, uma eventual redução gradativa poderá acarretar problemas, já que as empresas não estão com recursos suficientes para investir em equipamentos mais modernos.

Segundo Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, 51, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Iluminação, as alíquotas altas, fixadas entre 40% e 105%, ainda protegem a indústria nacional. "Mas a medida que elas forem sendo reduzidas, como eu imagino, as indústrias nacionais que não tiverem recursos para se modernizar vão perder terreno e podem até fechar". Para que isso não ocorra, o empresário Paulo Setúbal Neto, da Duratex, diz que é favorável a uma inversão na política governamental. "A liberação deveria começar pelos equipamentos e não por bens de consumo".

O setor de produtos eletrônicos, atingido pela liberação, não tem motivos para se preocupar, diz o empresário Firmino Rocha de Freitas, 67, presidente da Bravox, fabricante de caixas acústicas e alto-falantes. "A alíquota de 85% é muito alta. Não vai ser possível concorrer com o produto nacional". Freitas teme apenas que a redução dessas alíquotas, aliada a incentivos fiscais, possa fazer com que o produto importado fique com preço igual ou mais barato que o similar nacional. Ele reclama da carga fiscal de 35% aplicada aos produtos eletrônicos.

O empresário Einar Kok, da Romi, também não está apreensivo com a liberação das importações. Além das altas alíquotas, ele vê mais um obstáculo. "Ninguém tem dinheiro para importar nada", afirma.

## FUNDAÇÃO ARMANDO ÁLVARES PENTEADO

### COMUNICADO AOS PAIS E ALUNOS

A Fundação Armando Álvares Penteado tem o prazer de comunicar que, na data de 03 de maio de 1990, o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, através da Junta presidida pelo Meritíssimo Juiz Doutor José Victório Moro, sendo relator o Meritíssimo Juiz Doutor Rubens Tavares Aidar, decidiu por **seis votos contra um** considerar a greve dos Professores das Faculdades de Comunicação e de Artes Plásticas da FAAP **abusiva**, o que vale dizer **ilegítima** e ordenou a volta **imediata** dos grevistas às aulas.

Na mesma sentença foi homologado o aumento de 151% já **anteriormente proposto pela FAAP e por ela pago e recebido** pelos grevistas, e mais 50% também antes já concordado pela FAAP, por ser decorrência da planilha aprovada em 08 de março p.p. pelo Conselho Federal de Educação.

A FAAP orgulha-se da Justiça do Trabalho de São Paulo, que, com sua sábia sentença, protegeu o interesse dos pais de alunos e alunos da Instituição.

Lúcia Scarpa Comenale Pinto de Souza  
Presidente



# Nova política industrial quer

CELIA CHAIM

Da Reportagem Local

Tudo começou com a história da carroça. Entusiasmado com os carrões que viu pelos países por onde passou em sua primeira viagem como presidente eleito, Fernando Collor aproveitou sua escala na Alemanha, a terra dos Mercedes, para dar uma pista da política industrial que entraria em vigor no país depois de 15 de março. Ele atacou os carros que saem das montadoras aqui instaladas, comparando-os com carroças.

Na semana passada, ao liberar a importação de cimento, anunciar a intenção de facilitar a entrada de novas montadoras no país e pôr abaixo o chamado "anexo C", que há uma década impedia a importação de 1.800 produtos (entre automóveis e eletrodomésticos), o governo Collor voltou a mostrar com mais nitidez o que vem por aí sob a forma de política industrial. As "carroças", sejam elas sinônimo de automóveis ou de computadores, correm perigo.

Tomando por base um plano elaborado por técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ainda no governo Sarney e batizado de "Integração Competitiva", a nova política industrial vai transformar "qualidade" e "produtividade" em palavras de ordem do novo governo.

A intenção é encerrar de uma vez por todas o ciclo de substituição de importações que prevaleceu nos últimos 40 anos e estimular a indústria brasileira a se lançar no mercado internacional. Como teoria, a proposta não é nova. Não é de hoje que se fala em colocar o Brasil no Primeiro Mundo, até como chavão de campanha eleitoral. A diferença, agora, de acordo com o chefe do Departamento da Indústria e do Comércio, Luiz Paulo Velloso Lucas, 33, é que esse é um plano de governo que começa a sair do papel.

Nesses quase dois meses de governo, essa saída do papel significou a suspensão de todos os regimes especiais de importação, de uma parcela significativa de incentivos e subsídios e a extin-

## O CRESCIMENTO DO PRODUTO INDUSTRIAL

(em %)

	1987	1988	1989
Conjunto dos países em desenvolvimento	5,9	6,8	7,4
América Latina e Caribe	1,8	3,4	4,5
Leste/Sudeste Asiático	13,1	12,9	11,9

Fonte: Unido (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial)

ção do chamado "anexo C" da antiga Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil). São medidas que, segundo Velloso Lucas, abrem caminho para a implantação de uma política industrial que dará prioridade aos setores que produzem bens competitivos no mercado externo, estimulará a formação de "joint-ventures", contornará os gargalos —entenda-se os impasses em torno de preços e abastecimento— com importações e utilizará o instrumento de reserva de mercado, caso da informática, de uma maneira mais flexível.

O desafio não é pequeno. O parque industrial brasileiro, que responde por 40% do Produto Interno Bruto (PIB), é heterogêneo demais. Poucos setores, como o siderúrgico e de papel e celulose, são tidos como atualizados. A defasagem, de um modo geral, chega a 15 anos. Varia a dose do atraso, mas neste caso incluem-se os setores automobilístico, têxtil, confecções, bens de capital, sem falar no complexo da microeletrônica, informática e telecomunicações.

O BNDES, que em outras épocas financiou a consolidação do setor de bens de capital, desempenhará um papel importante na reversão desse quadro. "Nenhum setor é inteiramente competitivo", diz Velloso Lucas, cujo departamento coordena e participa da formulação da nova política industrial. "No mundo inteiro, hoje, não existe mais aquele negócio de se querer produzir tu-

do", diz o professor Carlos Passos, da Fundação Getúlio Vargas. "Há uma tendência para a especialização, inclusive de países, e o Brasil tem que se adequar nesse sentido."

É uma adequação delicada. O que fazer, por exemplo, com as 70 empresas que surgiram no embalo da reserva de mercado do setor de informática? É muita gente para um setor só. Como se mirar no exemplo da Coreia do Sul, que há cinco anos não sabia o que era um chip e hoje é o terceiro maior produtor do mundo, a base do conceito de computação se lá 94% da população em idade escolar frequentam o curso secundário, taxa que no Brasil cai para 35%? O avanço tecnológico e industrial do país também passa pela questão da educação, um dos principais pontos de sustentação em qualquer programa de melhoria de produtividade.

A abertura estimula a competição e, principalmente, diminui o poder de oligopólios e cartéis. Mas não responde e nem resolve todas as questões que se colocam à frente do governo nessa reviravolta que, em tese, abandona a competitividade selvagem, baseada na mão-de-obra barata e na furtiva de matérias-primas. Mal administrada, adverte Wilson Suzigan, 48, coordenador do Núcleo de Economia Industrial e de Tecnologia da Universidade de Campinas, corre-se o risco de piorar ainda mais a situação, com o aniquilamento do parque industrial existente.



Luiz Paulo Velloso

## Recu

Da Reportagem

Quando diz que, do que pensa o presidente Collor de Meo do brasileiro não é a instalação de novas o presidente da Associação dos Fabricantes Automotores (AFA) Mendonça, não é mente equivocada. O transe que está se pode dizer que o o requisito neste motor nesse raciocínio substituir todos os, vos que o mercado o de certa forma, gar manência de Ford, Fiat, GM, Mercedes e Scania no país.

"O Brasil é o q mundo em termos, sexto em população no ranking econômico, cursos naturais produtivos, oferece um terreno para crescer

## Atas, Editais e Avisos

TELEPAR COMUNICA

MINISTÉRIO DA MARINHA  
SERVICO DE

## Mindli

Da Reportagem

Ha para quem...

# Para se adaptarem a nova economia, empresas redescobrem produtividade

Da Reportagem Local

O reflexo de três grandes mudanças ocasionadas pelo Plano Collor — a queda dos subsídios governamentais, a desaceleração das aplicações financeiras e a perspectiva da entrada de concorrentes internacionais — está acordando as empresas para a utilização mais eficiente de seus recursos. Ainda uma tendência, essa meta é apontada como o sinônimo de sobrevivência a médio prazo e até a palavra que a define já virou moda: produtividade.

As perspectivas são nebulosas para quem não pronunciá-la. "Se a empresa não tiver as melhores condições de qualidade, preço e prazo de entrega poderá ir para o brejo", diz Aguinaldo M. da Silva, 39, diretor-geral da consultoria Management Training do Brasil (MTB). Segundo Silva, muitas empresas começaram a procurar cruzeiros nos bancos, enquanto eles estavam na suas próprias instalações, nas áreas de estoque, produção e de pessoal.

Para provar sua tese, os consultores usam dados levantados em pesquisas que mostram que a área administrativa no geral trabalha com entre 40% a 45% de pessoas a mais do que seria necessário — índice que fica entre 30% e 35%, quando são as linhas produtivas. Outra estatística: de 100% do tempo que uma matéria-prima fica na fábrica, somente em 1,5% desse período é adicionado algum valor. No restante, é tempo de espera ou transporte por entre várias unidades dentro das empresas.

Se esse processo é quase regra geral no Brasil, no Japão há exemplos que chegam a ser esnobes. O fabricante de carros Toyota, por exemplo, trabalha com estoque suficiente apenas para 12 minutos e produz 6 milhões de unidades por ano. Analisando friamente os números, a produtividade pode levar a um conceito (equivocado) de que basta simplesmente cortar pessoal aqui ou agilizar matéria-prima ali e pronto: a empresa estará enxuta e bem produtiva. Não é bem assim.

Aliás, são poucas as empresas no país, que sabem exatamente o significado da produtividade [leia texto nesta página]. "A primeira impressão quando se instala um

## O que significa produtividade

Da Reportagem Local

*Produtividade é alcançar a máxima produção, na menor unidade de tempo e com os menores custos. Essa utilização eficiente dos recursos produtivos é medida através do resultado de uma divisão entre a produção física de uma unidade de tempo (como mês e ano) por um dos fatores empregados na produção, como a força de trabalho ou capital.*

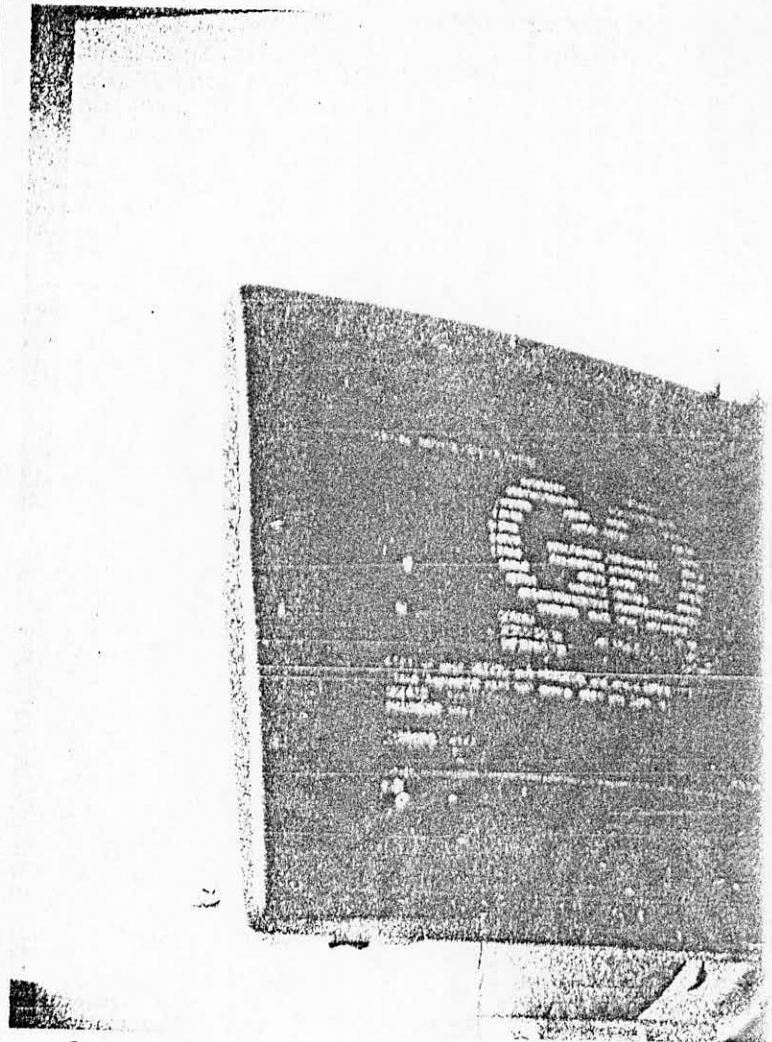
*No geral, o cálculo acontece principalmente através da equação entre o trabalho humano e os meios de produção.* (RD)

programa de produtividade é de que vão rolar cabeças", diz José Adolpho Lisboa de Souza, 59, diretor-presidente da Poliolefinas, maior fabricante do país de polietileno.

Lá, essa impressão não se comprovou e os funcionários permaneceram os mesmos: são, com poucas alterações, as 830 pessoas que estavam lá há um ano atrás, quando começou um programa de produtividade. O que mudou foi justamente o que eles fazem — há áreas, por exemplo em que o volume de documentos se reduziu de 45 para 16.

Para o diretor-presidente da Poliolefinas, só daqui a alguns meses, "se o plano der certo" é que as empresas vão definir sua adesão a programas desse tipo.

Enquanto o Plano Collor para a Poliolefinas chegou a "atrapalhar", com a suspensão de um dos seminários finais, para a Gerdau Serviços de Informática (GSI), empresa que é resultado de uma associação entre o grupo metalúrgico Gerdau com a IBM, reforçou o projeto de produtividade. "Demos uma parada e decidimos colocar o pé fundo no projeto", diz o diretor-comercial Roberto Marinelli. Por sinal, foi um projeto que revirou a empresa nos últimos meses [leia texto nesta página] e já começa a dar resultados.



O diretor-comercial da empresa de informática GSI, Roberto Marinelli

## Empresa enxuga estrutura e

Da Reportagem Local

Embora o objetivo seja o mesmo — o de usar eficientemente os recursos produtivos —, há diferentes motivos para se adotar um programa de produtividade. No caso da Gerdau Serviços de Informática (GSI) um projeto nessa área visa um objetivo maior: o de multiplicar por cinco, num prazo de cinco anos, uma participação hoje de 4% no mercado. "Identificamos que havia a carência de uma liderança forte", afirma o diretor-comercial da GSI, Roberto Marinelli.

Criada há quatro anos, a empresa passou os três primeiros atuando como um bureau de processamento de dados nos moldes usuais até que parou para pensar qual seria o seu destino estratégi-

co e decidiu por uma virada que começou em 89. Ao mesmo tempo que optou por crescer agressivamente, encontrou a barreira de ter que, para isso, investir muito principalmente em tecnologia e pessoal.

Investir muito em pouco tempo, a princípio, não combinava com manter a lucratividade. A saída foi adotar um programa de produtividade, composto por cinco etapas — planejamento, direcionamento, treinamento, acompanhamento e manutenção — previstos para três anos.

Primeiro, houve uma depuração da oferta de serviços — de um grande leque de alternativas, que iam desde processamento de dados até programação, a GSI concentrou suas atividades em três áreas específicas de negócios, di-



s em desenvolvimento, a esta condição, contar com a aprovação de dois terços de um país já seja autorizada por 70% dos votos dos membros do FMI. Para alterações entrem em vigor que ser aprovadas aumentos dos 152 países. A próxima revisão foi antecipada de 1995

um destinados à Ásia e aos países latino-americanos. As vezes da CEE discutida a proposta é uma ideia de que esta não desviar a ajuda ao Terceiro para o Leste europeu. A CEE prometeu US\$ 2,8 bilhões para auxiliar as reformas nos próximos três anos.

de pesquisa feita pela consultoria internacional G. divulgada em 108 empresas ouvidas, européias e 66% das alteraram suas estratégias às mudanças no últimos seis meses.

equio e Libreville, ca-  
ção, são, nesta ordem,  
mais caras do mundo,  
squisa divulgada em  
slo, capital da Norue-  
siderada a cidade com  
o custo de vida da  
va York, tomada co-  
índice 100) para a  
ou em 32º lugar. São  
ocupam, respecti-  
0ª e 51ª posição.

Esta seção orienta diariamente os leitores para o preenchimento da declaração de Imposto de Renda de pessoas físicas. As consultas devem ser encaminhadas exclusivamente por escrito à Redação da Folha de S. Paulo (al. Barão de Limeira, 425, CEP 01202, São Paulo-SP), aos cuidados da seção Imposto de Renda.

55) — L.G. — Capital (SP) — Aposentado com mais de 65 anos, recebe proventos de duas fontes: do INPS e da União, isentos do IR, em virtude de reforma de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (Lei 2.579/55). Embora isento, dos proventos de reforma foi descontado o IR na fonte. Tem várias cadernetas de poupança, cujos juros somados não ultrapassam o limite de isenção. Pergunta: a) Está sujeito à apresentação da declaração de rendimentos, embora tenha recebido o formulário azul? b) Como reaver o imposto indevidamente descontado? c) Está sujeito ao mensalão?

R. a) Não, porque um de seus rendimentos é totalmente isento e o outro não alcança o mínimo de NCz\$ 50.000,00. b) Os proventos de reforma estão realmente isentos; dirija ofício ao Delegado da Receita Federal, requerendo a restituição do imposto. c) Você não está sujeito ao mensalão.

**ANTONIO CARLOS BORDIN, 43,** é contador, administrador de empresas e ex-gerente de empresas de consultoria e de firma internacional de auditoria. Atualmente é sócio-diretor da Assessor Consultores Empresariais S/C Ltda.

**CARMINE ABBONDATI NETO, 41,** é bacharel em Direito, contabilista e ex-gerente de consultoria tributária de empresas de auditoria. Atualmente é sócio da Assessor Consultores Empresariais S/C Ltda.

O governo vai usar a polícia para combater a retenção indevida de feijão, afirmou ontem o secretário de Economia, João Maia, 36. Ele reconheceu a escassez do produto e condenou a ação do que chamou de "lobby do feijão".

O Plano Nacional de Informática (Planinf) em elaboração na Secretaria de Ciência e Tecnologia, vai liberar a importação de cerca de 60 produtos. Estarão incluídos na lista de liberações equipamentos pouco sofisticados: micros e computadores pessoais de pequena memória (8 bits), terminal de vídeo de baixa definição, controladores programáveis de 8 bits, entre outros. O único controle que será exercido sobre os produtos liberados será a tarifa de importação, que será definida para tornar os preços dos importados similares aos dos nacionais.

O Planin será enviado ao Congresso em junho. Definirá três categorias de produtos de informática, para fins de importação:

1) equipamentos muito sofisticados, como supercomputadores, com importação totalmente liberada; 2) equipamentos com grau médio de sofisticação, como computadores de grande porte ou micros com grande memória, com importações proibidas; 3) equipamentos pouco sofisticados, com importações liberadas, mas com tarifas de importação.

Esta divisão, segundo José Goldemberg, secretário de Ciência e Tecnologia, preserva a indústria nacional de informática exatamente no ponto em que ela precisa de proteção para se desenvolver. "No caso de produtos altamente sofisticados, não adianta nada proibir ou dificultar importações. Nem daqui a 20 anos o país terá condições de produzir qualquer coisa similar", afirma Goldemberg. No caso dos produtos pouco elaborados o país já tem condições de competir e a proibição não se justifica.

O governo não precisa esperar a aprovação do Planin para adotar as novas regras. Pode fazê-lo por via administrativa. A Lei de Informática, ainda em vigor, prevê a liberação de importações desde que o governo avalie que a indústria nacional já tem capacidade de produzir similares, sem precisar da aprovação do Congresso.



O secretário da Ciência e Tecnologia, professor José Goldemberg

# Ambientalista negocia a redução da dívida

Se o governo Collor apresentar uma "carta ambiental forte" na negociação da dívida externa com os bancos privados, em Washington, em junho, o Brasil poderá conseguir uma substancial redução do valor nominal da dívida ou de sua taxa de juros. Um amplo programa de desenvolvimento ambiental, sob a direção do secretário nacional de meio ambiente, José Lutzenberger, que repercutisse favoravelmente junto à opinião pública, o governo americano e os meios financeiros, poderia mudar o quadro do endividamento brasileiro.

A advertência é feita por Barbara Bramble, 42, advogada do National Wildlife Federation, a maior organização ambiental americana, depois de uma semana no Brasil discutindo propostas

para a redução da dívida e defesa do meio ambiente. Bramble conversou com autoridades brasileiras, com os secretários José Lutzenberger e José Goldemberg, com organizações não-governamentais e encaminhou consultas ao Conselho Nacional de Seringueiros, à União das Nações Indígenas e outros grupos.

A advogada americana representa o lobby ambientalista constituído por organizações como a National Wildlife Federation, a National Audubon Society, o Sierra Club, Greenpeace, Environmental Defence Fund e Friends of Earth que, desde 83 mantém campanha de pressão sobre o Banco Mundial e agências multilaterais. Bramble acredita que as possibilidades de o Brasil reduzir a dívida são muito boas, especialmente se um programa ambiental de fôlego for apresentado à opinião pública mundial.

# Comércio já se interessa pelas importações

CÉLIA CHAIM

Da Reportagem Local

O velho slogan "exportar é a solução" tem uma versão contrária circulando no mercado desde a semana passada, quando o governo anunciou o fim da proibição à importação de 1.800 itens, de ferros elétricos a automóveis. Há um princípio de febre de importação manifestando-se no comércio. O termômetro tanto pode ser a G.Aronson, rede de 18 lojas especializada em eletrodomésticos, como o Mappin, que há três anos, com muita discrição, começou a colocar em suas lojas de departamentos peças de artesanato da China e hoje exibe em suas vitrines pilhas de fraldas descartáveis Estrella, argentinas, aqui comercializadas com um preço pelo menos 20% inferior ao de sua concorrente mais próxima, a líder de mercado Johnson

&amp; Johnson

Com o sinal verde do governo, também a rede de supermercados Paes Mendonça, 101 lojas no país, movimentou-se com mais desenvoltura e planos mais ambiciosos para abastecer suas gôndolas com produtos comprados fora do país. "Nosso negócio é o menor preço", diz Vander Luiz Vasconcelos, 39, diretor regional da rede para São Paulo. Até a semana passada, essa busca por preços menores restringia-se às brechas abertas por acordos bilaterais realizados pelo governo brasileiro, especialmente com a Argentina, de onde o Paes Mendonça traz regularmente produtos à base de leite. A abertura promovida pelo governo amplia o leque da empresa. Suas importações, no ano passado, somaram US\$ 10 milhões; em 90, devem chegar a US\$ 15 milhões.

O movimento dessas empresas segue o caminho lógico: através das importações, elas procuram contornar a força de setores onde atuam poucos fornecedores. Nas próximas semanas, por exemplo, os clientes mais atentos do Mappin encontrarão carpete argentino à sua disposição. Foram dois meses de negociações, mas o produto chega aqui com um preço mais baixo que o similar nacional. A Superintendência de Comércio Exterior da empresa não tem pressa e nem quer se arriscar. "Nessa febre", diz o superintendente Pedro Carbone, 48, "vão importar muita coisa errada e ainda criar problemas para o consumidor por falta de assistência técnica". Com esse cuidado, o Mappin estuda a possibilidade de importar bicicletas, além de reforçar sua atenção quanto aos fornecedores de brinquedos.

O movimento na G.Aronson também parece ir além do campo das intenções. Segundo o diretor de compras da rede, José Ronaldo Bressane, 47, a empresa está trocando informações com Sharp, Sanyo, Panasonic, já estabelecidas no mercado nacional, além da francesa Moulinex e da coreana Samsung, para avaliar a que preços chegariam ao Brasil seus produtos - eletrodomésticos portáteis, como liquidificadores e batedeiras, aparelhos de áudio e vídeo e a chamada "linha branca", formada por geladeiras, freezers e máquinas de lavar louças e roupas. No caso das indústrias que já têm subsidiárias no país, as conversações, como ele diz, devem fluir com mais facilidade em função da questão da assistência técnica. Prazo para o desfecho: dois meses.

Há um certo sentimento de



Vitrine do Mappin, no centro, exibe fraldas descartáveis argentinas por preço menor

**NOSSO  
CAIXA** **NOSSO  
BANCO**

## LOTERIA PAULISTA INSTANTÂNEA.

RELAÇÃO DE BILHETES PREMIADOS  
NA 1ª SÉRIE (70.000.000) JÁ PAGOS  
ATÉ 09.05.90.

**PRÊMIO DE Cr\$ 5.000.000,00**

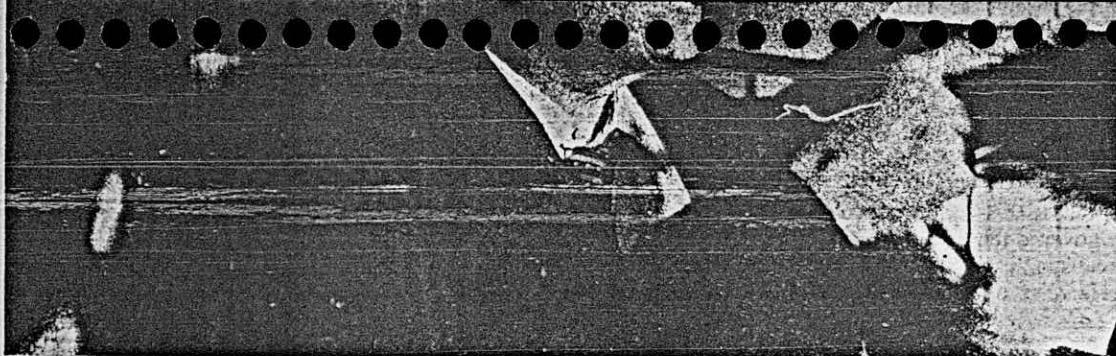
CAMPINAS

nº do bilhete - 01106647-023

SÃO CAETANO DO SUL

Assistência técnica dificulta con





Willian Eid, da Associação Brasileira dos Supermercados, que prevê dificuldades com o óleo e arroz

## Importação segura o preço do cimento

Da Reportagem Local

A importação é o novo controlador de preço do cimento no mercado. Se não fosse a liberação da importação, o cimento teria um aumento médio de 30%, após o fim do controle de preço por parte do governo. A opinião é de Fernando João Pereira dos Santos, 43, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento. "Não há previsão de reajuste por causa dos preços dos cimentos importados", afirmou Santos.

Segundo ele, a defasagem média nas planilhas das indústrias do cimento está em torno de 30%, para atender às necessidades mínimas dos gastos das indústrias. Para Santos, o setor está preocupado com a concorrência interna e a produção depois da liberação da importação.

Por enquanto, disse, não haverá cimento importado no mercado por causa das condições básicas para operacionalizar uma transação como essa. Uma delas é a estrutura adequada para armazenar o cimento. Santos disse ainda que algumas empresas estão especulando sobre a cotação do cimento fora do país e consultando empresas de navegação para levantar preços para o transporte.

Para Júlio Capobianco, 66, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo (Sinduscon), é necessário que o governo acompanhe os reajustes de preços do cimento. "O setor de cimento é oligopolizado, por ter poucos produtores. Por isso há o risco de haver reajustes abusivos nos preços", afirmou.

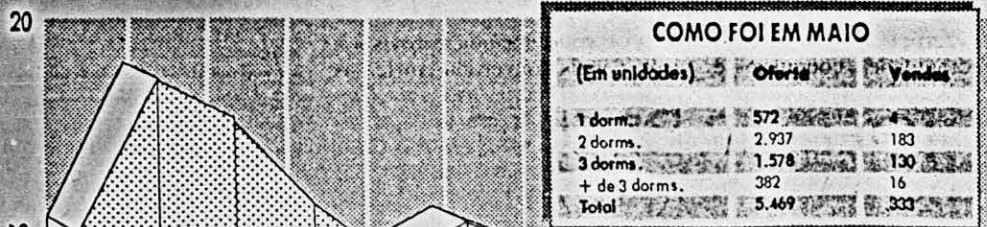
Capobianco disse ainda que o governo deveria rever as tarifas portuárias para dar melhores condições de importação e, portanto, criar concorrência em igual condição no mercado. Caso contrário, não dará para concorrer com as indústrias nacionais.

Ele espera que nesta primeira fase de liberação de preço do cimento as indústrias nacionais não cometam "abusos" nos aumentos de preços. Até porque, argumentou, ainda não existe na prática cimento importado disponível no mercado. "Por isso espero que os empresários cumpram com suas responsabilidades de não cometerem abusos ao aumentar seus preços", afirmou Capobianco.

Editoria de Arte

## AUMENTA RITMO DE COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS

(Porcentagem de apartamentos vendidos em relação aos colocados em oferta, em %)



mentos foi criticada. O vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abrás), Willian Eid, 62, disse que os reajustes autorizados mais a redução da tabela são suficientes para que o varejo continue trabalhando com os produtos que ainda estão na tabela sem problemas de abastecimento.

As únicas dificuldades, segundo Eid, podem surgir com o óleo de soja e o arroz. O primeiro produto depende da reação da indústria em relação ao aumento

Antos estavam com preços aumentaram muito nas últimas semanas em função da alta do grão de milho".

O vice-presidente de abastecimento da Associação Paulista de Supermercados (Apas), José Roberto Tambasco, 33, acredita que mesmo o aumento do frango pode ser compensado por uma queda no preço da carne bovina. "Como o abastecimento de frango estava precário, o consumo se concentrou na carne bovina. A

## Governo usa contenção para combater a volta

GILSON SCHWARTZ

Da equipe de articulistas

A liberação de preços, mesmo os da cesta básica, mostra que o governo resolveu colocar todas as fichas no arrocho salarial para evitar a volta da inflação. O governo Collor quer usar os salários para provocar a recessão.

Depois de uma batalha parlamentar onde a vitória foi conseguir adiar a reindexação salarial, a liberação de preços trará mais inflação no curto prazo. Mais inflação, sem indexação de salários, significa arrocho no poder de compra. A queda no consumo seria o argumento final para impedir os empresários de aumentarem seus preços, sob o risco de perderem mercado, ou seja, vendas e lucros.

A lógica da política econômica é simples: sem aumentos reais de salário, a inflação se autoliquida. Quem quiser vender terá de baixar seus preços. Quem quiser comprar vai ter de pechinchar ou mudar seus hábitos. No longo prazo, não há como a inflação se sustentar.

Mas no curtíssimo prazo a inflação deve dar um salto. Primei-

ro, porque nenhum empresário tem condições de saber, individualmente, qual o seu "preço de equilíbrio". No processo de tentativa e erro, é melhor errar para cima antes que as vendas despenquem mesmo e se torne impossível repor os custos de produção. Segundo, a inflação sobe porque o governo deve aproveitar o impacto inflacionário inicial da liberação para embutir seus próprios aumentos de tarifas.

Ressurge então o velho enigma dos economistas: como atravessar a ponte entre o curto prazo e o longo prazo? Entre o repique inflacionário inicial, sem indexação, e o paraíso futuro de uma economia desaquecida mas sem inflação?

Há várias dificuldades. Antes que a inflação se enquadre no roteiro imaginado pelas autoridades econômicas o Congresso voltará a tratar da reindexação dos salários, ao menos parcial, além

CIHA DE S.PAULO

la, no. Original. A quando se  
média", diz ele, "é superior ao

cos. São cálculos complicados, que foram por base o preço de



geladeira, fogão etc. Os produtos de menor porte continua normal. Os produtos maiores, ao contrário, começam a ter alguns preços abaixados. A geladeira Brastemp Frost Free de 420 litros, por exemplo, depois de várias semanas apresentou uma queda de preço de 11%.

A pesquisa é uma realização do DataFolha, sob a direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes, tendo como auxiliar de planejamento e análise o sociólogo Gustavo Venturi. A supervisão dos trabalhos ficou a cargo de Denise Fernandes, tendo como auxiliar de supervisão Rosemeire Pereira de Sequeira e coordenadora de campo Ana Mendes da Silva. A formulação dos temas e a interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação.

Editoria de Arte

## DOS PREÇOS DOS MÉSTICOS

elas lojas de São Paulo entre 22 de e junho)

### 1/Modelo

ental 2001/Concorde 6	23%
mp/BSC elétrica 8 litros	18%
1/Alfa	18%
1/Seco automático	16%
Apo	15%

### 2/Modelo

Pró	-15%
/HI 3235	-11%
1/High class 280 litros	-11%
mp/frost free 420 litros	-11%
mp/BSC 4 litros	-10%

## is e Avisos

## ÃO GERAL



Edgar Pereira, do Departamento de Abastecimento e Preços, que estuda a alta dos eletrodomésticos

# Aumento de preços no setor pode levar governo a liberar importação

Da Sucursal do Rio

O governo poderá reduzir as alíquotas de importação e liberar a importação de eletrodomésticos, caso seja comprovada na avaliação que está sendo efetuada no setor a prática de aumentos abusivos e injustificados. Segundo o diretor do Departamento de Abastecimento e Preços (DAP) Edgar Pereira, 31, o setor de eletrodomésticos está em observação para verificar se existe tendência generalizada de alta, ou se o problema está restrito a determinados produtos e fabricantes.

Edgar Pereira disse ontem no

Ministério da Fazenda, no centro do Rio, que o governo tem como armas para impedir a alta dos preços dos produtos não controlados a restrição do crédito, a negociação entre governo e empresas, a redução das alíquotas e liberação das importações e, finalmente, o retorno ao tabelamento.

Para os eletrodomésticos, o governo ainda espera resolver a questão através de negociação com as empresas, antes de usar a arma das importações, como deverá ser feito com o setor do vestuário. No vestuário, a redução das alíquotas de importação deverá ser anunciada na próxima

semana, atingindo todas as etapas da produção.

O diretor do DAP anunciou ainda a entrada em vigor da portaria nº 322, que estabelece o acompanhamento dos preços praticados nos vários setores da economia. Pela portaria, um grupo de 300 empresas, líderes em suas áreas, passarão a enviar mensalmente, até o dia 10 de cada mês, informações relativas ao mês anterior sobre suas atividades, custos de produção, preços etc. O material será enviado em disquetes de computador e permitirá ao governo uma melhor administração política de liberação da economia. (end)

A Copa do Mundo e o Dia dos Namorados fizeram com que as vendas a prazo de eletrodomésticos nos primeiros dias de junho aumentassem 12% em relação à segunda quinzena do mês passado. Segundo a Associação Comercial de São Paulo, as vendas à vista, comparando os dois períodos, registraram aumento de 4%. Romeu Trussardi, presidente da associação, disse que a tendência é de crescimento das vendas em função da grande procura por tevês e pela demanda ainda superada provocada pelo Dia dos Namorados.

Apesar da recuperação, a previsão da Associação Comercial é de que as vendas sejam inferiores às do mesmo período do ano passado. As consultas ao telecheque nestes primeiros dias de junho estão 25% abaixo das registradas em igual período de 89. "A nossa perspectiva para o desempenho do setor neste mês ainda não é a ideal", afirmou Trussardi.

A Federação do Comércio de São Paulo também não espera melhora significativa nas vendas de junho em relação ao mesmo mês do ano passado. A estimativa de Abram Szajman, 50, presidente da entidade, é de que as vendas que precedem o Dia dos Namorados ficarão 15% abaixo do resultado obtido no mesmo período do ano passado. "As vendas de tevês também não provocarão acentuada recuperação porque muita gente comprou televisão em maio", afirmou.

## Transferir telefone está custando mais barato

Da Sucursal de Brasília

O preço de transferência de telefones entre particulares foi reduzido de Cr\$ 7.232,00 para Cr\$ 723,20, através de uma por-

A comercialização de telefones entre particulares foi autorizada pelo ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva, 59, logo que ele assumiu o cargo. Antes disso, a transação era proibida, apesar de

## Aumenta o limite para compra na Zona Franca

Da Sucursal de Brasília

O Ministério da Economia ampliou em 40% o limite de isenção de impostos de importação para produtos de origem estrangeira

serão cobradas alíquotas integrais.

A compra de mercadorias na Zona Franca de Manaus é regulamentada por legislação específica. Há limitações para a quanti-



**Política industrial**

# Indústrias de base não temem a concorrência

**SÉRGIO CROSS**

Da Reportagem Local

As indústrias de bens de capital (que produzem máquinas e componentes para outras indústrias, como as de transformação) não temem a concorrência internacional. Estão receptivas à nova política industrial do governo e acreditam que as novas diretrizes para importar matérias-primas, componentes e equipamentos vai beneficiar as empresas em geral. Vão contribuir para reduzir seus custos e ampliar o acesso a novas tecnologias, tornando as empresas mais competitivas.

Empresários consideram o parque industrial brasileiro competitivo internacionalmente. Têm tecnologia moderna, mas perdem em preço. Segundo eles, o governo precisa criar condições básicas, além das previstas na nova política industrial, antes de abrir o mercado à concorrência mais estreita com a indústria estrangeira. Moeda estável, câmbio menos atrelado ao Banco Central e inflação controlada são alguns dos requisitos para garantir a competitividade da indústria nacional.

Todas as empresas serão beneficiadas com a nova política, se for cumprida na forma em que foi anunciada", disse Carlos Villares, 54, presidente da Equipamentos Villares. A longo prazo, este é o panorama traçado pelo empresário diante da nova política. Mas a curto prazo, a estratégia das indústrias de bens de capital é enxugar sua estrutura.

Muito provável que aconteçam muitas fusões entre empresas por causa disso", disse Aldo da Silva, 48, vice-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib). A ociosidade do setor já bate nos 53%. Deve chegar a 65% nos próximos meses, segundo expectativa da Abdib. O volume de encomendas para o setor caiu 70% de março a junho deste ano. Corte nos investimentos e demissões estão sendo feitos há alguns meses. As importações e exportações continuam nos níveis de 1988: em média, 10% do valor da produção. Os setores que atualmente garantem o sustento para a indústria de bens de capital são papel e celulose, petroquímica e metalúrgico.

A Confab Industrial, do grupo



Elens Vettorezzo

Empresários da Abdib em reunião com o secretário do Planejamento

## Setor precisa de um ano

Da Reportagem Local

No período de um ano, a indústria de bens de capital tem condições de lançar novos produtos no mercado. Este seria o prazo para que a indústria desse os primeiros sinais, em termos de tecnologia, em resposta à implantação da nova política industrial. "Abrindo as importações e voltando os investimentos ao nosso setor, sem dúvidas, vai facilitar a absorção de tecnologia", afirmou Valdir Pepe, 49, vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

A Abimaq está finalizando seu próprio plano industrial, com análises comparativas de tecnologias e de custos de investimentos aqui e em outros países. O estudo

faz também uma projeção para o setor até o ano 2000. Os segmentos de prospecção de petróleo e aviação, por exemplo, contam com tecnologia semelhante a dos países do Primeiro Mundo. "O financiamento para investimentos produtivos no Brasil cobra juros reais de 20% ao ano, contra 1,5 a 4,5% em outros países", disse Pepe.

Para ele, o plano do governo "tem bons indicativos" na questão de novas tecnologias. Incentiva centros de pesquisas e a formação técnicos. São poucos os institutos e universidades brasileiras capacitados para apoiar o desenvolvimento industrial, segundo ele. "O corporativismo nessas instituições fez cair muito a qualidade dos serviços", afirmou. (SC)

**CASA DA MOEDA DO BRASIL****CONCORRÊNCIA N.º 930/90**

A CASA DA MOEDA DO BRASIL fará realizar às 10:00 horas do dia 31.07.90, concorrência para execução dos serviços de

# Ne segunc não Carr



segundo expectativa da Abib. O volume de encomendas para o setor caiu 70% de março a junho deste ano. Corte nos investimentos e demissões estão sendo feitos há alguns meses. As importações e exportações continuam em níveis de 1988: em média, 1% do valor da produção. Os fatores que atualmente garantem o sustento para a indústria de bens de capital são papel e celulose, petroquímica e metalúrgico. A Confab Industrial, do grupo Confab, por exemplo, demitiu 10 empregados em maio e suspendeu novos investimentos este ano. "Queremos cortar em 15% essas despesas fixas", disse o presidente do grupo, Roberto Vidigal, 46. A Confab trabalha com 50% da sua capacidade. O faturamento deste ano deve ficar 30% abaixo do contabilizado no ano passado.

A expectativa negativa para os próximos dois anos tem origem no governo. Marcos Gianfranceschi da Fonseca, secretário nacional de Planejamento, disse na sexta-feira aos associados da Abib que o governo vai baixar seus níveis de investimento em infraestrutura neste período e, consequentemente, vai deixar de fazer encomendas ao setor.

"A Constituição criou muitos obstáculos para isso. Agora, Estados, municípios e a iniciativa privada deverão substituir o governo no papel de comprador", disse Fonseca. O Estado é responsável pela aquisição de 50% do custo do setor de bens de capital. O setor privado compra 50%. A reversão deste quadro deve acontecer a médio ou a longo prazo, segundo a Abib. "Há falta mercado para investimentos", disse Narcisi.

Carlos Villares acredita que empresas privadas vão garantir a retomada do setor de bens de capital em pouco tempo. "A iniciativa privada tem dinheiro para investir", disse. Para ele, dos pontos favoráveis da política industrial é reduzir os entraves burocráticos para importar equipamentos e reestabelecer o pagamento dos tributos de importação. "Ninguém pagava todo o imposto. Havia muitas isenções, conseguidas por pressões políticas", afirmou.

Para Vidigal, a possibilidade de importar com mais facilidade ajudará a reduzir nossos custos. Ele citou o exemplo da chapa de aço, uma das principais matérias-primas utilizada pela indústria de bens de capital. "Seu custo no exterior é a metade do nacional", afirmou.

gias e de custos de investimentos a qualidade dos serviços", afirmou aqui e em outros países. O estudo (SC)



**CASA DA MOEDA DO BRASIL**

## CONCORRÊNCIA N.º 930/90

A CASA DA MOEDA DO BRASIL fará realizar às 10:00 horas do dia 31.07.90, concorrência para execução dos serviços de recuperação e pintura nas coberturas metálicas de dois dos seus prédios de seu parque industrial. O Edital encontra-se afixado no quadro de avisos do Departamento Administrativo, onde poderá ser lido na íntegra e poderá ser obtido na Seção de Compras-SECP, na rua René Bittencourt, 371 - Distrito Industrial de Santa Cruz-RJ, no período de 27.06.90 até 20.07.90 até às 15:00 horas. A entrega do edital será feita mediante a comprovação do capital social mínimo de Cr\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) e o recolhimento de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros) à Tesouraria da CASA DA MOEDA DO BRASIL.

## A Região Leste De São Paulo Está Diferente.

### Arujá



## Lotes Urbanizados De 300 A 900 M²



Realização:

**RICCI**  
ENGENHARIA

Exclusividade de Vendas:

**FERNANDEZ MERA**

alto padrão em negócios imobiliários

Fernandez Mera Negócios Imobiliários - Rua Colúmbia, 635  
Jardim América - Fone: 881-6766 - Fax (011) 853-1551  
CEP 01438 - São Paulo - SP.

Sindicado Creci 16664



Política industrial

# Abertura na área química gera

JOSÉ CORONADO

Da Reportagem Local

relação de mais de 500 produtos químicos e petroquímicos com alíquotas de importação que o governo divulgou na semana passada começa a provocar grande controvérsia no mercado. Boa parte são matérias-primas e insumos sem produção nacional e que agora podem

ser importados isentos de tarifa alfandegária. Mas a lista também incluiu produtos fabricados no país e até mesmo exportados, que gozavam de proteção tarifária e terão de exibir competitividade em preço e qualidade para continuar na praça. Os produtos da portaria 355 do Ministério da Economia tinham tarifas que variavam de 5% até 40%, com média em 20%. Foram zerados.

A inclusão de produtos com similares nacionais na lista da alíquota zero perturbou empresários que temem o sucateamento dos pólos petroquímicos nacionais. Da mesma forma, entusiasmou outros empresários saturados da convivência com oligopólios e monopólios nacionais, que jamais se preocuparam em alcançar um perfil competitivo, porque estiveram confortavelmente protegidos durante mais de 20 anos por diferentes reservas de mercado.

A Associação Brasileira das Indústrias Químicas (Abiquim) acredita que a abertura das importações será saudável para o mercado, desde que o Brasil tenha mecanismos de compensação eficientes e uma rigorosa lei antidumping. O diretor-executivo da entidade que reúne 260 empresas, Rubens Gomes, 58, observou que há 20 anos não havia negociação no setor. "Com o número de fornecedores restrito, o mercado sempre foi comprador", explicou. "Agora vai haver iniciativa também dos vendedores."

Em compensação, o presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Produtos Químicos do Estado de São Paulo, Amaury Geraissate, 60, tem grande preocupação com o fato de o governo ter inserido na lista de importáveis produtos com similares nacionais. "Não podemos começar uma orgia desenfreada de liberalização", reclamou Geraissate, depois de seguir no final da semana para o Rio de Janeiro, onde reuniu um grupo de empresários para examinar a relação da portaria 355. Geraissate ficou particularmente preocupado com a liberação de importação para solventes (benzenos, toluenos e xilenos) que o país produz com excedentes e até exporta. Ele teme que o exemplo dos solventes seja apenas o primeiro de uma série que viria depois.

Mas também houve motivos para empolgação no mercado. Isaac Sutton, 29, membro do Conselho de Comércio Exterior da Federação do Comércio de São Paulo e diretor comercial da

Cosmoquímica Indústria e Comércio, entende que a indústria nascente deve ter algum tipo de proteção, mas esse não é caso do setor químico. A importação é um excelente instrumento para exigir eficiência da indústria nacional, especialmente em setores oligopolizados como o de química e petroquímica, afirma Isaac Sutton, "entusiasmado com a política industrial de sua ex-professora e Economia na USP, Zélia Cardoso de Mello. Sutton acredita que daqui para frente a indústria nacional não poderá mais praticar preços até 100% acima do mercado externo.

Com um mercado interno extremamente fechado nas duas últimas décadas, a indústria química foi instalada no país com equipamentos nacionais, nem sempre os melhores ou de tecnologia mais avançada à disposição no mundo. Por isso Geraissate se declara preocupado. Teme que o produto nacional não tenha condições de competir com o importado e o país entre num processo que ele qualificou de "argentinização", com a desagregação da indústria. Já para o diretor da Abiquim, Rubens Gomes, a liberação de importação de máquinas e equipamentos é positiva porque permitirá que os três pólos petroquímicos do país (SP, BA e RS) iniciem a modernização tecnológica. Rubens Gomes está especialmente interessado na abertura do setor de informática. "Os avanços tecnológicos na petroquímica são baseados em controles de processo", explicou.

De um fato não há dúvidas. As importações do setor deverão crescer neste ano. Pode não ser um crescimento significativo porque as atividades econômicas encolheram. Em 1989, a produção nacional alcançou a soma de US\$ 12,7 bilhões, segundo dados da Abiquim. O país importou US\$ 2,6 bilhões e exportou US\$ 2 bilhões, incluindo fertilizantes, segundo a entidade.

**LEIA MAIS**

sobre política industrial na pág. B-7, B-8, B-10 e B-11

## A Região Leste De São Paulo Está Diferente.

### Arujá



## Lotés Urbanizados De 300 A 900 M²

Realização:  
**RICCI**  
ENGENHARIA

Assistência de Vendas:  
**FERNANDEZ MERA**  
alto padrão em negócios imobiliários

Fernandez Mera Negócios Imobiliários - Rua Colômbia, 635  
Jardim América - Fone: 881-6766 - Fax (011) 853-1551  
CEP 01438 - São Paulo - SP.

**Ponto Frio cobre qualquer oferta anunciada hoje pela concorrência. Ligue agora**

**ACK & DECKEN NO**



# Química gera controvérsia

Editoria de Arte

Química Industrial e Comércio entende que a indústria química deve ter algum tipo de proteção, mas esse não é caso do setor químico. A importação é um excelente instrumento para garantir a eficiência da indústria nacional, especialmente em setores especializados como o de química e petroquímica, afirma Isaac Sutton, entusiasta com a política industrial de sua ex-professora de Economia na USP, Zélia de Mello. Sutton acredita que daqui para frente a indústria nacional não poderá mais pagar preços até 100% acima do mercado externo.

Com um mercado interno excessivamente fechado nas duas últimas décadas, a indústria química instalada no país com investimentos nacionais, nem sempre os melhores ou de tecnologia mais avançada à disposição do mundo. Por isso Geraissate se encontra preocupado. Teme que o setor nacional não tenha condições de competir com o importado. O país entre num processo de qualificação de "argentinização" com a desagregação da indústria. Já para o diretor da química, Rubens Gomes, a liberação da importação de máquinas e equipamentos é positiva porque permitirá que os três pólos petroquímicos do país (SP, BA e RS) possam modernizar a tecnologia. Rubens Gomes está especialmente interessado na abertura do setor de informática. "Os avanços tecnológicos na petroquímica são baseados em controle de processo", explicou.

De fato não há dúvidas. As importações do setor deverão crescer este ano. Pode não ser crescimento significativo, mas as atividades econômicas melhoraram. Em 1989, a produção nacional alcançou a soma de 12,7 bilhões, segundo dados do Abiquim. O país importou 2,2 bilhões e exportou US\$ 1,5 bilhões, incluindo fertilizantes, entre outras entidades.

## COMO O SETOR QUÍMICO PARTICIPA DO MERCADO EXTERNO

(Evolução das exportações e importações, em milhões de dólares)



	Exportações	Importações
1985	1.422	1.672
1986	1.141	2.325
1987	1.374	2.397
1988	2.075	2.596
1989*	2.000	

\*Estimativa

Fonte: Abiquim

## Mercado é muito fechado

Da Reportagem Local

Para calcular o grau de abertura da economia de um determinado país, os economistas costumam usar uma fórmula que divide o volume de importações pelo Produto Interno Bruto (PIB). Feitas as contas para as sete primeiras economias do mundo, exercício que o diretor comercial da Cosmoquímica, Isaac Sutton, decidiu desenvolver na semana passada, chega-se à conclusão de que essas potências têm abertura média de 25%. Esse índice tende a declinar na mesma proporção em que o país é menos desenvolvido.

Assim, na América Latina como um todo, incluindo Argentina, o grau médio de abertura é de 12%. Já o Brasil, que ostenta a posição de oitava maior economia do mundo, tem um grau de abertura de 7%. Sutton também deu uma olhada em outras economias do mundo para identificar uma cujo volume de importações fosse comparável ao do Brasil. Encon-

trou a Nigéria. "Retirando a conta petróleo, as importações do Brasil são desprezíveis. E isso indica o grau de isolamento do país, as dificuldades para absorver avanços tecnológicos e se integrar ao panorama internacional", observou Sutton.

Outra comparação de Sutton mostra como o Brasil ainda não descobriu que a economia, no jargão dos "aberturistas", é "uma via de duas mãos". Estados Unidos, Japão e Alemanha participam com cerca de 50% do comércio internacional. Os "tigres asiáticos" (Taiwan, Hong Kong, Coreia) controlam mais ou menos 30%. O resto dos países somados ficam com algo em torno de 20%. A participação do Brasil nesse comércio internacional é de 1,6%. "Sempre acobertada por políticas de reserva de mercado, nossas empresas se acomodaram", comenta Isaac Sutton. "E sem um comércio exterior ágil, acabamos perdendo parâmetros de eficiência." (JC)

política industrial na pág. B-7, B-8.

ncia. Ligue agora mesmo para 260-5000 e aproveite.

Boleto Bancário



## Política industrial

# Preço de jeans cairá 25%, pre

FATIMA CRISTINA CARDOSO  
Da Reportagem Local

Quatro dias após o anúncio da política industrial, o setor está dividido em relação às medidas. Enquanto as condições se mostram eufóricas, as agências e indústrias de fios exercem a cautela. O presidente da Associação Brasileira da Indústria do Vestuário (Abravest), Alberto Chadad, 48, já festeja a queda de preço no caso da queda de jeans entre 25% e 30%. O representante da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) e proprietário da Tecelagem Skaf, Paulo Skaf, 34, rebate dizendo que a previsão de redução de preços neste momento é leviana. As acusações de manipulação de preços e levandade, os dois da cadeia produtiva do vestuário iniciaram mais um

"round" de uma antiga discussão sobre quem é o culpado pelo alto custo do roupa brasileira.

Responsabilizado pela volta da inflação, quando o governo anunciava índice zero, o setor têxtil foi o primeiro a sofrer redução das alíquotas de importação dentro da nova política industrial. O que motivou a decisão foi uma análise sobre os aumentos de preços das roupas feito pela Coordenadoria de Abastecimento e Preços do Ministério da Economia, segundo versão do próprio governo, divulgada essa semana em São Paulo por Maurício Souza Assis, titular da Coordenadoria de Intercâmbio Comercial.

É certo também que Chadad propôs ao Ministério da Economia a redução tarifária. O motivo era o mesmo do governo: somente a competição internacional pode acabar com os aumentos abu-

sivos de preço. Chadad afirma que o consumidor brasileiro irá se beneficiar imediatamente das medidas. "As indústrias de tecidos e fios já voltaram atrás em um aumento médio de 25% nas suas listas de preços que deveria começar a vigorar amanhã".

"Depois da liberação das importações, as empresas perceberam que precisam rever seus custos antes de aumentar preços, já que o preço internacional irá regular o mercado", disse Chadad. Nas suas estimativas, o tecido importado deve sair apenas 10% mais caro que o nacional em média, considerando a tarifa de 40%, os custos de importação e impostos estaduais e federais.

Em alguns casos, porém, a importação de fios e tecidos é muito vantajosa para as confecções, segundo Chadad. Para avaliar esses casos, a Abravest está

certando um convênio com a Cotia Trading, uma das maiores empresas de importação e exportação do país. A idéia é propiciar aos associados dados sobre preços, formas de pagamento e formação de "pools" de compradores entre pequenas e médias confecções para que possam importar grandes volumes de tecidos e fios.

Como a redução das alíquotas começou nas matérias-primas, o custo do vestuário pode se reduzir em todas as etapas da produção têxtil. Na opinião de Chadad, a redução de custos se inicia com a alíquota zero para o algodão, cuja produção no Brasil não é suficiente para atender a demanda do setor têxtil. O mesmo acontece com a produção de tecidos, diz Chadad. "Todo ano falta matéria-prima para as confecções." Com a possibilidade de importar, acaba esse problema crônico.

Paulo Skaf afirma que parte das matérias-primas das tecelagens deve sair mais barato através da importação. Mas, levanta uma série de dúvidas sobre a possibilidade de baratear o custo do produto nacional e competir com o importado. Para ele, a redução das alíquotas da forma como foi feita esta semana já põe em risco a indústria do país, sem que o governo tome uma série de medidas complementares rapidamente.

Um dos principais problemas é a falta de financiamento para que as indústrias têxteis se modernizem. "O governo acelerou a redução das tarifas prevista no Programa Setorial Integrado (PSI) do setor têxtil em quatro anos, agora precisa fornecer condições para que acompanhe essa corrida." Ele afirma que o PSI previa investimentos da ordem de US\$ 16 bilhões durante seus ciclos de implantação para compra de maquinário e modernização do setor, mas ainda não foi definida a origem dos recursos.

Um estudo feito pelo Conselho Nacional da Indústria Têxtil em 1986 mostra que dos 164.833 teares utilizados pelas tecelagens no país, 145.688 são a lançadei-

**SENAI**

Conselho Nacional de Aprendizagem Industrial

## FÉRIAS COLETIVAS

O Departamento Regional do SENAI de São Paulo, com sede na Avenida Paulista, 750, comunica que não dará expediente no período de 17 a 20 (inclusive) de julho de 1990, por motivo de Férias Coletivas de seus funcionários.

FIESP  
CIESP  
SESI  
SENAI  
IRS



### CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA

#### COMUNICADO

Tendo em vista situações onde engenheiros, arquitetos e agrônomos têm sido levados a substituir trabalhadores operacionais em situação de greve, em funções para as quais não têm treinamentos e reciclagens periódicas, o Plenário deste Conselho chama à atenção para o fato de que tais atuações podem ser enquadráveis no Código de Ética Profissional do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo (Resolução n.º 205/71) em pelo menos, dois itens:

"Art. 2.º - Item "E" Não aceitar tarefas para as quais não esteja preparado ou que não se ajustem às disposições vigentes ou, ainda, que possam prestar-se à malícia ou dolo.

Art. 8.º - Item "D" Não utilizar sua condição de empregador ou Chefe para desprestigiar a dignidade de subordinado seu, nem para induzir um profissional a infringir qualquer dispositivo deste Código de Ética".

Frederico V.M. Busslinger  
PRESIDENTE

**FILCRIL**

AUDIO • VIDEO • MICROELETRÔNICA • INFORMÁTICA

**ESTE  
DO C**



# cairá 25%, prevê empresário

o preço. Chadad afirma que o produtor brasileiro irá se ar imediatamente das me- A indústria de tecidos e voltaram atrás em um médio de 25% nas suas e preços que deveria co- vigorar amanhã".

o da liberação das im- is, as empresas percebe- precisam rever seus cus- s de aumentar preços, já pto internacional irá o mercado", disse Cha- suas estimativas, o tec- orço deve sair apenas is caro que o nacional em co- siderando a tarifa de s custos de importação e s estaduais e federais.

alguns casos, porém, a ão de fios e tecidos é an- josa para as confe- guindo Chadad. Para ava- s casos, a Abravest está

certando um convênio com a Cotia Trading, uma das maiores empresas de importação e exporta- ção do país. A idéia é propiciar aos associados dados sobre pre- ços, formas de pagamento e for- mação de "pools" de comprado- res entre pequenas e médias con- fecções para que possam importar grandes volumes de tecidos e fios.

Como a redução das alíquotas começou nas matérias-primas, o custo do vestuário pode se reduzir em todas as etapas da produção têxtil. Na opinião de Chadad, a redução de custos se inicia com a alíquota zero para o algodão, cuja produção no Brasil não é suficien- te para atender a demanda do setor têxtil. O mesmo acontece com a produção de tecidos, diz Chadad. "Todo ano falta matéri- a-prima para as confecções." Com a possibilidade de importar, acaba esse problema crônico.

Paulo Skaf afirma que parte das matérias-primas das tecelagens deve sair mais barato através da importação. Mas, levanta uma série de dúvidas sobre a possibi- lidade de baratear o custo do produto nacional e competir com o importado. Para ele, a redução das alíquotas da forma como foi feita esta semana já põe em risco a indústria do país, sem que o governo tome uma série de medi- das complementares rapidamente.

Um dos principais problemas é a falta de financiamento para que as indústrias têxteis se modernizem. "O governo acelerou a redução das tarifas prevista no Programa Setorial Integrado (PSI) do setor têxtil em quatro anos, agora precisa fornecer con- dições para que acompanhe essa corrida." Ele afirma que o PSI previa investimentos da ordem de US\$ 16 bilhões durante seus ciclo de implantação para compra de maquinário e modernização do setor, mas ainda não foi definida a origem dos recursos.

Um estudo feito pelo Conselho Nacional da Indústria Têxtil em 1986 mostra que dos 164.833 teares utilizados pelas tecelagens no país, 145.688 são a lançadei-

## PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

(Comparações de preços em dólares)

Tecido	Preço no Brasil	Preço no exterior
Índigo (jeans)	US\$ 6,70	Hong Kong US\$ 2,10
Poliéster lã, fio 2/52	US\$ 21,50	Peru US\$ 6,90
Popeline lisa tipo 20x20 60x60 1,10 m de largura	US\$ 2,33	Internacional US\$ 1,50
Índigo 1402 1,60 m de largura	US\$ 4,64	Internacional US\$ 2,80
Sarja tipo sol a sol 1,60 m de largura	US\$ 3,38	Internacional US\$ 2,20
Lycra denick		
40	US\$ 66,66	Nova York US\$ 33,21
70	US\$ 56,00	US\$ 27,03
140	US\$ 45,14	US\$ 24,82
210	US\$ 43,05	US\$ 26,96
280	US\$ 42,85	US\$ 26,37
420	US\$ 36,21	US\$ 22,68

## ALÍQUOTAS PARA TÊXTEIS

Produtos	Antes de 27/6	Agora
Matérias-primas naturais (algodão, seda, lã etc.)	10% a 20%	0%
Fios	30% a 40%	20%
Tecidos	50% a 65%	40%
Confecções	65% a 80%	50%

ra, um tipo de máquina que não é mais usada em quase nenhum país do mundo. Para Skaf, as confec- ções também podem ser muito fragilizadas pela importação, pois o setor é composto por milhares de pequenas empresas que não têm condições de competir com a tecnologia de países com a Coréia e Estados Unidos.

Chadad afirma que a área de confecções é a menos atrasada em toda a cadeia têxtil. Ela aponta o constante crescimento da exporta- ção de vestuário nos últimos

anos como prova de competitivi- dade. De US\$ 227 milhões em 1984, as exportações de confec- ções passaram para US\$ 444 milhões em 89, segundo dados da extinta Cacex. Já as exportações de tecidos caíram de US\$ 278 milhões para US\$ 222 milhões no mesmo período. Para Chadad, só resta aos empresários apertar o passo e investir em produtivida- de. E avisa: no começo de 1991 virá nova revisão tarifária, que, de acordo com o governo, precisa necessariamente ser para baixo.

NO FEDERAL  
GENHARIA  
ITUTURA E  
RONOMIA

onde engenheiros, m- sido levados a acionais em situação quais não têm eriodicos, o Plenário nção para o fato de er, inquadáveis no de Engenheiro, do gli como (Resolução is ilens:

ita clarefas para as o esteja preparado ou se tem as disposi- ontes ou, ainda, que p- ar-se à malícia

za sua condição de dor ou Chefe para lita a dignidade de ado seu, nem para in- p- sional a infrin- uer dispositivo deste e "da". ussinger

# ESTE SOUND É DO CASSETTE

INFORMÁTICA



# Procura por importação de tecidos já é gra

Da Reportagem Local

O vice-presidente da Cotia Trading, Paulo Cunha, 50, afirma que durante a última semana sua empresa foi procurada por muitos interessados em realizar importações. "Há uma enorme tendência importadora". Segundo ele, embora ainda não existam números definidos sobre os custos das operações, é certo que importar matérias-primas e tecidos será muito vantajoso.

Todo mundo vai importar al-

guma coisa num primeiro momento. Ao menos na área têxtil, essa perspectiva é certa entre empresários e técnicos. O que leva a esta certeza é que, além da redução das tarifas, o câmbio está favorável aos importadores. Os empresários vão tentar aproveitar esse momento porque o câmbio flutuante deve ficar em situação exatamente oposta à atual, se as importações realmente crescerem. Ou seja, com aumento do volume de importados, cresce também a procura por dólar no

mercado de câmbio flutuante. Com isso as cotações sobem, o que por sua vez incentiva a exportação e encarece a importação.

É por esse mecanismo que o governo diz que não há risco de as importações superarem as exportações, provocando déficit ao invés de superávit na balança comercial. Para Paulo Skaf, 34, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), caso ocorra uma corrida às importações nos primeiros dois meses, as reservas brasileiras podem ser afetadas.

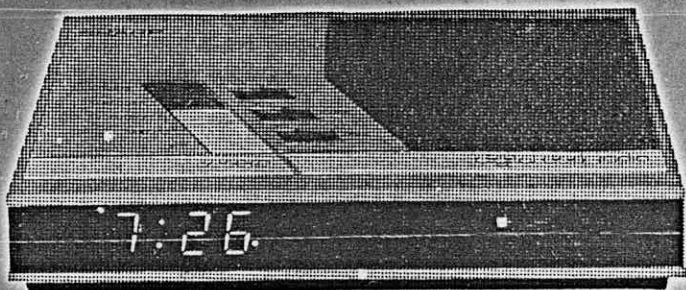
"Isso cria uma expectativa entre os empresários de que o governo talvez não consiga manter a continuidade da total liberação para as importações."

As incertezas do câmbio já estão levando a Cotia Trading a fazer estudos sobre a viabilidade econômica de utilizar meios rápidos de importação, como o transporte aéreo. Segundo Cunha, isso está sendo analisado junto com os outros custos de importação que a empresa está preparando para o convênio com a Abravest. (FCC)



Sector de confecções importará tecido para baratear

## NINGUÊM PODE FICAR PARADO. Produtos Sharp em ritmo de desconto.



RÁDIO-RELÓGIO FX 410 B  
• Digital AM/MF  
• Desperta c/ música e alarme  
• Funciona 110/220 volts

**3.900,**  
(À VISTA)



**SHARP**

É só ligar

Fischer, Justus

## Indústria espera a

Da Reportagem Local

As tecelagens e fiações estão à espera de medidas complementares do governo para poderem efetivar a modernização do seu parque industrial. Paulo Skaf lista quatro reivindicações principais. Segundo ele, o governo prometeu atender os pedidos, mas o empresário quer uma definição rápida.

A primeira medida complementar seria a redução das alíquotas das máquinas e equipamentos com similar nacional. O motivo principal para o atraso do setor têxtil, afirma Skaf, é o alto custo do maquinário nacional, além da sua produção insuficiente.

As empresas precisam também de uma política para compra do equipamento nacional

quanto para a indústria diz que a única solução é o financiamento do Finame do BNDE, praticamente paralisado apenas estar finalizando o investimento. No entanto, o governo prometeu em função da situação externa as linhas de crédito para as empresas brasileiras.

As outras duas medidas são a queda das quotas de importação e a revisão das alíquotas dos insumos sintéticos. As alíquotas dos produtos sintéticos foram reduzidas de 20%.

Skaf afirma que a indústria precisa de uma política para compra da matéria-prima sintética



# ra por importação de tecidos já é grande

guma coisa num primeiro momento. Ao menos na área têxtil, essa perspectiva é certa entre empresários e técnicos. O que leva a esta certeza é que, além da redução das tarifas, o câmbio está favorável aos importadores. Os empresários vão tentar aproveitar esse momento porque o câmbio flutuante deve ficar em situação exatamente oposta à atual, se as importações realmente crescerem. Ou seja, com aumento do volume de importados, cresce também a procura por dólar no

mercado de câmbio flutuante. Com isso as cotações sobem, o que por sua vez incentiva a exportação e encarece a importação.

É por esse mecanismo que o governo diz que não há risco de as importações superarem as exportações, provocando déficit ao invés de superávit na balança comercial. Para Paulo Skaf, 34, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), caso ocorra uma corrida às importações nos primeiros dois meses, as reservas brasileiras podem ser afetadas.

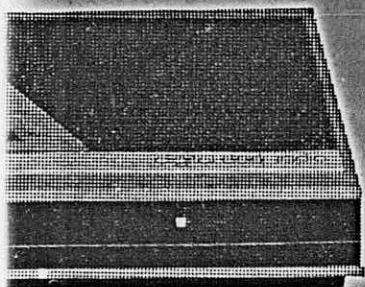
"Isso cria uma expectativa entre os empresários de que o governo talvez não consiga manter a continuidade da total liberação para as importações."

As incertezas do câmbio já estão levando a Cotia Trading a fazer estudos sobre a viabilidade econômica de utilizar meios rápidos de importação, como o transporte aéreo. Segundo Cunha, isso está sendo analisado junto com os outros custos de importação que a empresa está preparando para o convênio com a Abravest. (FCC)



Sector de confecções importará tecido para baratear o produto final

## ÊM PODE FICAR PARADO. os Sharp em ritmo de desconto.



**SHARP**

É só ligar

Fischer, Justus

## Indústria espera apoio

Da Reportagem Local

As tecelagens e fiações estão à espera de medidas complementares do governo para poderem efetivar a modernização do seu parque industrial. Paulo Skaf lista quatro reivindicações principais. Segundo ele, o governo prometeu atender os pedidos, mas o empresário quer uma definição rápida.

A primeira medida complementar seria a redução das alíquotas das máquinas e equipamentos com similar nacional. O motivo principal para o atraso do setor têxtil, afirma Skaf, é o alto custo do maquinário nacional, além da sua produção insuficiente.

As empresas precisam também de financiamento para a modernização do equipamento nacional

quanto para a importação. Skaf diz que a única alternativa de financiamento de longo prazo é o Finaime do BNDES, que hoje está praticamente paralisado, além de apenas estar financiando 50% do investimento. No caso do financiamento externo, Skaf lembra que em função da situação da dívida externa as linhas de crédito para empresas brasileiras foram dificultadas.

As outras duas reivindicações são a queda substancial das alíquotas de importação das anilinas e a revisão das tarifas para os insumos sintéticos. Enquanto as alíquotas dos insumos naturais foram reduzidas a zero, a dos produtos sintéticos ficou em 20%. Skaf afirma que 55% da matéria-prima sintética. (FCC)



Política industrial

# Micros temem extinção com maior importa

**NELSON BLECHER**

Da Reportagem Local

Caso fossem submetidas à imediata competição com empresas internacionais, uma expressiva parcela das 750 mil micros e pequenas indústrias nacionais sucumbiria, afirma Eliane Belfort Mattos, 39, vice-presidenta do Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo (Sinpe). "O setor recebe a nova política industrial com algumas reservas, porque foi o mais penalizado pelo Plano Collor", acrescenta a representante da entidade, ao engrossar as declarações feitas esta semana por grandes empresários paulistas— a exemplo de Antonio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim—, alertando sobre a vulnerabilidade a que ficaram expostos os setores menos organizados da economia. O Sinpe quer participar de um dos grupos executivos que vão monitorar a implantação da nova política, "para que o mercado interno não seja penalizado".

Apesar de pregar em sua carta de princípios a não-intervenção do Estado, a diretoria do sindicato considera que a abertura da economia deve ser feita com critério pois, do contrário, há risco de sucateamento das pequenas indústrias, que no momento encontram-se descapitalizadas. "O próprio Ministério da Economia já divulgou que os cruzados ainda retidos no Banco Central provém

em grande parte dessas empresas. Sem capital e sem fonte de financiamento, não há como essas indústrias possam se modernizar, nem ao menos participar de 'joint-ventures' com as estrangeiras", constata a empresária.

Como na prática a legislação não tem conseguido impedir a formação de trustes e cartéis, ela teme que empresas internacionais utilizem a prática de "dumping"— rebaixamento artificial de preços— como estratégia para dominar o mercado brasileiro. Somente na área de automação industrial, os equipamentos importados custam atualmente 40% menos que os similares nacionais, segundo seus cálculos. Questionada se esse não seria um argumento favorável à liberação das importações, a empresária esgrime com os resultados de um levantamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo, segundo o qual 80% dos investimentos em tecnologia de ponta, que resultam em inovações, teriam sido feitos por indústrias de pequeno porte. "O Brasil não pode correr o risco de ficar dependente de tecnologia no terceiro milênio", opina ela.

A exemplo do Sinpe, que prepara uma pesquisa junto a 10 mil micros e pequenos empresários destinada a avaliar o impacto da nova política industrial, também os fabricantes de brinquedos vão encaminhar ao Ministério da Economia um estudo advertindo

sobre os riscos de uma eventual abertura indiscriminada do mercado. "É necessário que antes sejam asseguradas condições de competitividade para o setor", defende Emerson Kapaz, 35, presidente do Sindicato das Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos do Estado de São Paulo.

Ao abordar o mercado internacional, o estudo vai expor casos de concorrência desleal. "Na China, os brinquedos são fabricados por mão-de-obra escrava, adolescentes de 10 a 14 anos que trabalham 12 horas por dia em

fábricas dormitórios e recebem salário de US\$ 30 mensal", relata Kapaz. "Não há alíquota de importação capaz de cobrir tal vantagem, até mesmo no mercado norte-americano, cujas empresas movimentam US\$ 12 bilhões anuais". As vendas de brinquedos no Brasil movimentaram US\$ 700 milhões no ano passado, através de 220 empresas, na maioria pequenas e médias, que segundo ele não resistiriam à "invasão" de produtos cujos preços reais somam US\$ 5 e são exportados artificialmente por US\$ 2, graças à escala de produção interna obtida por grandes empre-

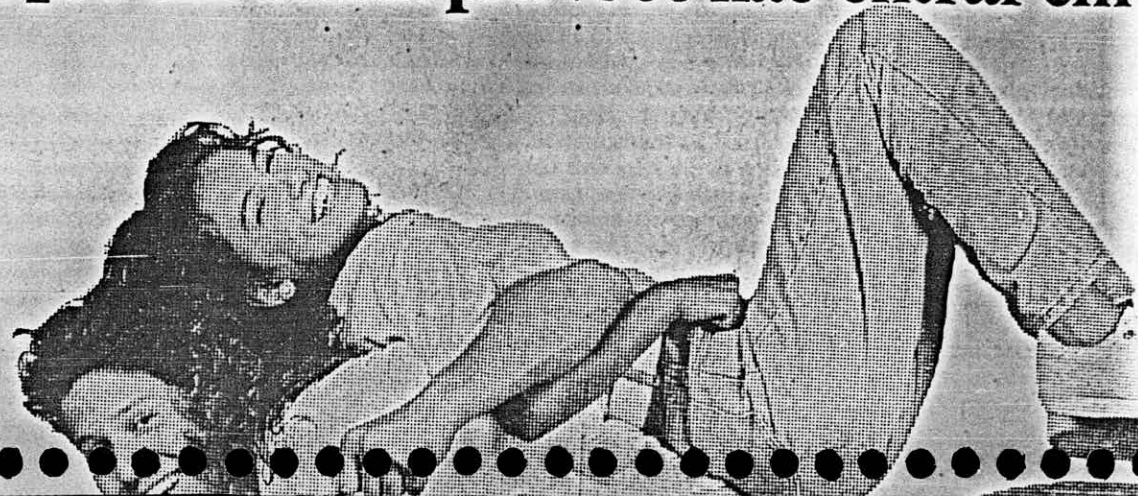
sas internacionais.

De todo modo, Kapaz, que também é coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), vislumbra na liberação das importações de matérias-primas uma alternativa para as pequenas e médias empresas submetidas aos oligopólios de fornecedores. "O fato é que 2% das empresas do país detêm mais de 50% da economia", diz ele.

Paulo Buttori, 39, que juntamente com outros 29 empresários ajudou a formular uma proposta de política industrial para a Confederação Nacional da Indústria,

classifica as pequenas empresas nacionais. O menor de por indústrias, que não crises graves. grau por empre capacidade renovação de no início dos sofrer e muitas prevê. Finalmente empresas atrasa preocuparam a modernização desaparecer no senhado pela afirma ele.

## AS OFERTAS ESTÃO ESQUENTANDO Preços em baixa pra você não entrar em





Política industrial

# em extinção com maior importação

as empresas. Ante de finan- como essas modernizar, articipar de as estrangei- esária.

a legislação o impedir a e cartéis, ela internacionais de "dum- to artificial estratégia para o brasileiro. e automação imentos im- lmente 40% es nacionais,

os. Questio- ia um argu- beração das esária esgri- dos de um ecretaria de de São Pau- l 80% dos enologia de em inova- os por indús- e. "O Brasil sco de ficar oia no ter- ela.

ne, que pre- to a 10 mil empresários impacto da al, também quedos vão nistério da advertindo

sobre os riscos de uma eventual abertura indiscriminada do mercado. "É necessário que antes sejam asseguradas condições de competitividade para o setor", defende Emerson Kapaz, 35, presidente do Sindicato das Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos do Estado de São Paulo.

Ao abordar o mercado internacional, o estudo vai expor casos de concorrência desleal. "Na China, os brinquedos são fabricados por mão-de-obra escrava, adolescentes de 10 a 14 anos que trabalham 12 horas por dia em

fábricas dormitórios e recebem salário de US\$ 30 mensal", relata Kapaz. "Não há alíquota de importação capaz de cobrir tal vantagem, até mesmo no mercado norte-americano, cujas empresas movimentam US\$ 12 bilhões anuais". As vendas de brinquedos no Brasil movimentaram US\$ 700 milhões no ano passado, através de 220 empresas, na maioria pequenas e médias, que segundo ele não resistiriam à "invasão" de produtos cujos preços reais somam US\$ 5 e são exportados artificialmente por US\$ 2, graças à escala de produção interna obtida por grandes empre-

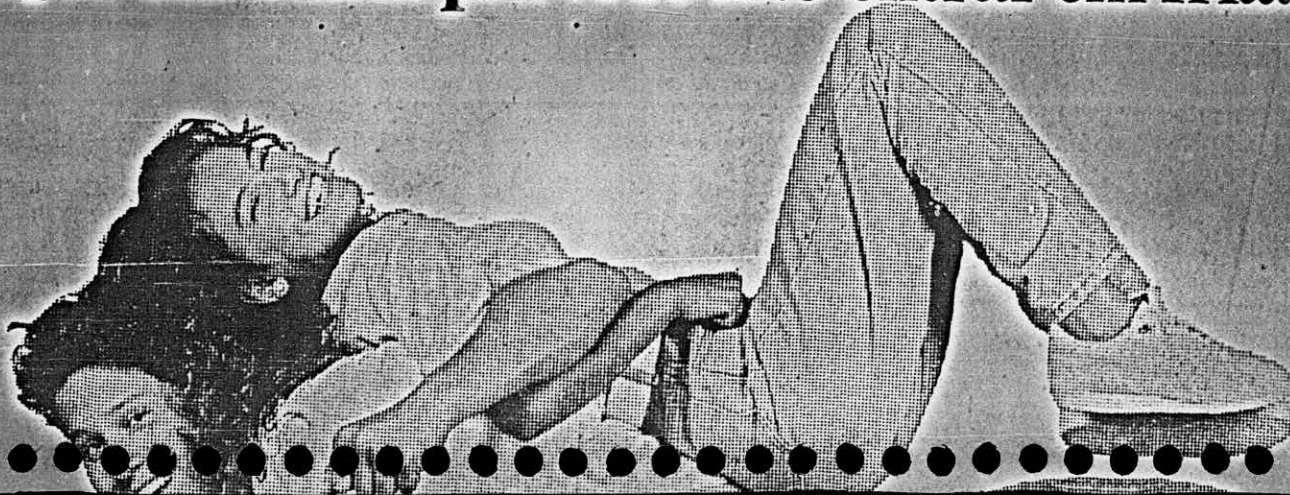
sas internacionais.

De todo modo, Kapaz, que também é coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), vislumbra na liberação das importações de matérias-primas uma alternativa para as pequenas e médias empresas submetidas aos oligopólios de fornecedores. "O fato é que 2% das empresas do país detém mais de 50% da economia", diz ele.

Paulo Buttori, 39, que juntamente com outros 29 empresários ajudou a formular uma proposta de política industrial para a Confederação Nacional da Indústria,

classifica as pequenas e médias empresas nacionais em três grupos. O menor deles seria formado por indústrias modernas e enxutas, que não deverão enfrentar crises graves. O segundo, integrado por empresas que não tiveram capacidade para investir na renovação de seus equipamentos, no início dos anos 80. "Vão sofrer e muitas delas quebrarão", prevê. Finalmente, há o grupo de empresas atrasadas que jamais se preocuparam com a questão da modernização e que tendem a desaparecer no novo cenário desenhado pela política industrial, afirma ele.

## AS OFERTAS ESTÃO ESQUENTANDO. Preços em baixa pra você não entrar em fria.



Fischer, Jussis